



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE.**

----- No vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

A Sessão teve início às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES (justificada).-----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal, José Aberto da Costa Ferreira, remete via correio eletrónico, justificação da falta à Sessão Ordinária de 30 dezembro de 2013.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo, remete via correio eletrónico, justificação da falta à Sessão Ordinária de 30 dezembro de 2013.----

– A CIM Viseu Dão Lafões na pessoa do seu Exmo. Secretário Executivo Dr. Nuno Martinho, remete Plano de atividades e Orçamento do exercício económico de 2014.-----

– O Gabinete de sua Excelência Senhor Primeiro Ministro, acusa por via oficiosa a receção da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”, enviada por esta Assembleia Municipal.-----

– O Excelentíssimo Chefe da Casa Civil de Sua Excelência Presidente da República, acusa via correio eletrónico, receção da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”, enviada por esta Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando Figueiredo remete via correio eletrónico, justificação da ausência à reunião de preparação da AM infantil e comemorações 40º aniversário do 25 de Abril.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes”, remete resposta do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, à pergunta colocada pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, sobre a poluição do Rio Pavia, decorrente do péssimo funcionamento da ETAR de S. Salvador.-----

– A Associação 25 de Abril remete via correio eletrónico documento referente às comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Repeses e São Salvador, entregou em mão, ofício relativo à deliberação de que a Sede da Freguesia será localizada em Repeses.-----

– A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, remete via correio eletrónico programa referente ao Seminário relativo a Delegação de Competências. Lei nº75/2013, de 12 de setembro Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.--

- A Escola Profissional de Torredeita remete revista Evoluir Aprendendo.-----
- O Exmo. Senhor José Carlos Ferreira entregou em mão reclamação referente valor do IMI a pagar.-----
- A Câmara Municipal de Elvas, remete Moção aprovada por unanimidade em defesa dos doentes oncológicos.-----
- A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, remete via correio eletrónico Alteração do Local referente do Seminário relativo a Delegação de Competências. Lei nº75/2013, de 12 de setembro Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.-----
- A Federação Regional das Associações de Pais de Viseu (FRAPV) solicita informação sobre como poderão intervir na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----
- A União das Freguesias de Viseu, remete via Correio eletrónico Ofício nº A 127/2014 assim como extrato/certidão da Ata da Assembleia de Freguesia de 27 de dezembro de 2013, onde a foi aprovada a alteração do nome ora existente, para “Freguesia de Viseu”.--
- O Grupo Parlamentar do Partido Comunista de Viseu remete para informação via correio eletrónico o Projeto de Resolução n.º 947/XII entregue na Assembleia da República, que visa o «Reforço dos meios para o funcionamento e manutenção da atividade e dos serviços das Assembleias Distritais.-----
- O Exmo. Sr. Luís Filipe Rui Oliveira Caetano solicita via correio eletrónico emissão de declaração comprovativa do Estatuto de Deputado Municipal eleito em 1986, 1989 e 1993.-
- O Exmo. Sr. Engenheiro Fernando Martins remete via correio eletrónico reclamação da Implantação de apoios de energia AT para benefício particular, sem autorização para a passagem de condutores AT sobre áreas particulares.-----
- O Agrupamento de Escolas Viseu Sul remete via correio eletrónico ficha de inscrição para a Assembleia Municipal Infantil.-----
- O Agrupamento de Escolas da Zona Urbana de Viseu remete via correio eletrónico ficha de inscrição para a Assembleia Municipal Infantil.-----
- A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu remete via postal divulgação do Concurso Especial de Acesso ao Ensino Superior para maiores de 23 anos.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, remete via correio eletrónico, pedido de suspensão de mandato por um período de três meses (90 dias) a contar a partir do dia 24 de fevereiro de 2014.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete transcrição da deliberação da proposta relativa a Isenção de Impostos – IMI /IMT, referente ao edifício nº59 na Calçada de Viriato objeto de reabilitação.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete para aprovação desta Assembleia Municipal o Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado 21 de Agosto.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete para aprovação desta Assembleia Municipal o Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Viseu.-----
- A Câmara Municipal de Viseu submete a esta Assembleia Municipal para efeitos de autorização, proposta relativa à extinção da associação denominada “Viseu, Comercialmente Novo, Agência para a Promoção do Centro Urbano de Viseu”.-----
- A Câmara Municipal de Viseu submete a esta Assembleia Municipal para efeitos de autorização, proposta de dissolução da Expovis – Promoção de Eventos Lda.-----
- A Câmara Municipal de Viseu submete a esta Assembleia Municipal para efeitos de autorização, proposta de alienação da sua participação no Capital Social da Gestin Viseu, S.A.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete para aprovação desta Assembleia Municipal alteração aos Estatutos da Viseu Novo, SRU Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete para autorização desta Assembleia Municipal o

Concurso Público de Concessão de Serviço Público de Transportes Coletivos Urbanos Locais, para as linhas 4 (Av. Alberto Sampaio – Póvoa da Medronhosa, 17 (Rossio – Queirela), 18 (Rossio – Lustosa/Piaget), 22 [Aguieira – Fail (Via Hospital)] e 24 [Rossio – Ribafeita (via Silgueiros de Bodiosa)].-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete para autorização desta Assembleia Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal, para preenchimento de um número máximo de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Direito.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete para autorização desta Assembleia Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal, para preenchimento de um número máximo de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Serviço Social.-----

– A Câmara Municipal de Viseu solicita a esta Assembleia Municipal um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior/Área Funcional de Desporto.-----

– A Câmara Municipal de Viseu solicita a esta Assembleia Municipal um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior/Área Funcional de Engenharia do Ambiente (Aviso 22624/2011).-----

– A Câmara Municipal de Viseu solicita a esta Assembleia Municipal um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior/Área Funcional de Engenharia do Ambiente (Aviso 23196/2011).-----

– A Câmara Municipal de Viseu solicita a esta Assembleia Municipal um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de dois postos de trabalho, para a carreira e categoria Assistente Técnico/Área Funcional de Construção Civil.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete para efeitos de autorização desta Assembleia Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal, para preenchimento de um número máximo de 3 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete para efeitos de autorização desta Assembleia Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal, para preenchimento de um número máximo de 2 postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Engenharia Civil, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.-----

– A Câmara Municipal de Viseu submete para efeitos de autorização e designação desta Assembleia Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal, para cargo de direção de 1º Grau – Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente.-----

– O Agrupamento de Escolas Viseu Norte remete via correio electrónico ficha de inscrição para a Assembleia Municipal Infantil.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão, entregou neste Serviço de Apoio à AM em mão, pedido de substituição para a Sessão da Assembleia Municipal que se irá realizar a 28-02-2014.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes”, remete via correio electrónico pergunta dirigida ao Exmo. Sr. Ministro das Finanças pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia.-----

– A FIMMO – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, remete via postal



petição relativa ao Licenciamento do Projeto de Reformulação de Condomínio.-----
– A Câmara Municipal de Viseu, remete através de protocolo resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária apresentado na Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2013.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas, por via postal, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 30 de dezembro de 2013.-----

– Foi remetido por via Edoc link ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Sessão de 30-12-2013.-----

– Foi remetido por via Edoc link ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, na Sessão de 30-12-2013.-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Ministro da Economia Dr. António Pires de Lima cópia da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Dr. Sérgio da Silva Monteiro, cópia da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. 1º Ministro Dr. Pedro Passos Coelho, cópia da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”.-----

– Foi remetido a Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, cópia da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”.-----

– Foi remetido por via Edoc link ao Exmo. Sr. Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, cópia da Moção intitulada “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA COMPETITIVA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU”.-----

– Foi remetido via postal à Família o Exmo. Sr. Eng.º José Fernando Rodrigues de Matos o teor do “Voto de Pesar” aprovado por Unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de 30-12-2013.-----

– Foram entregues no Gabinete do Exmo. Sr. Diretor de Departamento assim como remetidos via Edoc documentos originais devidamente assinados e rubricados referentes ao Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da CMV e dos SAMS.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais desta Assembleia, Plano de atividades e Orçamento do exercício económico de 2014 da CIM Viseu Dão Lafões.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Diretores (as) dos Agrupamentos de Escolas, Zona Urbana de Viseu, Viseu Sul, Viseu Norte, Viseu e Mundão, à Diretora do Colégio da Imaculada Conceição, ao Diretor do Colégio da Via Sacra, à Diretora da Escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget, ao Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viseu e ao Presidente da Direção da Federação das Associações de Pais de Viseu, convite para reunião a realizar-se em 17-01-2014 relativa à iniciativa Assembleia Municipal Infantil.-----

– Foi dado conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais da resposta do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, à pergunta colocada pelos Exmos Srs. Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, sobre a poluição do Rio Pavia, decorrente do funcionamento da ETAR de S. Salvador. -----

– No Âmbito das iniciativas relativas à celebração do 40º aniversário do 25 de Abril, foi



- remetido via Edoc link ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu solicitação de cópia dos autos referentes às diversas eleições realizadas desde o 25 de abril de 1974.---
- Na sequência da reunião realizada a 17 de janeiro, foi solicitado via correio eletrónico, a informação da possibilidade dos alunos do 3ºCEB do Agrupamento de Escolas de Mundão, do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana de Viseu, do Agrupamento de Escolas do Viso, do Agrupamento de Escolas de Viseu Norte, do Agrupamento de Escolas de Viseu Sul e do Colégio da Via Sacra desenvolverem um trabalho ou realizarem um colóquio sobre o 25 de Abril. -----
 - Foi dado conhecimento via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais do e-mail proveniente da ANMP referente ao Programa relativo ao Seminário Delegação de Competências Lei 75/2013, de 12 de setembro. Regime Jurídico das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais.-----
 - Foi remetido via postal à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) listagem dos quatro representantes e respetivos suplentes designados na Sessão ordinária desta Assembleia Municipal realizada 30/12/2013 para constituição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões comunicação dos representantes (efetivo e suplente) eleitos na Sessão ordinária desta Assembleia Municipal realizada em 30/12/2013, para integrarem o Conselho da Comunidade do ACES Dão Lafões.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Distrital de Viseu comunicação dos representantes (efetivo e suplente) das Juntas de Freguesia para a Assembleia Distrital de Viseu eleitos na Sessão ordinária desta Assembleia Municipal realizada em 30/12/2013.-----
 - Foram enviados aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão da AM de 28/02/2014. -----
 - Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico Convocatória da AM de 28/02/2014.-----
 - Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
 - Foi enviado via correio eletrónico ao Diário de Viseu e Jornal Via Rápida, Edital para publicação da Sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2014. -----
 - Na sequência do pedido de suspensão de mandato por um período de três meses do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, informou-se officiosamente a Exma. Senhora Deputada Municipal, Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
 - Na sequência do pedido de suspensão de mandato por um período de três meses do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, informou-se officiosamente o Partido Socialista que a Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
 - Foi comunicado ao Exmo. Sr. Engenheiro Fernando Martins via correio eletrónico que a reclamação por si apresentada referente à Implantação de apoios de energia AT para benefício particular, sem autorização para a passagem de condutores AT sobre áreas particulares, foi reencaminhada via EDOC (ENT-AM/2014/34) para a Câmara Municipal de Viseu, em virtude de não se tratar de matéria da competência deste órgão.-----
 - Na sequência do pedido de substituição para a Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014 solicitado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão, informou-se officiosamente o Exmo. Senhor Deputado Municipal, José Paulo Vila Chã Cavaleiro para proceder à respetiva substituição.-----
 - Na sequência do pedido de substituição para a Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014



solicitado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão, informou-se officiosamente o Partido Socialista que o Exmo. Senhor Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi enviado via postal resposta à carta entregue em mão pelo Exmo. Sr. José Carlos Ferreira registada sob o nº ENT-AM/2014/15.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom tarde a todos. Cumprimentava as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Passava um conjunto de informações aos Senhores Deputados sobre algumas questões. Informava os Senhores Deputados que está em curso a organização da IX Assembleia Municipal Infantil que se vai realizar no próximo dia vinte e nove de maio em conjunto com o Executivo Camarário e com a colaboração de todos os Grupos Municipais. Gostaria também de realçar a adesão e a colaboração de todos os Agrupamentos de Escolas, da Comissão Proteção de Crianças e Jovens, da Federação Regional das Associações de Pais e também da Escola Profissional Mariana Seixas. O tema escolhido para esta Assembleia Municipal Infantil foi “LIBERDADE”. Informava também que estão a ser preparadas as comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril com o empenho dos Grupos Municipais, do Senhor Presidente da Câmara e de todo o Executivo, também dos Capitães de Abril que na altura estavam no nosso Regimento de Infantaria de Viseu, também das Escolas Secundárias e dos Agrupamentos de Escolas. Estão a ser programados um conjunto de eventos cujo programa será dado a conhecer brevemente. Estamos certos também que, com a colaboração e o empenho de todos, este que foi um momento histórico para todos nós e para o País, irá ser comemorado condignamente em Viseu. Informava também que está a decorrer novamente o concurso, “O Prémio Viseu na Europa” patrocinado pelo Deputado ao Parlamento Europeu Professor Correia de Campos, que é destinado às Escolas Secundárias e Técnico-profissionais de Viseu. Informava também que a Federação Regional das Associações de Pais, solicitou uma reunião à Mesa da Assembleia Municipal que se realizou na passada terça-feira dia vinte e cinco, tendo estado presentes representantes das Associações de Pais, quer da Federação quer das Associações de Pais da Ribeira e da Grão Vasco. Manifestaram preocupação em relação ao estado das instalações e também à segurança das crianças e entendem que devia haver uma intervenção urgente nas escolas. Procuraram com a reunião sensibilizar a Assembleia Municipal para esta situação, de modo que todos contribuíssemos para a resolução da situação. Contactámos o Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto, que referiu que iriam nesta Assembleia ter informações e que já tinha agendado/previsto dar informações sobre o assunto nesta Assembleia. Temos aqui também uma situação que gostaríamos de colocar à consideração de todos que é em relação ao pedido do Dr. Carlos do Vale Martins, que solicitou a suspensão do mandato pelo período de noventa dias a contar do dia vinte e quatro de fevereiro e que foi substituído pela Doutora Adelaide Joana da Silva Modesto e que de acordo com o que está estipulado, esse pedido de suspensão deve ser apreciado por este órgão. Por isso, gostaria de saber se alguém tem alguma questão, ou se alguém quer colocar alguma questão sobre esse pedido de suspensão. Não havendo nada, pressupõe-se que o pedido foi apreciado e aceite por todos os presentes. Também, o Senhor Alberto Gonçalves da Ascensão do Partido Socialista, informou da sua impossibilidade de presença nesta Sessão da Assembleia Municipal, sendo substituído pelo Senhor José Paulo Vila Chã Cavaleiro.-----

Em relação ao Ponto Nove da Ordem de Trabalhos, o Executivo Camarário enviou ontem uma deliberação da reunião ordinária de ontem, vinte e sete de fevereiro, que foi aprovada em minuta, em que foi aprovado um novo documento referente ao CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS

E LOCAIS, PARA AS LINHAS 4 (AV. ALBERTO SAMPAIO – PÓVOA DA MEDRONHOSA), 17 (ROSSIO – QUEIRELA), 18 (ROSSIO – LUSTOSA/PIAGET), 22 [AGUEIRA / FAIL (VIA HOSPITAL)] E 24 [ROSSIO-RIBAFEITA (VIA SILGUEIROS DE BODIOSA)], e que este documento substitui o que foi aprovado na reunião do Executivo Camarário do dia treze de fevereiro de dois mil e catorze. Como sabem, após recebermos ontem a comunicação do Executivo de imediato a enviámos para todos os Senhores Deputados por e-mail e assim, colocaríamos esta situação à apreciação e votação da Assembleia. Se nenhum dos Senhores Deputados vir qualquer inconveniente na substituição do documento do Ponto Nove e em conformidade com a comunicação do Executivo, consideramos que o documento proposto para apreciação e votação no Ponto Nove, será substituído, conforme proposta do Executivo Camarário de vinte e sete de fevereiro por deliberação unânime da Assembleia Municipal.-----

Passávamos à votação da Ata da Sessão Ordinária de trinta de dezembro de dois mil e treze. Gostaria de saber se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar em relação à Ata? Não havendo nenhum dos Senhores Deputados a pedir o uso da palavra, colocaria a proposta à votação. Se os serviços tiverem a contagem? Estão presentes quarenta e oito (48) Deputados. Quem vota contra? Quem se abstém? A Ata foi *Aprovada com quarenta e cinco (45) votos a favor, três (3) abstenções, nenhum voto contra.*-----

Vamos iniciar de imediato o Período Antes da Ordem do dia e por isso, solicitava aos Grupos Municipais que apresentassem as suas intervenções. Já temos aqui propostas do Grupo do PSD, da CDU, Bloco de Esquerda, do PS e também do CDS. Antes de iniciarmos, gostaria de colocar à Assembleia uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Manuel de Abreu Lameira que passo a apresentar: -----

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR-----

Fomos surpreendidos pela notícia do falecimento do Senhor Professor Manuel de Abreu Lameira. Nasceu na Freguesia de Mundão e foi no Concelho de Viseu que sempre viveu. Professor do Ensino Primário e da Telescola exerceu a sua atividade profissional com exemplar dedicação. Entre 1976 e 1992, exerceu o cargo de Subdelegado Escolar, assumindo a responsabilidade de dirigir a Delegação Escolar de Viseu, entre os anos de 1992 e 1999. Num e noutro cargo, teve um papel relevante na valorização da relação entre aquela estrutura e as diversas escolas do Concelho, tendo sido um interlocutor privilegiado na relação com a comunidade escolar do Concelho, valorizando sempre o papel dos docentes no processo ensino/aprendizagem.-----

Mas, se como professor e dirigente escolar a sua ação marcou várias gerações, como cidadão e autarca teve um percurso exemplar de dedicação à causa pública e ao ideal autárquico, tendo realizado um trabalho notável ao serviço da população da sua Freguesia, a extinta Freguesia de Santa Maria.-----

Como autarca, iniciou a sua atividade como vogal, na Junta de Freguesia de Santa Maria, em fevereiro de 1983, quando assumiu as responsabilidades da tesouraria, até janeiro de 1994. Nesse ano e por falecimento do Presidente da Junta, assume esse cargo até janeiro de 1995, ano em que é eleito, sendo sucessivamente reeleito até Outubro de 2013.-----

Pela sua postura e conduta ao longo da sua vida cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Viseu delibere:-----

a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Manuel de Abreu Lameira, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar;-----

c) Recomendar à Câmara Municipal de Viseu que perpetue o seu nome na área da antiga Freguesia de Santa Maria.-----

Está em discussão este Voto de Pesar.-----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Caros Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social. Só para dizer de uma forma muito sucinta e muito rápida e com muito respeito pela causa ou pelo assunto aqui proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que o Executivo da Freguesia da União das Freguesias de Viseu, está inteiramente solidário com o Voto Pesar aqui proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e dizer-lhe que também nós em deliberação do Executivo já aprovamos exatamente um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Manuel Lameira e vamos também em sede da Assembleia de Freguesia propor que a sua memória seja também perpetuada na toponímia da cidade. Estamos assim, inteiramente de acordo relativamente ao voto do Senhor Presidente. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Doutora Cristina Paula.-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Comunicação Social presente e demais Público. Estou aqui a fazer esta intervenção a pedido do Doutor Manuel Teodósio que por razões profissionais, ainda não lhe é possível estar presente na Assembleia, ele vem em viagem e estará a chegar a qualquer momento, mas receando não conseguir cumprir o início da Sessão, pediu-me que lembrasse a memória do Senhor Deputado Professor Lameira e para em seu nome ler uma sua intervenção que passo a fazer:-----

Por um imperativo de ética democrática, por um imperativo de político e por um imperativo de amizade pessoal, não podia deixar de referir aqui algumas palavras solidárias, nesta primeira Assembleia Municipal após o desaparecimento do Professor Manuel de Abreu Lameira, último Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e membro desta Assembleia Municipal até outubro passado.-----

Falar do amigo Professor Lameira, é falar de alguém que corporalizava na perfeição o conceito de lealdade, de disponibilidade, de humanista, de serenidade e de solidariedade, completamente despidas de interesses pessoais ou cooperativos.-----

Ele foi para mim um exemplo de comportamento, que me foi e continua a ser diariamente orientador dos meus princípios éticos e da minha postura pública.-----

Falar do Professor Lameira, Presidente da Junta de Santa Maria de Viseu entre 1995 e 2013, onde tive o privilégio de sempre fazer parte das suas equipas, é falar de muitos anos de total empenho e dedicação a uma freguesia de que gostava muito e aos fregueses a quem procurava ouvir diariamente. Lembro-me que, mesmo aos sábados e domingos, logo pela manhã, muitas vezes o via a fazer o seu périplo pelos cafés e estabelecimentos comerciais das zonas habitacionais da freguesia, para no contacto direto com a população, ouvir os seus problemas reais e transmitir as “*demarches*” por si já feitas para a solução dos problemas previamente apresentados.-----

Sempre o vi empenhadíssimo nas reuniões com a Câmara Municipal defendendo os grandes investimentos necessários e merecidos na sua Freguesia, e se tal não era suficiente para fundamentar as suas propostas, convidava o executivo municipal a entrar no seu automóvel pessoal e levava-os” *in-loco*”, para que pudessem ver com os próprios olhos os problemas concretos das pessoas.-----

Importa também referir, porque merece destaque esta elevada postura do Professor Lameira, que se em Campanha Eleitoral ele vestia com orgulho a camisola do PSD, no dia seguinte à vitória, sem tirar essa camisola ele vestia por cima a da freguesia, o que fazia com que as reuniões da Assembleia de Freguesia, conseguia com a sua costela humanista, ser grande amigo de todos independentemente da sua cor partidária e receber a

reconhecida solidariedade dos elementos das outras forças partidárias.-----
Falar do Professor Lameira, Deputado desta Assembleia durante dezoito anos é relembrar alguém que sempre dignificou este órgão com a sua postura e o seu empenhamento e onde foram muitas as vezes que subiu a este púlpito na defesa da Zona Histórica e para reconhecimento do investimento municipal na melhoria da já boa qualidade de vida que se tinha na Freguesia.-----

Falar do Professor Lameira, Delegado Escolar de Viseu, é falar de alguém que também aí criou um ambiente de serenidade que permitiu desempenhar um trabalho muito reconhecido por todos os professores e do qual a educação saiu a ganhar.-----

Por tudo o que disse, é o Professor Lameira merecedor de todo o reconhecimento que lhe possamos demonstrar, obviamente a título póstumo, e que esse reconhecimento possa de alguma forma ser corporizado e visível, para as gerações vindouras.-----

O Professor Lameira desapareceu fisicamente, mas continuará bem presente na memória coletiva dos Viseenses.-----

Obrigado Professor Lameira pelo seu trabalho, empenho e exemplo deixado.-----

Manuel Teodósio. Muito obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Gostaríamos de perguntar se havia mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção. Iríamos colocar à votação este Voto de Pesar. Quem vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Íamos agora cumprir um minuto de silêncio.-----

Íamos continuar com o Período Antes da Ordem do Dia, tem a palavra O Presidente de Junta da União das Freguesias de Viseu.-----

----- **TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente, como há bem pouco tempo intervim, agradeçia que me dispensasse dos cumprimentos. A minha presença aqui tem sobretudo a ver com questões que ultimamente têm sido levantadas relativamente ao parque escolar do nosso concelho e no concreto da nossa freguesia. Dizer-lhe que, de facto comungamos das preocupações que a comunidade educativa, quer os pais, quer as associações de pais, de uma forma genérica têm demonstrado em particular pelas duas escolas que aqui já foram referenciadas, que é o caso concreto da Escola da Ribeira e da Escola Grão Vasco e dizer-lhe que tanto quanto sabemos, estamos muito satisfeitos com todo o trabalho que o Município está a concretizar no sentido de resolver de facto estas duas graves situações. Temos acompanhado este processo, juntamente com as associações de pais que nos têm também de alguma forma solicitado para estarmos presentes e para acompanharmos e percebemos que de facto as Escolas da Ribeira e Grão Vasco, necessitam de facto de intervenções urgentes. São intervenções diferentes no seu contexto, uma vez que a Escola da Ribeira é de facto uma responsabilidade do Município, do Poder Local, o mesmo já não será assim em relação à Escola Grão Vasco, mas sabemos que o Senhor Presidente da Câmara que saúdo e felicito assim como toda a sua Administração Municipal, estão preocupados com esta situação e estão de tal forma preocupados que estão à procura de soluções que satisfaçam exatamente a resolução destes graves problemas. Ainda há bem pouco tempo fomos chamados à responsabilidade por força dos normativos legais em relação à retirada do amianto e das placas em fibrocimento e acreditamos que o Executivo Municipal esteja preocupado com estas duas situações. Estamos descansados e sabemos que a tal responsabilidade não se eximirão e obviamente que aguardamos com natural satisfação e curiosidade o que o Senhor Presidente da Câmara tem a dizer-nos sobre esta matéria. Terminaria também ainda ligado às Escolas, com um aspeto muito simples e muito fácil a meu ver de resolver, mas que são dois constrangimentos que nós também nos apercebemos. No caso da Escola do 1º Ciclo em Gumirães, em que não existe uma abertura entre a copa e o refeitório, é uma obra tão simples que facilmente se resolve que simplifica e de que maneira as refeições para as nossas crianças e também que o Senhor

Presidente repensassem a questão da Escola do 1º Ciclo de Santiago, que é neste momento manifestamente exíguo para o número de crianças que a frequentam. Muito obrigado.-----
----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu vou abordar muito brevemente duas pequenas questões. A primeira é de que, não posso deixar de lamentar que meses decorridos sobre uma situação que aqui se levantou, que é a colocação das cadeiras na sala. Sei que já houve estudos sobre isso mas não está resolvido. Gostaria de deixar muito claro que se na próxima Sessão, se mantiver a situação, vamos recuar ainda mais uma fila. A responsabilidade é de V. Exas. e enquanto houver filas para recuar a gente vai recuando, que é para o Executivo tomar alguma atitude. A segunda questão prende-se com o Centro Cultural e Distrital de Viseu e com o protocolo que a Câmara firmou com o Centro Cultural Distrital. Oportunamente foi levantado pelos Vereadores do Partido Socialista, a questão sobre um protocolo que tinha sido assinado no tempo do Senhor Doutor Fernando Ruas. Eu próprio e também o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, levantámos essa questão aqui na Assembleia, que Vossa Excelência sempre chutou para o lado. Mas é mais grave do que ter chutado para o lado, é porque a seguir reincidiu nessa situação e no dia dezasseis de janeiro assinou um protocolo com uma instituição completamente descredibilizada que é o Centro Cultural e Distrital de Viseu, alegando embora que é uma associação que teria credenciais para isso e não tem. Toda a gente sabe que não reúnem em Assembleia Geral, não tem aprovação de quotas..., eu sei que cada vez que o Município faz por exemplo a atribuição de um subsídio, exige a Ata da eleição, exige a apresentação de contas das Finanças, exige a apresentação das contas da Segurança Social e eu pergunto com o Centro Cultural e Distrital isso passou-se? Ora bem, reconhecendo que isso era um ato ilegal, porque a situação como eu deixei aqui dito muito claramente, era uma ilegalidade quem tente a que o Executivo conseguisse contratar pessoas para fazer funções municipais através de uma terceira pessoa coletiva, porque o que se tratava é pura e simplesmente isto: A Câmara Municipal, contratou o Centro Cultural e Distrital de Viseu, dando-lhe uma verba, para o Centro Cultural e Distrital de Viseu que é como disse uma associação completamente descredibilizada, pagasse a nove funcionários que trabalham nos Museus Municipais. Bom, é tanta a asneira, é tão grave asneira que ontem o Executivo Municipal veio reconhecer isso, apresentando na Sessão a criação de nove postos de trabalho provisórios. Essa situação é o reconhecimento de que nós tínhamos razão. Isso é uma ilegalidade, isso é uma asneira e portanto o Executivo não pode entrar em jogadas destas. O Executivo não pode entrar em jogadas dessas e aliás, quando esse protocolo foi assinado na Câmara Municipal, toda a Vereação votou contra, exceto os Vereadores do PSD, o que é significativo. Por agora era só.-----

----- **MESA – O Senhor Primeiro Secretário:** Senhora Deputada Elsa Lemos, tem a palavra.-----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Boa Tarde. Excelentíssimos Membros da Mesa, Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara e respetivos Membros do Executivo, Excelentíssimos Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras. -----

MOÇÃO: POR UMA ESCOLA MELHOR.-----

Considerando: -----

- A preocupação e a responsabilidade que este Executivo demonstra para com as crianças do município que frequentam a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico ainda que expressa na forma cuidada como a Autarquia levou o programa europeu de distribuição de fruta escolar promovendo em simultâneo os produtos endógenos locais;
- Que do Programa Viseu Primeiro consta que “a Câmara Municipal investirá fortemente na criação de condições para tornar Viseu uma Comunidade qualificada de aprendizagem

e formação para os jovens, apoiando não só o seu processo educativo, como a sua complementaridade com qualificações artísticas ou desportivas e o necessário suporte às famílias;-----

- Que o Presidente da Câmara Municipal de Viseu ao felicitar em 11 de novembro de 2013 as escolas do concelho pelos “resultados positivos” obtidos no ranking dos exames nacionais de 2013, garantiu que “o Município está empenhado em fazer de Viseu uma comunidade qualificada de aprendizagem e formação sendo aposta deste Executivo melhorar a qualidade e os resultados do nosso ensino”;-----

- Que através do programa “Viseu Educa” o executivo promete para além do apoio ao processo educativo formal, “prestar um apoio pedagógico a crianças e jovens do concelho”, que incluirá também formação suplementar musical, artística ou desportiva;

- Que uma das prioridades da intervenção educativa passa por garantir a igualdade e o acesso à educação e ao bem-estar dos alunos;-----

O grupo municipal do CDS-PP propõe à votação desta Assembleia que seja recomendado ao Executivo a adoção das seguintes medidas para que as escolas do concelho em estreita colaboração e em reforço do apoio que as Juntas de Freguesia prestam a essa valência da sua área de responsabilidade:-----

- Construção de espaços cobertos exteriores nas escolas onde não existam como é o caso por exemplo do Centro Escolar Mestre Arnaldo Malho;-----

- Apreciação das condições físicas de segurança das escolas e adoção de normas e instalação de vedação e portões de segurança onde não existam;-----

- Instalação e melhoria dos sistemas de arejamento e aquecimento central das escolas onde isso ainda seja necessário;-----

- Substituição imediata das telhas e outros materiais de fibrocimento no caso de existirem ainda escolas com materiais que contêm substâncias cancerígenas;-----

- Melhoria das condições de trabalho geral das escolas, com colocação de telas ou persianas nas janelas, pintura geral, substituição de equipamentos e materiais pedagógicos deteriorados, etc.;-----

- Definição em concreto das atividades previstas para a formação suplementar musical, artística ou desportiva prevista para o ano letivo em curso e difusão atempada aos encarregados de educação desses programas. Muito Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Damos a palavra ao Senhor Deputado Vieira e Castro. Uma Proposta de Recomendação que vai ser enviada ao Executivo Camarário-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social presente. Acho que não é preciso repetir, acho que toda a gente ouviu. Tenho aqui três *Moções* que passo a ler:

MOÇÃO: REMOÇÃO DO FIBROCIMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2, 3 GRÃO VASCO.-----

Considerando:-----

1 - A Escola Básica 2,3 Grão Vasco, com mil alunos, apresenta um lamentável estado de degradação das suas instalações, nomeadamente: A inexistência de WC’s em quantidade suficiente para a comunidade escolar, com apenas dois blocos sanitários, um com seis e outro com quatro sanitas, localizados nos extremos do estabelecimento escolar, longe das salas de aulas, e em deplorável estado de degradação (esta tem criado, até, problemas de saúde a alunos que retêm para além do recomendável, as suas necessidades fisiológicas); a existência de salas de aula improvisadas em antigas arrecadações, com poucas condições para a prática letiva; a exiguidade de espaço dos vestiários destinados aos alunos para a prática de aulas de Educação Física, determinando a sua partilha simultânea por quatro a cinco turmas, de diferentes escalões etárias num espaço de apenas cinquenta metros

quadrados; a falta de espaços exteriores adequados às atividades lúdicas e de convívio dos alunos; as infiltrações de água e de humidade no edifício, que por vezes determinam que se desligue a eletricidade em vários sectores de cada sala; o piso do recreio deteriorado ao ponto de criar poças de água no campo polivalente; a completa destruição das janelas, caixilharias e vidros, alguns deles substituídos por placas de contraplacado, o que, além do mais, constitui um desperdício energético e um mau exemplo para os alunos;-----

2 - Um Relatório de Avaliação Externa da Inspeção-geral de Educação confirmou o estado crítico das instalações escolares desta escola que prejudica a qualidade do ensino e a motivação dos alunos desta escola multicultural, com alunos de várias nacionalidades e etnias, apesar de ter sido uma das quatro, a nível nacional, classificadas com “muito bom” em todos os domínios pedagógicos, em 2009/2010, graças, naturalmente, à qualidade e dedicação do seu corpo docente;-----

3 - Faz hoje precisamente três anos que a Assembleia Municipal de Viseu, na sessão de 28 de fevereiro de 2011, aprovou, por unanimidade, duas moções (apresentadas, respetivamente, pelo PSD e pelo BE) dirigidas ao senhor Ministro da Educação da altura, expressando a necessidade de requalificação urgente das instalações bastantes degradadas da Escola Básica 2,3 Grão Vasco, sem o que ficariam cada vez mais prejudicadas as condições de ensino e aprendizagem e o direito a uma escola pública de qualidade;-----

4 - A Direção do respetivo Agrupamento de Escolas tem dado conhecimento desta situação ao Ministério da Educação, de vários governos, tendo, inclusivamente, sido recebida pelo Senhor Secretário de Estado da Educação do governo de José Sócrates;-----

5 - Para além do exposto, acresce o facto, já denunciado publicamente pelo BE, ainda em 2011, de o bar e sala de convívio dos alunos ter uma cobertura de fibrocimento, que, dado esta escola ter sido construída há mais de 40 anos, contém certamente fibras de amianto, que com o tempo e degradação das placas, coloca em risco a saúde dos alunos, professores e funcionários, uma vez que se trata de uma substância tóxica e cancerígena, cuja comercialização e utilização foi completamente proibida em 2005;-----

6 - O Ministério da Educação tem desde 2007 uma lista de escolas cujos edifícios contém amianto na sua construção, mas segundo a direção da Associação de Pais da Escola Grão Vasco, esta escola não consta da lista de 52 estabelecimentos de ensino para remoção prioritária de placas de fibrocimento;-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e catorze, delibera expressar ao Senhor Ministro da Educação, a necessidade de requalificação urgente das instalações bastantes degradadas da Escola Básica 2, 3 Grão Vasco e a remoção urgente das placas de fibrocimento da cobertura do bar dos alunos desta escola. -----

Segunda MOÇÃO: REMOÇÃO DO FIBROCIMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DA RIBEIRA.-----

Considerando que:-----

1 - A Escola Básica da Ribeira, com duzentos e sessenta (260) alunos do 1º ciclo e noventa (90) alunos do pré-escolar, desde a sua construção em 1986, há vinte e oito (28) anos, que nunca teve uma intervenção de fundo que requalificasse as suas instalações que apresentam bastantes sinais preocupantes de degradação, nomeadamente, a rede exterior de arame, que frequentemente é cortada por miúdos para usufruírem do campo de jogos ao ar livre (é urgente a substituição desta vedação obsoleta por um gradeamento); caixilharia das janelas a deixar entrar água; ausência de isolamento térmico e acústico; exiguidade do refeitório, construído, alegadamente de modo provisório, em espaço retirado ao polivalente, o que obriga a que as cem (100) crianças do primeiro ciclo vão comer em dois turnos (um às doze horas e outro às treze horas);-----

2 - Desde 2007 que a autarquia tem vindo a prometer a requalificação desta escola, tendo, inclusivamente, estado exposta uma maquete do primeiro Projeto (prejudicado pela

decisão de não transferir a feira semanal para a Radial de Santiago) que previa, entre outras intervenções, um refeitório maior;-----

3 - O anterior executivo camarário assegurou numa reunião descentralizada das Juntas de Freguesias, na Junta de Freguesia de S. José, em março de 2012, que já havia 2 milhões de euros para as obras de requalificação, prevendo o seu início para outubro de 2012, o que até agora não se verificou;-----

4 - Toda a cobertura desta escola é em placas de fibrocimento, material que, dado a data da construção da Escola da Ribeira, anterior aos primeiros alertas da comunidade científica, contém amianto, substância comprovadamente cancerígena, quando as placas se encontram partidas ou degradadas, como é o caso, já que deixam até passar água da chuva, o que aumenta o risco de emissão de partículas nocivas para a saúde das crianças, dos professores e dos funcionários desta escola.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida na sessão de 28 de fevereiro de 2014, delibera:- Expressar ao Executivo Camarário a necessidade de intervir com urgência na Escola Básica da Ribeira de modo a remover a cobertura de fibrocimento e iniciar a requalificação deste estabelecimento de ensino, conforme é reivindicado há muito pela sua direção, pelos docentes, funcionários e pelas sucessivas direções da Associação de Pais e Encarregados de Educação.-----

Acho que ainda tenho cinco minutos, vou ler também a terceira Moção.-----

MOÇÃO: REVOGAÇÃO/NÃO APLICAÇÃO DO AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VISEU.-----

Considerando que:-----

1 - O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de trinta e cinco (35) horas semanais para quarenta (40) horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no setor privado, escondendo que esse é o limite máximo, mas que em muitos locais de trabalho e setores o horário de trabalho praticado é efetivamente inferior;-----

2 - O aumento de trinta e cinco (35) para quarenta (40) horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional e da formação. Não será por acaso que mais de cem câmaras municipais, muitas delas com executivos dos partidos do governo, continuam com o horário das trinta e cinco (35) horas semanais;-----

3 - O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público do município;-----

4 - Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais;-----

5 - Constituindo claramente uma desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de catorze por cento) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento do horário de trabalho não encontra qualquer justificação, nem argumentos, a favor dos trabalhadores e do próprio município;-----

6 - O aumento do tempo laboral para as quarenta (40) horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local, concretiza mais um corte brutal da despesa pública e prepara uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do Estado-2014, agravando a recessão económica e as condições sociais no município e no país;-----

7 - As centrais sindicais CGTP-IN e UGT já se pronunciaram considerando inconstitucional o diploma, tendo a verificação da sua constitucionalidade já sido suscitada junto do Tribunal Constitucional;-----

8 - Nos termos do artigo 241.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa as autarquias locais dispõem de quadros de pessoal próprio, nos termos da lei, constituindo este preceito um corolário do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais.-----

9 - Nos termos do artigo 35.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais.---

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 28 de Fevereiro de 2014, delibera:---

Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal de Viseu, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais a não aplicação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços do município, revogando-a.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, é entendimento da Mesa, aquilo que é já um entendimento antigo desta Assembleia, com exceção da primeira, estamos perante Propostas de Recomendação que cumprimos e enviaremos para Executivo Camarário. Independentemente da redação deliberada, é uma proposta de Recomendação ao Executivo que é competência própria do Executivo. Em relação à MOÇÃO, REMOÇÃO DO FIBROCIMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2, 3 GRÃO VASCO, coloca-se à discussão esta proposta.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES**

(PPD/PSD): Boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. Relativamente a esta questão, da Escola Grão Vasco, eu penso que é mais uma vez reiterado o diagnóstico que todos nós já fizemos em diversas ocasiões, seja em campanhas autárquicas ou em campanhas legislativas, a verdade é que da última vez, como aqui foi dito, desde que foi aqui aprovada uma Moção nesta Assembleia Municipal, para recomendar ao Governo que se fizesse a requalificação da Escola Grão Vasco, a verdade é que de 2011 para cá, há uma mudança clara no país e que todos nós sentimos, nomeadamente porque estamos a concluir o programa de ajustamento económico e financeiro e que desde aí, houve um conjunto de situações que estavam encobertas, nomeadamente, relativamente ao rigor e à transparência das contas públicas, que agora estando a nú, verificamos que andámos a viver para além das nossas possibilidades. Digo isto porque a Parque Escolar, foi, não mais do que um instrumento dessa fraude, um instrumento que não permitiu que o parque escolar, nomeadamente a Escola Grão Vasco pudesse ter sido requalificada a tempo e horas. Sabemos que a Parque Escolar, foi um programa de negócios e uma festa (como disse a anterior Ministra), para a arquitetura que iniciou com um investimento inicial de novecentos e qualquer coisa milhões de euros, e que já vai em mais de quatro mil milhões e ainda não está concluído. Com isto tudo o que é que eu quero dizer, é que as rendas que o Governo tem que pagar à Parque Escolar pelas escolas que já foram requalificadas, era o dinheiro disponível para fazer a intervenção na rede escolar e nesse sentido temos que ser todos rigorosos e temos todos que saber assumir as nossas responsabilidades. É óbvio que que está detetado, é óbvio que é um problema e é óbvio que iremos naturalmente apoiar a necessidade de se fazer esta intervenção e esta requalificação. Mas que não se faça aqui um branqueamento da ação de no passado quem não quis fazer esta intervenção, que assumiu através de umas audiências fictícias, de umas responsabilidades que não cumpriu, porque andou durante este período envolvido na festa, a pagar agora com faturas bastante altas e nesse sentido, quero aqui dizer em nome do PSD, que estaremos sim senhor a apoiar a necessidade desta requalificação da escola. Sabemos que é um problema, sabemos que é também uma necessidade, mas poderíamos deixar de fazer este reparo porque a responsabilidade maior, está naqueles que deixaram o futuro todo comprometido e cheio de dívidas. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguma intervenção? Tem a palavra a Doutora Adelaide Modesto.-----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS)**: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas Municipais, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. De facto, estaria inscrita para uma apresentação antes do período da ordem de trabalhos, o certo é que estando a discutir este assunto, não poderia deixar de vir aqui. De facto a presença do amianto um cancerígeno em placas de fibrocimento que foi largamente utilizado na construção das Escolas nos anos setenta e oitenta, é há muito motivo de preocupação e tal circunstância deveria sobretudo tocar as Autarquias e os Partidos que interromperam a requalificação dos equipamentos e que votaram ao esquecimento maquetes anteriormente apresentadas. É disso que isto aqui se trata. É de facto com esta preocupação que oportunamente o Partido Socialista colocou na agenda os casos flagrantes da Escola da Ribeira e da Escola Grão Vasco sendo certo que o Concelho não se resumirá tão somente a estas duas Escolas. Portanto não podemos aqui furtar-nos às responsabilidades de todos, sendo que o 1º Ciclo é responsabilidade direta e exclusiva da Autarquia. Dizer-vos também e parece-me fundamental que o rigor e a transparência das contas públicas não podem ser um “*sound bite*” que se utiliza para justificar medidas economicistas e tendo pouco presente a necessidade e o cuidado com as pessoas. Aliás, é caricato que em altura de Carnaval, época de máscaras de folia e de maquilhagem, se venha abordar aqui esta questão. Não maquilhemos a realidade e tratemos daquilo que é fundamental.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Tema a palavra a Doutora Filomena Pires.-----

----- **NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU)**: Muito boa tarde a todas e a todos. Dizer-vos antes de mais que é para a CDU uma enorme satisfação, face a um problema que foi aqui trazido na última Assembleia Municipal, a requalificação da Escola da Ribeira, a requalificação da Escola Grão Vasco, sem partidarites, agradecer a todas as forças políticas que resolveram juntar-se a esta causa, o que prova que de facto ela é uma causa que interessa a todos os munícipes de Viseu, que é uma causa que urge uma resposta que de facto tem tardado muito e saudar também as iniciativas que, nomeadamente as Associações de Pais têm desenvolvido no sentido de que efetivamente a opinião pública seja sensível aquilo que se passa na Escola Grão Vasco, ao que se passa também na Escola da Ribeira e há muitos anos. Dizer-vos que relativamente a esta questão a 16 de dezembro de 2013 estive na Escola Grão Vasco o Deputado do Partido Comunista Português Miguel Tiago, no dia seguinte portanto, a 17 de dezembro, este Senhor Deputado apresentou na Assembleia da República um conjunto de questões relativamente aquilo que viu e aquilo que lhe foi comunicado na Escola Grão Vasco, nomeadamente pela Direção e que o Governo deu resposta a estas questões. Curiosamente não fala do facto de termos andado a viver acima das nossas possibilidades, poderia ter sido o primeiro argumento apresentado pelo Governo, mas não foi. O MEC de facto dá a notícia de que tem conhecimento do estado de conservação dos edifícios escolares, diz que dentro daquilo que lhe é possível (e cá estão o viver acima das possibilidades) tem de facto feito as intervenções, mas depois espanto nosso, diz no que respeita à escola Grão Vasco, de facto esta Escola tem sofrido obras de conservação, de remodelação, nomeadamente nas instalações sanitárias, eu acrescento à descrição que aqui foi feita, para além da insuficiência, não há uma casa de banho adaptada naquela Escola, como de resto relativamente às acessibilidades a Escola de facto peca imenso. Diz que a última intervenção visou a requalificação do ginásio em 2010, que foram atribuídas verbas extraordinárias nomeadamente para a substituição e reparação da caixilharia e das portas, ao que sabemos foram apenas duas intervenções que foram feitas no ginásio. Portanto, a caixilharia está de facto em muito mau estado. Depois, espante-se quando o Senhor Vice-Primeiro-Ministro esteve naquela Escola, quando o Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário João Grancho o ano passado, portanto neste último

ano letivo, se deslocou à Escola, viu aquilo que a olho nu qualquer pessoa pode ver que é o estado de degradação em que se encontra a Escola e este Senhor diz, que não há de facto reporte de qualquer necessidade urgente de intervenção na Escola. Portanto, esta é a postura do Governo relativamente à Escola Grão Vasco, está escrito numa resposta dada no âmbito da atividade parlamentar do Partido Comunista Português e da visita que efetivamente foi realizada a esta Escola. Sobre esta matéria, eu de facto, só terei que enfim, votar a favor de qualquer Moção que aqui venha e que possa contribuir para que a situação seja ultrapassada, mas naturalmente já na última Sessão solicitei e volto a solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que efetivamente, atue junto do Poder Central para sabermos quando e de que forma é que vamos ter de facto uma Escola que é pública, ela é de todos e por isso deve ser preservada, quando é que efetivamente vamos ter intervenção na Escola Grão Vasco? Também relativamente à Escola da Ribeira, dizer que, depois de aqui termos levantado o problema do estado de degradação em que a Escola se encontra, soubemos que o Senhor Presidente da Câmara pessoalmente se dirigiu a essa Escola para constatar no local, aquilo que é o estado de degradação aqui denunciado pela CDU na última Assembleia Municipal. Ao que sabemos, foi revelada alguma intenção de intervenção nomeadamente no que diz respeito à remoção do amianto quando efetivamente as crianças não estiverem na Escola, cuidado naturalmente a ter, também nos foi dito que efetivamente haveria intenção de fazer requalificação faseada, mas nós gostaríamos de ter datas, gostaríamos de ter datas precisas para isto, porque de promessas os pais da Escola da Ribeira estão cansados. Não sei se um dia destes eles não tomam a decisão de tirar de lá os filhos, até porque alguns entenderam que a Escola ia ser requalificada perante tudo aquilo que foi um procedimento noticiado até por mim no Jornal do Centro, todo um procedimento que levaria de facto a crer que a Escola ia ser requalificada e de repente tudo isto é travado e não sei, eu se tivesse um filho naquela Escola, não sei de facto se não tomaria essa decisão de o tirar de lá porque os pais estão efetivamente cansados. Queremos datas Senhor Presidente, não basta isto que me chegou aos ouvidos depois de felizmente se ter deslocado aquela Escola. Portanto, relativamente a estas escolas, naturalmente e aquilo que se pretende que seja uma intervenção de requalificação, tudo aquilo que sejam Moções que aqui apareçam, por princípio terão naturalmente o voto da CDU, porque é uma causa que nós próprios aqui trouxemos e é uma causa que a própria Comunicação Social provou que é absolutamente consensual, não há aqui partidos naturalmente relativamente a esta questão. Sobre outras questões Senhor Presidente, há algumas que eu coloquei na última Sessão e para as quais não tive a resposta que pretendia. Tenho naturalmente que agradecer o esforço que fez no sentido de responder ao requerimento que apresentei na Mesa na última Sessão, mas lamento que o tenha feito tardiamente, chegou às minhas mãos a dois dias desta Assembleia. Em relação à fórmula a que obedece o cálculo do preço final da água consumida em Viseu, a sua resposta, apesar de muito elaborada e tecnicamente bem fundamentada, não respondeu à questão simples que eu coloquei aqui. Os SMAS de Viseu cobram ou não pela taxa máxima todo o consumo de água? É esta questão simples Senhor Presidente que eu quero ver esclarecida. Também, uma outra questão que gostaria de aqui trazer e ainda relativamente ao parque escolar. Senhor Presidente, recomendar ao seu Executivo que o Centro Escolar Viseu Estrela, cuja construção agora se inicia, que tenha em conta que se trata realmente de uma escola, que as crianças precisam de espaço aberto onde permanecer e brincar no decorrer dos intervalos. É que quer o Centro Escolar Mestre Arnaldo Malho, quer o Centro Escolar Professor Rolando de Oliveira se debatem com o problema de não serem de facto amigas das crianças, pois não foi acautelada nem remediada no projeto de construção esta necessidade incontornável de um abrigo para permanecer quando há mau tempo. Também gostaria de saber Senhor Presidente, quais as razões que levam a que quadros interativos entregues em Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas Viseu Norte em período de campanha eleitoral não tenham sido

ainda colocados. Quando se prevê que este equipamento tão útil para as crianças possa vir a ser utilizado? E por falar em brincar, mas falando sério, brincar é uma atividade tão imprescindível ao crescimento saudável de qualquer criança, que tenho que aqui trazer um problema que tem vindo a preocupar a CDU e relativamente ao qual temos solicitado a intervenção da Autarquia. A Câmara de Viseu tem feito em muitas zonas da cidade, sobretudo em períodos pré-eleitorais um investimento avultado na construção de Parques Infantis. Porém, esse investimento não tem sido acompanhado da indispensável e adequada manutenção dos equipamentos e espaços envolventes, resultando desse desleixo a inoperacionalidade de alguns dos Parques e o funcionamento de outros com graves riscos para a segurança física das crianças que os frequentam, tal é o seu estado de degradação. Outros, não cumprem a legislação em vigor, são exemplo disso, o Parque situado em Santo Estevão, Freguesia de Abraveses, o Parque do Bairro da Balsa instalado junto ao Pavia, no âmbito do Polis, o Parque de Repeses na Rua de Santo António, o Parque do Bairro da Pomba junto ao Hospital, os Parques 1 e 2 junto aos Edifícios Viriato que continuam fechados, apenas para citar alguns. Lamentamos ainda verificar que nem todos estes Parques atendem a situações de mobilidade reduzida e nenhum deles possui um só equipamento adaptado para crianças portadoras de deficiência. Uma criança portadora de deficiência em Viseu, não tem um equipamento que de facto responda às suas necessidades. Apelamos à sua intervenção no sentido que Viseu seja de facto amiga das crianças e uma cidade inclusiva. Que estes Parques sejam merecedores de um programa de vigilância permanente, que previna o estado de degradação atual. Na Freguesia de Orgens, existem duas situações para as quais queremos chamar a sua atenção: Na Rua da Capela as tampas do saneamento continuam a não resistir à pressão das águas pluviais, tornando intransitável sempre que chove e um calvário para os moradores a Rua junto ao Café da Micas. A Estrada de ligação Quintela Pascoal, está há meses sem parte da faixa de rodagem que aluiu por erros de construção tornando a circulação por aquela via extremamente perigosa. Era até curioso saber Senhor Presidente, quem foi a empresa adjudicatária da obra para se aferir se está na lista das felizes contempladas com a devolução da caução. Senhor Presidente...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, não pode intervir.-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo: Mas eu finalizo Senhor Deputado, não se preocupe. Quero ainda dizer que felizmente há um conjunto de Câmaras no nosso Distrito que não adotaram a posição retrógrada da Câmara de Viseu e respeitaram o contrato entre o Estado e os Sindicatos, mantendo as trinta e cinco (35) horas de trabalho semanal para com os seus trabalhadores. Não é um pretense reбуçado que o Senhor vai dar com a tolerância de terça-feira de Carnaval que apaga essa atitude que entendemos ser prepotente e seguidista tomada pela Câmara de Viseu. Se ainda me for permitido Senhor Presidente, gostaria de ler aqui uma saudação a propósito da aproximação do dia oito, Dia Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, constitui há mais de um século uma data marcante na construção da emancipação das mulheres...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, já vai em doze minutos, tem que concluir.-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo: Já vou em doze minutos? Muito bem, sim Senhor.-----

----- DEZ – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Membros, Comunicação Social e Público presente. Eu só queria fazer esta interpelação no sentido de estabelecer um ponto de ordem porque, presumo que ainda estamos no debate da Moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativamente à Escola Grão Vasco. É que foram levantadas aqui uma série de questões que caem fora do âmbito deste debate. Eu penso

que a Senhora Deputada estava a intervir no âmbito da Moção do Bloco de Esquerda e depois ainda poderia fazer a sua intervenção posteriormente, relativamente a outras questões. Era só esse aspeto que eu estava realmente a levantar. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só para dizer que nós não quisemos interromper a Senhora Deputada mas é óbvio que a Senhora Deputada ficou prejudicada, como tem direito à intervenção, é óbvio que perdeu esse direito já que fez doze minutos.--- Dava a palavra à Senhora Deputada Lúcia Silva.-----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde. Queria dirigir os meus cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Público em geral Comunicação Social. Venho aqui no âmbito da Moção apresentada pelo Deputado do Bloco de Esquerda e também na sequência das palavras proferidas pelo Senhor Deputado da bancada do PSD, queria aqui, enfim, relembrar algumas questões que o Senhor Deputado aqui aflorou e que me parecem pertinentes. Eu compreendo que o Senhor Deputado queira justificar o que é injustificável. Compreendo, porque todos nós sabemos que as políticas do Partido do atual Governo estão a levar e a conduzir o país ao empobrecimento total. Todos nós sabemos e todos nós conhecemos a vontade e as políticas que o atual Governo está a implementar para a destruição da escola pública, não é nenhuma novidade para ninguém. Já agora, a propósito também desta questão da escola pública e do investimento que foi feito pelo anterior Governo, eu recomendava aqui ao Senhor Deputado uma leitura atenta do PISA, para perceber e para ver de que modo é que as políticas, as boas políticas implementadas ao nível da educação, conduziram o nosso país a níveis de educação, para os resultados atingidos no PISA. Agora Senhor Deputado, não queira mascarar uma realidade e deixemo-nos de demagogia. Todos nós sabemos que a Parque Escolar abrange as Escolas Secundárias, ou seja, a Parque Escolar só podia intervir nas escolas com 3º ciclo e secundário. Como nós sabemos e o Senhor Deputado também sabe, até porque é professor, sabe que o Agrupamento de Escolas Grão Vasco não se insere nesta tipologia, portanto a Parque Escolar jamais e por muita boa vontade que tivesse, jamais poderia fazer obras na Grão Vasco. Todos nós também percebemos que a Grão Vasco é uma Escola que tem pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo, o pré-escolar e o 1º ciclo são da responsabilidade da Autarquia, o 2º e o 3º ciclo são da responsabilidade do Ministério da Educação e cabe ao Ministério da Educação desenvolver tudo aquilo que deve desenvolver e neste caso, implementar e desenvolver as obras que são necessárias fazer, até porque o Senhor Deputado também já visitou esta escola. Já a visitou e já percebeu, sabe das dificuldades e da necessidade de obras que esta escola tem, inclusivamente fez declarações públicas onde se comprometeu que iria junto do seu Governo, fazer tudo para que o Ministério da Educação pudesse então, desbloquear esta situação. Portanto, sejamos transparentes, sejamos honestos, não venhamos aqui tapar o sol com a peneira. Já agora, também gostaria aqui de abordar uma outra questão relacionada com a educação. Esta questão prende-se com o 1º ciclo, tem a ver com a rede de transportes, é preciso criar uma rede de transportes escolares que sirvam os alunos e as necessidades deles, nomeadamente o Centro Escolar de Rio de Loba, que não tem as devidas acessibilidades e também já que estamos a falar em escola, deixava aqui um alerta para o Senhor Presidente da Câmara. Vimos nas notícias que vai finalmente ser construído o Centro Escolar Viseu Estrela e todos nós sabemos ou pelo menos quem é da educação sabe que nós aqui em Viseu temos uma grave deficiência ou praticamente uma ausência ao nível da Unidade Multifuncional. Temos uma unidade em Tondelinha, que é uma unidade, enfim, tem o que tem e as condições que tem e quem conhece os concelhos aqui à volta vê e percebe a diferença entre as condições que existem nas unidades de multifuncional dos outros concelhos e vê as condições que as nossas crianças têm na unidade multifuncional em Tondelinha. Já que se vai construir uma escola, seria bom que se pensasse também nestas

crianças. Já agora, pegando na Escola da Ribeira, quando a Escola da Ribeira deixou de ter horário duplo para ter horário normal, a Escola da Ribeira aceitou porque, foi prometido na altura que iriam ter obras. Acontece que a Escola da Ribeira, tem uma unidade de ensino estruturado e esta unidade que acolhe nove crianças autistas, funciona numa sala interior. Acontece que, foi prometido na altura que isto iria ser temporário, que estas condições, que estas crianças estariam aqui em condições temporárias nesta sala e já lá vão alguns meses, penso que foi há dois anos que esta promessa foi feita e até agora nada foi feito. Portanto, pedimos aqui ao Senhor Presidente da Câmara o máximo de atenção para a resolução desta situação na Escola da Ribeira porque realmente as nossas crianças precisam e merecem. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** – Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, é só para clarificar aqui a intervenção da Senhora Deputada que quis de certa forma e com uma habilidade um tanto ou quanto duvidosa, colocar palavras na minha boca relativamente à Parque Escolar. Eu não disse que a Parque escolar deveria intervir no âmbito da rede das Escolas EB 2,3. O que eu acabei por dizer e se não entendeu vou clarificar, é que em virtude das rendas que o Estado tem que pagar à Parque Escolar, o orçamento disponível para a requalificação da rede escolar que é da competência do Governo ou da competência do Estado, não é possível ser feita. Se não acompanhou ou se não acompanha estes processos, mas também tenho a certeza que, em virtude das funções que ocupou, também de certeza que conhece relativamente ao pormenor qual era a disponibilidade existente para se fazer obras no parque escolar e não na Parque Escolar. Esse orçamento está quase todo ele cativo só para pagar rendas e que por isso mesmo em virtude do mau exercício governativo, do facto de termos que andar aqui a pagar dívidas acumuladas, com objetivos comprometidos no âmbito do memorando de entendimento, temos que definir prioridades e neste momento, por muito que nos custe e temos que o dizer de forma bastante clara, por muito que nos custe as condições são difíceis, não é deixar de lutar. Agora, nós não podemos inventar uma coisa que não existe. Nós temos dificuldades de natureza orçamental e financeira e isso tem que ser devidamente assumido e nós sabemos que em termos de educação, ao nível da educação a grande dificuldade que existe neste momento chama-se Parque Escolar. Os Senhores estão certamente recordados, quais foram os relatórios da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas relativamente ao exercício desta atividade e que por isso mesmo, se esbanjou dinheiro, se gastou dinheiro dos nossos impostos que hoje está a ser utilizado para pagar essa festa e que por isso mesmo compromete a requalificação da escola pública. Por isso mesmo Senhora Deputada, eu não disse rigorosamente nada disso, não disse que era a Parque Escolar, porque não tem competência para fazer as obras na Grão Vasco, é sim senhor o Governo que tem essa competência, mas relativamente à Parque Escolar, a Parque Escolar sorve o dinheiro todo dos nossos impostos para pagar a grande festa que foi o festival de arquitetura.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente renovo os cumprimentos que ainda há pouco acabei de apresentar bem com ao Executivo Camarário. Nós estamos, conforme referi anteriormente na interpelação que foi feita à Mesa, estamos no âmbito de um debate sobre uma Moção concreta relativamente à Grão Vasco e já foram aqui abordados os mais diversos tópicos. Pasmese! Falou-se do custo da água, quando estamos a falar da reabilitação da Escola Grão Vasco, além disso este esclarecimento prévio que foi dado pelo meu colega Deputado Pedro Alves, foi, penso eu, bastante pertinente e há uma série de

outras imprecisões que foram aqui referidas que também importa salientar. Falou-se dos resultados do PISA, mas os resultados do PISA, não avaliam as competências que são adquiridas pelos alunos num curto período de tempo, os resultados do PISA, são os resultados que avaliam as competências adquiridas de responsabilidade das políticas educativas e também de Governos anteriores. Foi referido que a Escola Grão Vasco é uma escola que ministra o 1º ciclo, como sabe Senhora Deputada na Escola Grão Vasco não há 1º ciclo, não é? Sabe perfeitamente. No agrupamento de escolas sim, mas nós estamos a falar da intervenção na Escola Grão Vasco. A Ribeira e outras escolas do agrupamento que ministram o 1º ciclo, foram alvo também de um debate específico para debater essa questão. Portanto, algumas imprecisões que importa ressaltar. Certamente que o Senhor Presidente do Executivo Camarário vai responder da forma adequada relativamente aquilo que se pretende fazer. As intervenções quer ao nível da Grão Vasco, quer ao nível da Escola da Ribeira, estão certamente já previstas, não sei se com data marcada, mas o Senhor Presidente vai certamente fazer referência a isso, obviamente que por exemplo, na Escola da Ribeira, não se poderia estar a fazer a mudança da cobertura com a escola em funcionamento, portanto, terá que ser feita num período de férias, não podemos ter os alunos a frequentar a escola e simultaneamente fazer a substituição da cobertura. Na Escola Grão Vasco, as competências da intervenção da parte da Autarquia são realmente diferentes e certamente que uma intervenção nessa escola se poderá fazer por exemplo, com um contrato programa com o Estado e portanto, com outro cabimento e serem realizadas de uma outra forma. Eu só vinha aqui dar estas breves notas, certamente que da parte do Executivo também serão salientados os pontos pertinentes. Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Temos mais um pedido de intervenção antes de ser colocar à votação. Senhor Presidente da Junta das Freguesias da Cidade.-----

----- CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Mais uma vez muito boa tarde Senhor Presidente. Agradecia que me dispensasse os cumprimentos. Eu gostava e sinceramente neste momento tenho alguma dificuldade porque o que estamos aqui a discutir é de facto a requalificação das escolas e houve uma intervenção da Senhora Deputada da CDU, que referenciou uma coisa relativamente aos Parques Infantis e eu não sei Senhor Presidente se lhe deva responder agora relativamente a essa matéria? Posso responder?-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde dizendo: Eu penso que não. Se não, cometeria o mesmo erro que está a apontar à Senhora Deputada-----

- O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu Diamantino Amaral dos Santos prossegue dizendo: Mas quer dizer! Eu gostaria de responder e dizer alguma coisa relativamente a essa matéria Senhor Presidente. Por isso...-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde dizendo: Se for rápido.-----

- O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu Diamantino Amaral dos Santos retoma a palavra dizendo: Muito rápido, muito rápido, telegráfico. Aliás, eu não gosto muito de falar, gosto é de dizer as coisas rapidamente para que fiquem. Na questão gostava de lhe deixar que claramente alguns Parques Infantis que referenciou da Freguesia, queria dizer-lhe claramente o seguinte: Este Executivo está em funções há cerca de quatro meses! Não está há quatro anos! Portanto, parece-me que neste momento, responsabilizá-los por tudo o que está a acontecer, não me parece que seja bom. Antes pelo contrário, verifica-se de facto uma pro-ção na sua atividade e deixe-me dizer-lhe Senhora Deputada que relativamente a dois Parques que enunciou, que são os Parques dos Edifícios Viriato, aqueles parques foram aceites pelo Município, não foram construídos pelo Município e por estarem naquelas condições, foram encerrados e deixe-me dizer também em abono da verdade que os serviços municipais estão a trabalhar na sua requalificação. Eu tenho sido testemunha disso, tenho sido chamado vezes amiúde para esse efeito e digo-lhe que de

facto há trabalho nesse aspeto. Gostaria também Senhor Presidente de lhe pedir ou deixar à sua consideração uma questão que há bocado por lapso, não referenciei e uma vez que eu sou posso ter uma intervenção no Ponto Antes da Ordem do Dia, gostava de lhe pedir permissão para apresentar uma proposta que há bocado por lapso me esqueci. Gostaria de deixar isso à consideração de V. Exa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu penso que já fez a intervenção. Salvo se for um assunto que a Assembleia entenda que é um assunto relevante e que haja neste caso uma autorização da Assembleia, como é óbvio. Estamos agora na discussão da Moção. Agora não pode. Poderá no futuro colocar a questão.-----
Colocaria desde já a proposta à votação.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária a vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, delibera expressar ao Senhor Ministro da Educação, a necessidade de requalificação urgente das instalações bastantes degradadas da Escola Básica 2, 3 Grão Vasco e a remoção urgente das placas de fibrocimento da cobertura do bar dos alunos desta escola. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi Aprovada por unanimidade.-----

Passaria agora à leitura de duas recomendações que serão enviadas ao Senhor Presidente da Câmara.-----

“Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal de Viseu, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais a não aplicação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços do município, revogando-a”. Esta proposta vai ser enviada ao Senhor Presidente da Câmara.-----

Por outro lado também, *“Expressar ao Executivo Camarário a necessidade de intervir com urgência na Escola Básica da Ribeira de modo a remover a cobertura de fibrocimento e iniciar a requalificação deste estabelecimento de ensino, conforme é reivindicado há muito pela sua direção, pelos docentes, funcionários e pelas sucessivas direções da Associação de Pais e Encarregados de Educação.”* Estas duas propostas de recomendação vão ser enviadas ao Executivo Camarário.-----

O entendimento da Mesa é que são propostas de recomendação. É a necessidade de intervir. Tem a palavra Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. Nós submetemo-nos à decisão da Mesa anterior presidida pelo Senhor Presidente, atual Presidente da Câmara e que pelos vistos trasladou e porque eu acho que isto é um nado morto é por isso que eu digo que trasladou para a atual Mesa, mas manifestámos desde logo a nossa discordância porque esta deve ser a única Assembleia Municipal do país onde as recomendações à Câmara não são votadas. É certo que a anterior Mesa, estribou-se num parecer do Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios, depois de protestos do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, mas acho que a argumentação é muito débil e não faz sentido, inclusivamente aqui a Senhora Deputada que também já fazia parte da anterior Mesa, numa Sessão onde isto foi discutido, argumentou desta forma. Disse que isto até era bem para a oposição porque de outro modo as recomendações nunca seriam aprovadas, porque estavam em minoria e portanto nunca seriam aprovadas. Ora isto, não faz qualquer sentido. Porque é que uma recomendação da oposição não pode ser aprovada como de resto tantas vezes aconteceu anteriormente. Isto só aconteceu porque o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente anterior Fernando Ruas queixou-se numa determinada altura de que o Bloco de Esquerda apresentava demasiadas propostas e a partir desse momento houve uma alteração de critérios, o que eu acho lamentável. Eu acho que o critério que leva a uma Assembleia, que leva à aprovação de uma Moção a expressar ao Governo a necessidade a intervir numa

escola, é exatamente a mesma que leva a expressar ao Executivo, que são dois órgãos diferentes de poder, em escalões diferentes a necessidade de intervir numa outra escola. Parece-me que o critério é exatamente o mesmo. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, da parte da Mesa e gostaria que sentisse e penso que todos, que a Mesa está aberta a analisar todos os factos, inclusivamente temos um conjunto de pareceres. Temos dúvidas, porque todos nós temos dúvidas e por isso a Mesa também tem dúvidas em relação a algumas situações. Neste momento a Mesa entende e tem um parecer dado a esta Assembleia. A Assembleia não parou, continuou e entendemos que esse parecer é válido e que nos vincula. Foi um parecer pedido pela anterior Assembleia, mas que nos vincula. Estamos disponíveis sem qualquer problema se for esse o entendimento, a pedir um novo parecer sobre essa questão. Até lá, o nosso entendimento é aquele que está vinculado num parecer que temos. Mas estamos disponíveis a solicitar um novo parecer sobre o assunto. Não haja aqui nenhuma dúvida. Aqui somos todos vivos, não há nados mortos, há nados vivos. Certo? Dava agora a palavra à Senhora Deputada Cristina Paula.-----

----- **DEZASSEIS – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES (PPD/PSD):** Boa tarde mais uma vez. Agradecia que me dispensassem dos cumprimentos que renovo naturalmente para toda a Assembleia. Sem pretender entrar numa análise da Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei nº62/2013, de 26 de Agosto, pelo interesse e vantagens que resultam para o concelho de Viseu, não poderia deixar de vir aqui fazer uma breve intervenção sobre o anteprojeto do decreto-lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (ROFTJ), tem uma sigla engraçada que, irá regulamentar a referida Lei. A Lei da Organização do Sistema Judiciário em princípio fez coincidir a área das novas comarcas que aumentaram em termos de abrangência territorial com a dos distritos administrativos. Assim, o Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, fica com uma competência territorial correspondente à circunscrição de todo o Distrito. Um dos objetivos a alcançar com a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional, passam cada comarca que é abrangida a dispor de uma oferta especializada em todas as matérias. Além da melhoria substancial no funcionamento do próprio sistema judicial, no caso do Tribunal do nosso Concelho, Tribunal da Comarca de Viseu é o concretizar, há aqui Senhores Deputados que sabem bem, por vontade também, é o concretizar de antigas expectativas, de antigos desejos, como é o caso da integração na secção de instância central de Família e Menores à muito reclamada e aguardada sendo que, o próprio edifício do Tribunal, desde o dia da sua inauguração tem um espaço, o terceiro piso, que até hoje tem estado sempre devoluto sem qualquer utilização, com condições necessárias para o efeito da instalação do Tribunal de Família e mais alguns que sabemos que virão. Além desta secção de Família e Menores, o Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, passará a integrar outras secções da Instância Central: Secção de Comércio, Secção de Trabalho, Secção de Instrução Criminal, Secção de Execução, Secção Cível e Secção Criminal. Anunciada também está, a instalação de uma secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) deixando agora de estarmos dependentes de Coimbra. Ainda estamos, mas iremos deixar de estar. Atribuição de secções de competência especializada, é sem dúvida um marcador bastante importante para o desenvolvimento e afirmação do concelho de Viseu enquanto polo aglutinador de serviços na área da justiça, com naturais reflexos positivos nas pessoas e também nas empresas. As vantagens parecem-me por demais evidentes. A especialização designadamente, ao nível do conhecimento dos intervenientes processuais é importantíssima numa área tão vasta como a área do Direito, contribuindo diretamente para melhorar a qualidade dos serviços prestados, possibilitando e potenciando uma justiça mais célere e eficaz. Permite também aliviar o excesso de processos judiciais pendentes, atualmente processados em secções de competência genérica, propiciando, esperemos, uma conclusão mais rápida. Além disso, o número de magistrados com esta

atribuição de Secções Especializadas quer judiciais quer do Ministério Público irá ser aumentado e adequado às novas necessidades naturalmente o que traduz inclusivamente uma fixação de mais pessoas no concelho. Terão que vir, não tenho presente os números exatos, mas provavelmente cerca de quarenta profissionais. Digo este número só como referência, não é um número exato. Penso que são vinte Juízes e entre quinze a dezoito ou dezanove magistrados do Ministério Público. Acresce ainda que existem matérias que, pela sua especificidade e pela sua sensibilidade e nesta situação eu refiro-me em concreto às questões que se prendem com direito de família e menores e também de comércio mas por outros motivos, justificam Tribunais adequados com profissionais formados para apreciarem e decidirem as questões que lhes são colocadas. A região irá sem dúvida assim, usufruir de um serviço de justiça mais completo e diversificado e com melhor qualidade e eficácia. Tudo isto irá traduzir-se naturalmente numa melhor justiça, com benefícios significativos para os cidadãos e para o concelho. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS): Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. Eu não traço um quadro tão edílico daquilo que a Senhora Doutora Cristina Paula aqui trouxe. O que a Senhora Doutora trouxe, é pura e simplesmente uma propaganda de uma medida do Governo. É verdade, é verdade. Isto é extremamente fácil. Eu próprio há doze anos pedi nesta Assembleia que se criasse em Viseu um Serviço de Família e Menores. Isso para mim não é nenhum problema que venha para cá, pelo contrário, até é uma coisa que estamos a reivindicar há muito tempo. Mas eu gostava que as pessoas pensassem que esta reforma da justiça, tem que ser encarada como uma reforma global e tem que ser encarada sob um ponto de vista que é o ponto de vista das populações. Vai-se criar em Viseu um Tribunal que vai obrigar pessoas que iam a Moimenta, vêm tranquilamente a Viseu desde Penedono, pessoas de Oliveira de Frades, vêm a Viseu e isso custa dinheiro às populações. Não é tão edílico como se está a colocar o problema. A população não ganha com isso. A eficácia da justiça, eventualmente ganhará, eventualmente e nem sequer tenho a certeza disso. Que haverá maiores Secções, chamemos-lhe assim do âmbito do Direito, haverá com certeza. Agora, a população do Distrito vai melhorar? Eu tenho grandes dúvidas sobre isso, porque isso vai custar caro às populações que vão ter que se deslocar para cá. Para mim, é também muito importante um problema de coesão territorial e isso, não foi colocado pela Senhora Ministra e não foi por um motivo, é que a reforma da Senhora Ministra tem em vista uma coisa que é tão simples quanto isto: É a defesa das grandes sociedades de advogados. Essas estão concentradas nas capitais. Agora, o advogadozinho de Sernancelhe ou de Oliveira de Frades, esse vai ver a sua vida dificultada e é isso que as pessoas têm que pensar também. Não é tudo edílico.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Íamos para a intervenção do Dr. Pedro Baila Antunes.-----

----- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimo Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Jornalistas, Excelentíssimo Público. Eu não sei se está aí alguém representante em exercício do Jornal do Centro e do Correio Beirão, queria dar enfim, um cumprimento especial, por que a nossa imprensa está certamente mais rica e uma imprensa atenta, competente e independente é fundamental. Enfim, diria já agora, se calhar o aspeto radiofónico é que ainda precisava de mais complementos, enfim diria, em relação ao que tem. Eu vou fazer uma intervenção com dois registos. Uma intervenção política e depois sobre o assunto, uma Moção. Tenho a certeza que é mesmo uma Moção.-----

Como, em anteriores mandatos, já tenho referido nesta Assembleia Municipal, os viseenses – com ênfase nos agentes políticos – tiveram (e quero aplicar o tempo verbal no passado) uma espécie de complexo pela inexistência de uma Universidade Pública!----- Evidentemente, que as numerosas promessas políticas perdidas de instalar a universidade pública em Viseu, apregoando projetos, mais realizáveis ou mais utópicos-demagógicos, só concorreram para o recrudescimento do desencanto.----- Isto estava também muito associado aquilo que nos tem acontecido desde à muito, nomeadamente às diversas infraestruturas estratégicas que fugiram, quase diria de Viseu entre as mãos para cidades vizinhas, começando pela própria universidade para Aveiro, a faculdade de medicina (a última grande oportunidade de universidade?), o comboio, as grandes indústrias (por exemplo a Citroen), diversos serviços públicos, o estádio de futebol (este diria “ainda bem!”), etc.----- Esta dor tem estado sempre latente na (in)ação dos diversos agentes políticos (isto é, Viseenses enquanto Membros do Governo, Deputados, e, particularmente, a Câmara Municipal de Viseu) que, contrariamente a outras cidades-regiões, pouco cooperaram para o desenvolvimento das instituições de ensino superior já instaladas, mormente aquela que é pública: o Instituto Superior Politécnico de Viseu (IPV); parecendo quase minorizar o seu papel. Sintomático disto, aliás, disse-o aqui quando isso aconteceu foi o cidadão com reconhecido mérito que desempenhava o cargo de Presidente da Câmara de Viseu, enfim, tendo sido membro do Conselho Geral durante um quadriénio, não foi a uma única reunião, não tendo depois sido cooptado para o quadriénio seguinte (e muito bem como é evidente).----- Está à vista de todos, que, no atual contexto económico-financeiro do País, não é de todo expectável, ou até mesmo compreensível, a criação de raiz de ensino superior público universitário em Viseu.----- Viseu, os seus políticos locais ou nacionais, representativos ou executivos, despindo-se de sentimentos de “mal menor”, têm de finalmente olhar para “os seus”, contribuindo decisivamente para uma maior capacitação das instituições de ensino superior locais, em prol do desenvolvimento da cidade-região, neste Tempo quão difícil quanto decisivo.----- Tem havido ótimos sinais nos últimos tempos:-----

- O primeiro dos quais é indubitavelmente o Centro de Competência em Tecnologia da *Bizdirect*, encaminhado para Viseu pelo IPV e a que a Câmara Municipal de Viseu, prestou o apoio possível, devido, amplificando ainda mediaticamente o seu anúncio/“assinatura”. Este tipo de tripé de suporte: empresas-IPV-CMV ou outros como a Católica ou o Piaget etc.; é exemplar do tipo de cooperação/sinergias institucionais que têm de ser implementadas.-----
- Por outro lado também ouvi no último ano, quer enquanto candidatos à Câmara, quer enquanto Deputados, efetivamente houve várias visitas ao IPV.-----
- O Conselho Estratégico inclusive, pelo que sei, na sua primeira e quase diria, reunião ordinária, tratará do ensino superior em Viseu, o que é sintomático de que parece haver uma mudança de atitude no horizonte-----

A Assembleia Municipal de Viseu, enquanto órgão político máximo do Município, neste período crítico, mas que se deseja de mudança de Atitude Política – mais atenta e pró-ativa - de todos os seus agentes para com o IPV e certamente, para com outras instituições do ensino superior como a Universidade Católica e o Instituto Piaget, que também vivem períodos críticos dizia, a Assembleia Municipal de Viseu não se pode alhear de contribuir para, dentro das suas competências, prestar todo o seu apoio em prol do reforço, autonomia e desenvolvimento do Instituto Politécnico de Viseu.----- Enfim, se eu tivesse o jeito do Vice-primeiro-ministro para umas boas tiradas dizia qualquer coisa do género, que entre as instituições também tem de haver carinho, também tem de haver enfim, nestes períodos críticos algum apporto de força.----- Então passava a ler a *Moção* e vou tentar ser célere.-----

----- Moção de apoio ao Instituto Politécnico de Viseu -----

Neste tempo de múltiplas incertezas que atravessamos, é patente o período crítico, e, em certo sentido, o ponto de viragem, por que também passa o ensino superior em Portugal e o ensino politécnico em particular.-----

Refiram-se apenas três ameaças determinantes:-----

1- Os cortes significativos no financiamento do ensino superior. Num comunicado sobre o assunto o Conselho Coordenado dos Institutos Politécnicos (CCISP) refere que, entre 2006 e 2013, o ensino superior politécnico sofreu um corte de cerca 50% nas verbas do Orçamento de Estado. Registando-se igualmente uma grande dificuldade muito crescente dos estudantes no pagamento das respetivas propinas.-----

2 - As incidências demográficas negativas no número de alunos a frequentar o ensino secundário e, sobretudo, a candidatar-se ao ensino superior. Isto a par do estabelecimento de critérios de exigência no acesso ao ensino superior, que manifestamente prejudicam o ingresso em cursos de engenharia, criando assim um “garrote” no acesso a uma percentagem significativa dos cursos ministrados nos institutos politécnicos.-----

3- A reforma do sistema binário do ensino superior em curso, procura estabelecer uma maior diferenciação entre o ensino politécnico, mais profissionalizante e próximo do mercado de trabalho, e o ensino universitário de cariz mais científico. Porém, o Ministério da Educação não tendo estabelecido a necessária concertação com os agentes do ensino politécnico, nas medidas já anunciadas, não tendo alcançado a sua concordância (vide novos cursos superiores de curta duração).-----

Na carta remetida às instituições de ensino superior em outubro passado, em que se lançava a racionalização da rede de ensino superior em Portugal, cujo primado é a associação/agregação quase que acrescentaria aglutinação entre instituições de ensino superior, o Ministério da Educação defendia que as instituições devem organizar-se considerando as realidades regionais em que se inserem, observando uma lógica análoga à que se instituía no Despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior, de 11 de junho de 2013, para a definição das vagas no ensino superior para o ano letivo 2013/2014. De acordo com o artigo 18.º, “tendo em vista a promoção da coordenação da oferta formativa, são estabelecidas áreas de coordenação regional abrangendo” – entre outras- “as seguintes instituições:-----

Instituto Politécnico de Viseu e Universidade de Aveiro.-----

É sabido que o Instituto Politécnico de Viseu tem feito um trabalho notável de afirmação a nível local, regional e nacional. Atente-se em alguns factos sobre os recursos, a capacidade instalada e a atividade do IPV:-----

. O IPV possui um leque alargado de oferta formativa de qualidade, seja ao nível de Cursos de Especialização Tecnológica, licenciatura ou mestrado, ou formação contínua, em áreas como as ciências agrárias, a educação, a tecnologia, a gestão ou a saúde.-----

. Atualmente frequentam o IPV aproximadamente 6000 alunos, possuindo este um corpo docente com cerca de 400 docentes altamente qualificado - em breve, 70% serão doutorados - empregando ainda 250 funcionários.-----

. O IPV, nos seus diferentes campus, tem múltiplas infraestruturas, devidamente equipadas em valências como a ação social, desportiva, administrativa, académica e científica, incluindo laboratórios, pavilhões e campos de ensaio em diversas áreas científico-tecnológicas, devidamente equipados segundo padrões internacionais.-----

. Possui um centro de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Sendo muito expressiva a produção científica fundamental e aplicada do IPV; por exemplo só em 2012 foram editadas 569 publicações em livros e revistas científicas nacionais e internacionais.-----

.Têm-se concretizado múltiplas ações de interação direta com o tecido económico, contribuindo crescentemente para a inovação e a competitividade regionais, através da

realização de investigação e desenvolvimento aplicado e prestação de serviços de elevado valor técnico-científico.-----

. Tem-se igualmente verificado um estreitamento da ligação com a comunidade envolvente, ao nível de atividades sociais, culturais, desportivas e associativas, em articulação com autarquias, outros órgãos da administração pública e associações.-----

. Considerando diversos critérios, como por exemplo o número de alunos, o IPV está entre os 5 maiores politécnicos do país, apenas ultrapassado pelos politécnicos de Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria.-----

. Segundo diferentes critérios, em dimensão o IPV equivale-se ou é até superior a universidades do interior do País, como a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, e a Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã.-----

. O IPV é a única instituição de ensino superior público do distrito de Viseu, distrito com uma população próxima dos 400 mil habitantes.-----

. Um estudo do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Educação, Tecnologias e Saúde (CI&DETS), apresentado em 2013, revelava que o IPV em 2012 teve um impacto financeiro de 69,3 milhões de euros na região. Por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPV, gerou-se um nível de atividade económica de 4,64 euros na região de Viseu e Lamego.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, vem manifestar:-----

I - O apoio incondicional da Assembleia Municipal de Viseu ao Instituto Politécnico de Viseu, afirmando inequivocamente o papel basilar do IPV para a cultura, a economia, o conhecimento, a qualificação, a ciência e o desenvolvimento do Município, da região e do País, assumindo a Instituição como uma prioridade estratégica política de Viseu e da região.-----

II - O repúdio absoluto pela eventual criação de um consórcio, pela eventual fusão ou integração do Instituto Politécnico de Viseu com qualquer instituição de ensino superior, sem a concordância expressa das instituições envolvidas. Seguramente só assim estarão salvaguardados os interesses do Instituto Politécnico de Viseu e da região.-----

Se aprovada, a presente deliberação deverá ser dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Educação e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Politécnico de Viseu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta proposta. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados desta Assembleia. Apresento desde já as minhas desculpas por chegar atrasado pois estava longe de Viseu. Depois de almoço, é um bocadinho difícil de digerir tudo aquilo que aqui acabou de ser dito. Foi muita informação, a uma velocidade muito grande e tenho algumas dúvidas que todos tenhamos apanhado tudo. Dizer que obviamente o Partido Social Democrata se revê em todos os pressupostos. Perante o conjunto de informações que foram dadas, obviamente que não tendo aqui os dados para poder confirmar, não pomos em causa que não sejam realistas, que não sejam verdadeiros e como tal não poderemos ter rigorosamente nada contra. Em termos de defender tudo o que seja instituições fundamentais para o nosso Concelho, sempre estivemos na primeira linha e não deixaremos de estar na primeira linha. Sempre que isso leva que eventualmente possamos estar contra o Governo da Nação, sendo ou não sendo da nossa cor, também temos dado provas suficientes no passado de que não temos pruridos de tomar esse tipo de situações. No entanto, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Em termos de ética, teria sido preferível que fosse um outro membro da bancada a vir dizer o que foi dito aqui. Porque isto de nós sermos juízes em causa própria, fica sempre aqui um

bocadinho de levantar a ponta da carpete e ver o que está por fora. Por uma questão de ética, de princípio, teria sido preferível ser uma outra pessoa que não tivesse interesses com a instituição que está obviamente aqui a ser defendida. Dizer, que se relativamente ao primeiro ponto da Moção, não há qualquer achega a dizer, relativamente ao segundo, é bom também que tenhamos presente que tivemos aqui discussões muito acaloradas, discussões muito acesas na altura em que se discutia a possibilidade de ser um polo de Aveiro. Desse lado da bancada toda a gente queria um polo e a gente dizia que queríamos uma cilindrada maior, queríamos um Passat que era melhor que um polo e até se brincava um pouco à volta disso. Por isso, é bom também não nos esquecermos do que fizemos há um tempo, num passado ainda recente e por isso, obviamente que da nossa parte estamos aqui para apoiar a instituições de Viseu, naquilo que entendemos que é o caminho certo. Portanto, entendemos aquele segundo ponto, como que estar a dar o apoio à decisão do Instituto Politécnico de Viseu. E se o Instituto Politécnico de Viseu, entender que a solução pode passar por outras, obviamente que estamos cá e obviamente que não vamos limitar a autonomia negocial que o Instituto Politécnico de Viseu refere. Portanto, da nossa parte é perfeitamente pacífico, com a pequena ressalva de que efetivamente deveria eventualmente ter sido outra pessoa. Só isso. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Senhor Deputado Vieira de Castro. Com esta intervenção do Senhor Deputado Vieira e Castro, terminavam os sessenta minutos do Período Antes da Ordem do Dia que estão no Regimento. É só para termos todos uma noção para o futuro em relação a essa situação.-----

----- VINTE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social presente e Funcionários em exercício. O Bloco de Esquerda vai votar a favor desta Moção naturalmente, até porque, já aqui apresentámos, não sei precisar mas, foi a minha antecessora portanto, já há dois mandatos anteriores, Graça Marques Pinto, que apresentou aqui uma Moção para o reforço do ensino superior público em Viseu, que passava pela transformação do Instituto Politécnico em Universidade Politécnica, que era de resto uma reivindicação dos Institutos Politécnicos. Tendo em conta a desvalorização social que este tipo de ensino tinha e tem no nosso país, aliás como se vê pela própria política do Governo que agora o pretende menosprezar ainda mais. Isso abria a possibilidade de a Escola Superior de Saúde, se transformar numa Faculdade de Medicina, que de resto levou a Câmara a convocar os Viseenses para uma manifestação muito grande ali no Rossio, quando de facto Viseu, não tinha aquilo que a Covilhã já tinha que era uma universidade, a Universidade da Beira Interior e portanto se calhar não fazia muito sentido ficarmos aqui com uma Faculdade de Medicina no ar. Devo esclarecer que essa Moção, que o Bloco apresentou neste teor, se não estou em erro, foi mesmo aprovada por unanimidade. Esta reivindicação dos Viseenses da Universidade Pública que já é antiga, tem vindo a ser torpedeada pelos partidos que passaram pelo poder central naturalmente mas também por quem tem estado aqui à frente do poder local, portanto com PSD, mas também como o CDS, se calhar já vem de trás, com o objetivo de não beliscar os interesses das instituições de ensino superior reivindicadas em Viseu, que de resto fizeram pressões a nível nacional e local, como a Universidade Católica que chegou a fazer chantagem com o Governo, ameaçando fechar o polo de Viseu se aprovassem uma universidade pública para aqui. Foi com este objetivo e só com este objetivo que todas as propostas que têm sido apresentadas de universidades públicas para Viseu, não passaram de universidades da treta. O melhor exemplo foi a instalação em Viseu da sede da Universidade Aberta, que de resto, foi proposta pelo atual Senhor Presidente da Câmara. O desprezo deste governo, deste e dos anteriores, pelo interior, podia ter sido ultrapassado se de facto, agarrassem como eu na altura defendi a

ideia, a proposta de colocar aqui em Viseu um instituto ligado à Universidade de Aveiro, que eu recorde que ganharia autonomia financeira e pedagógica ao fim de seis anos, era isso que estava previsto. Eu na altura defendi publicamente, não tínhamos assento aqui, mas defendi publicamente que *“mais valia um pássaro na mão do que dois a voar”*. O bairrismo bacoco do poder local, o Senhor Presidente Fernando Ruas chegou a dizer que não queria passar à frente da escola e ver lá Escola ou Polo da Universidade de Aveiro. Não era um polo, era um instituto e hoje já teria autonomia e poderia ser o embrião de facto de uma universidade pública. Os Senhores, ficam com esse passivo nos anais do nosso Concelho. O problema do Instituto Politécnico e a desvalorização social do Instituto politécnico é uma coisa perfeitamente arcaica, vem da divisão entre o trabalho manual e intelectual que os gregos iniciaram depois de terem uma civilização que marcou a humanidade, durante séculos ou milénios, que tinha cientistas, aliás, que já vinha dos egípcios com a agrimensura, portanto, começaram a fazer experiências ligadas à vida concreta, à agricultura nomeadamente e começaram a descobrir a distância daqui à lua e outras coisas assim. Portanto, quando os gregos adotaram a escravatura, esse trabalho manual, (costuma-se dizer que a experiência é a mãe da ciência), esse trabalho manual passou a ser para os escravos. Então, veio a escolástica com a Teologia logo em cima da hierarquia das várias faculdades e portanto o trabalho manual desvalorizou-se, ao ponto de em Portugal só em 1911 é que os cirurgiões passaram a ter a dignidade de médicos, porque até aí eram técnicos, foi exatamente com a primeira república, porque até aí eram formados em escolas médico técnicas, havendo duas no Porto e Lisboa. Esta separação que depois a reforma Napoleónica prolongou, com a necessidade de criar quadros intermédios para a burguesia, hoje não faz qualquer sentido.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, pedia a sua colaboração pois temos mais seis inscritos.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Muito bem, eu vou já terminar. Isto para dizer que estou perfeitamente de acordo, vamos votar a favor, porque temos um Instituto Politécnico que só nos deve honrar e que tem que ser apoiado por toda a gente, que devia ser valorizado e se calhar passarmos a encarar esta possibilidade de transformação do Politécnico. Acabar com esse sistema dual que acho que não faz sentido nenhum. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Só para dar um sinal de precisão de terminologia, a proposta apresentada pelo Dr. Correia de Campos, não era a Faculdade de Medicina, era um Instituto de Ciências da Saúde que tinha vários aspetos, desde médicos, enfermagem, nutricionistas e administradores hospitalares. Era um conjunto diversificado, não era uma Faculdade de Medicina. Era só. Tem a palavra o Senhor Deputado Baila Antunes.-----

----- VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Um cumprimento genérico a todos. Sobre o que referiu o Deputado Manuel Teodósio, apraz-me registar várias coisas. Primeiro, quem me conhece e este é já o meu terceiro mandato, sabe que eu trago aqui um leque alargado de assuntos e falo sobre tudo. Mas antes aliás, eu queria aqui admitir que realmente, estou na fronteira dessa ética. É verdade, o facto de eu, funcionário do IPV vir aqui trazer isto, realmente eu para ser sincero e estou na política cem por cento sincero, (enfim, nem todos) mas eu tenho que admitir isso. Por outro lado, o que eu tenho visto aqui, o que tenho visto noutros órgãos políticos é realmente as pessoas falarem sobre muitas das vezes exageradamente das coisas que sabem e das coisas onde estão envolvidas e por outro lado enfim, também às vezes tocando nesta questão ética. Não diria por exemplo que seja a intervenção da Senhora Secretária, mas também, trouxe aqui um assunto que é nitidamente de interesse profissional. Por outro lado, devo dizer e peço desculpa pela expressão, *“virando-se o bico ao prego”*, não devia ser e eu considero muito o Senhor Deputado Manuel Teodósio, noutras funções que desempenha, com muita, muita competência, ainda agora a propósito

da abertura do centro de formação da UGT. Portanto, estava eu a dizer” *virou-se o bico ao prego*” não devia vir o Senhor Deputado com isto aqui por que, e eu também não gosto de ser demagógico, mas tenho que ser, eu quase que assumo a minha demagogia, quer dizer, então eu vou ser demagógico explicitamente porque o Senhor Deputado de manhã é dirigente da UGT e crítica o Governo enquanto tal, é natural são as suas funções e à tarde, se for preciso, veste a pele do PSD e apoia o Governo, é isso mesmo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só um minuto. É óbvio que aqui temos que temos que ter em consideração uma situação. Se um Deputado, neste caso, não defender, não valorizar e não acreditar na sua instituição, quem é que vai acreditar, valorizar e defender a sua instituição? Por isso nesse aspeto, temos essa situação que temos que ter todos em consideração e por isso, na defesa, se me permite, perdeu alguma razão. Ao defendê-lo também perdeu alguma razão ao atacar o Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Caro amigo Pedro Baila Antunes, o que é que eu hei-de dizer. Eu, infelizmente para mim, já cá ando há muitos anos e há aqui gente que me conhece há muitos anos e sabe que eu em termos de ética e de postura, eu sempre sou, e faço sempre um esforço enorme em fazer a separação das águas. Eu tenho a responsabilidade que tenho em termos de UGT Viseu, toda a gente sabe e eu estou aqui a falar pela primeira vez. Eu faço parte há muitos anos e eu nunca aqui falei em UGT nem em UGT Viseu. O Deputado Baila Antunes é que me obriga a falar nisto, porque levantou a questão. Jamais me ouviram aqui, entrar em discursos contraditórios entre aqueles que eventualmente posso fazer nas funções de Presidente da UGT Viseu, ou noutros cargos que tenho desempenhado com as intervenções que faço aqui. Para já, agora que falou na UGT, vou usar um bocadinho do tempo de antena. A UGT, não ataca Governos, ataca políticas, ataca medidas e nós aqui a discussão que sempre fazemos, tem a ver com medidas concretas, não tem a ver com as pessoas. Em termos históricos, eu nunca trouxe aqui nenhum assunto para defender alguma instituição, alguma organização ou algum evento no qual eu estivesse diretamente envolvido e o Senhor Deputado quis aqui fazer alguma baralhação, uma coisa é ser-se empregado de uma instituição, outra coisa é ter a mesma profissão que outras pessoas. Quando se referiu aqui à Senhora Deputada Cristina Paula, a Deputada Cristina Paula falou de um assunto que é a sua atividade profissional, não é empregada de uma instituição que estivesse aqui a ser discutida, são coisas completamente diferentes. Mas se quiser referir, eu tenho mais camisolas, ontem à noite eu tinha vestida a camisola do Benfica e portanto, estava ali a defender o Benfica e se calhar até estava a defender algumas pessoas de outro partido que não o meu e eu acho que não havia qualquer tipo de problema. Portanto, é assim, na política não basta ser sério, é preciso parecer sério e o que eu disse com muita serenidade, é que entendia a intervenção e estamos de acordo com a intervenção e dissemos que em termos éticos teria sido preferível ser outra pessoa a fazê-lo. Eu não vejo aonde está o mal de ter dito uma coisa tão simples quanto esta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção sobre isso. Então Senhores Deputados, colocava à votação. Quem vota a favor da proposta? Quem vota contra? Quem se abstém? Pedia aos serviços para contarem rapidamente. *Aprovado com quarenta e seis (46) votos a favor e uma (1) abstenção.*-----

Dava a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia, Público presente e Comunicação Social. Empreendedorismo, segundo a definição de Robert Hisrich, na sua publicação com esse

mesmo nome consiste no “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas”.

Vários estudos sobre empreendedorismo concluem que as características do empreendedor não são um traço de personalidade, estando associadas ao “Capital Intelectual” que resulta do conhecimento, experiência e especialização, com a utilização de ferramentas e de estratégias para ter sucesso e competitividade. Assim sendo, o empreendedor consegue harmonizar esforços individuais com esforços coletivos, com o objetivo da criação de valor.

Muitas das vezes, a cultura empreendedora precisa de ser catalisada, pois são muitos os obstáculos que é necessário ultrapassar. Na região de Viseu existe um programa de formação dos jovens para o empreendedorismo, mas é posteriormente que os apoios são mais necessários, quando se pretende colocar em prática as boas ideias.

Neste sentido, é pertinente saudar a criação do Gabinete do Investidor da Câmara Municipal de Viseu, que tem o propósito de apoiar, facilitar, atrair e incentivar projetos de investimento empresarial, este gabinete que decorre do compromisso “Viseu Investe”. O seu objetivo consiste também na criação de condições para a realização de investimentos produtivos no concelho, quer sejam investimentos novos, de expansão ou de consolidação, que se pode também traduzir em aspetos tão simples como o licenciamento de atividades em tempo útil.

Este Gabinete do Investidor possibilita ainda a intervenção da Câmara Municipal como elemento facilitador, com a gestão qualificada, mas simplificada dos processos, que se traduz depois na atração de investimento em vários setores económicos potenciais criadores de valor acrescentado. Além disso, o Gabinete adotará também uma política de estabelecimento de parcerias com organizações de promoção económica, como associações empresariais, de comércio, científicas e tecnológicas, que podem também surgir como elementos facilitadores e promotores de processos de investimento.

Temos notícias de que este Gabinete do Investidor, com ainda menos de um mês de vida, já conseguiu apoiar vários processos, de que o Exmo. Sr. Presidente do Executivo Camarário nos poderá certamente dar exemplos, pelo que importa enfatizar desde já o sucesso associado à sua criação, num tão reduzido espaço de tempo.

Não quero também deixar de aproveitar esta oportunidade para salientar as medidas já tomadas, associadas a um conceito de “fiscalidade amiga”, essencialmente para as micro e PMEs, com a libertação de garantias bancárias contratadas por fornecedores do município, decorrentes de cauções de contratos de empreitadas que estavam em condições de segurança jurídica de serem libertadas, que aumentam a liquidez e reduzem os custos das empresas, possibilitando ainda o acesso a créditos para novos projetos.

Certamente que estes conceitos trarão resultados práticos a breve trecho à economia local, ao nível da criação de valor, inovação, sustentabilidade e competitividade, ainda para mais sendo medidas simples, que se pretendem eficazes por um lado e eficientes por outro, pois não implicam dinheiros públicos. Muito obrigado.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Fonseca.

VINTE E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadoras, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social. Como é sabido no passado dia 18 de fevereiro o Centro Hospitalar Tondela Viseu foi alvo da visita do Ministro da Saúde, Paulo Macedo, que presidiu às diversas cerimónias integradas no Dia do Padroeiro’ deste Centro Hospitalar, sendo de destacar dois momentos que me parecem relevantes, a tomada de posse do Conselho de Administração, para o exercício de um novo mandato, seguindo-se de uma reunião com o Conselho de Administração empossado.

Como foi sendo noticiado nalguns diários da nossa região, ao contrário dos posicionamentos, anteriormente assumidos nesta Assembleia Municipal já em 2012, a confrontação surpreendentemente isolada colocada pelo Senhor Presidente da Autarquia ao Senhor Ministro sobre a vinda para Viseu da Radioterapia, retomando questões colocadas pelos deputados do PS, ficou registada pelo silêncio do Senhor Ministro que se absteve de falar no assunto.-----

Há anos que vivemos um impasse no que diz respeito à criação de um Centro Oncológico para Viseu.-----

É de vasto consenso que as doenças oncológicas constituem um dos principais problemas de saúde das sociedades contemporâneas, a assumir um lugar relevante nas listas das causas de mortalidade, sendo a sua prevenção, diagnóstico e tratamento considerados prioritários. Evidentemente, que a área de influência do nosso distrito de Viseu não foge à regra nesta área, o Centro Hospitalar Tondela Viseu a abranger, aproximadamente, meio milhão de pessoas, estão assinalados como mais frequentes, o cancro do cólon e do reto, o cancro da mama; o cancro da próstata; o cancro do pulmão; o cancro do estômago, entre outros.-----

O setor da radioterapia assume, pois, um papel de absoluta relevância não só pelas patologias que envolve, mas sobretudo pelo desgaste físico e psicológico que se impõe no decurso de todo o processo de tratamento dos doentes, incluindo as pessoas e cuidadores que lhes estão mais próximas.-----

Será certamente do conhecimento dos Senhores Deputados desta Assembleia, a aposta que o anterior governo PS fez neste domínio com o aumento exponencial do desenvolvimento dos instrumentos de diagnóstico e das armas terapêuticas no campo da Oncologia que possibilitaram a obtenção de resultados clínicos muito significativos, traduzidos em melhoria da sobrevivência e da qualidade de vida de muitos doentes.-----

Sejamos claros, Se é verdade que a instalação de um equipamento de Radioterapia já tinha sido colocada em cima da mesa, concretamente em dois mil e quatro, pelo então Ministro da Saúde, situação que gerou um alargado consenso. Assumamos, igualmente, como verdade relevante o facto de, em Abril de 2011, a Ministra da Saúde de então, no Governo PS, Ana Jorge, ter deixado um dossier concluído com o estudo e o respetivo projeto, em colaboração com o Conselho de Administração à época, para a Construção do Centro Oncológico nos terrenos do Hospital S. Teotónio de Viseu. Bem sabeis, que a coincidência com o período eleitoral impediu o lançamento e a execução do projeto.-----

Alguém nesta Assembleia tem dúvidas sobre o consenso em torno da emergência da instalação de um Centro Oncológico em Viseu?-----

Implementar uma unidade que apoiasse todas e todos os doentes oncológicos das regiões dos Distritos de Viseu e Guarda, iria minimizar o desgaste físico e de dor com uma resposta de maior proximidade, com a redução ou extinção das penosas deslocações para os IPO's e ou Serviços Oncológicos do Porto, de Coimbra e, nalguns casos, de Lisboa.-----

Estou ciente que cada um de nós, com maior ou menor proximidade, já conviveu com esta realidade, com muito sofrimento físico e psicológico para os próprios, não menos dolorosa para os cuidadores e familiares que os acompanham, num processo difícil, longo, penoso, e raramente com a acessibilidade pretendida. Ninguém certamente nesta Assembleia negará o direito de acesso dos utentes aos cuidados de Radioterapia.-----

Senhoras e Senhores Deputados, quando falamos de direito de acesso falamos, concretamente, de quê? Falamos na convicção e na defesa de que a oferta de cuidados deve adequar-se, tanto quanto possível, assegurando um grau de acesso equitativo para todas as populações.-----

O estudo solicitado pelo Ministério da Saúde dirigido à ERS (Entidade Reguladora da Saúde) solicitado pelo atual governo, não só realçou a necessidade de se analisar a atual prestação de cuidados de saúde de Radioterapia, como veio confirmar a desvantagem no acesso vivida, permanentemente, pelos doentes oncológicos, e seus familiares

acompanhantes, residentes nos Distritos de Viseu e Guarda, dadas as necessárias e continuadas deslocações, das áreas em causa, a Coimbra ou ao Porto.-----
É bom que clarifiquemos o sentido da palavra “desvantagem”, devendo, esta, ser entendida como a verificação se o exercício do direito do acesso do utente, especialmente, considerado o tempo útil aos cuidados necessários à recuperação da condição física e emocional do doente, ocorre, ou não, dentro de um padrão de tempo entendido como normal ‘Tempos Máximos de Resposta Garantidos’.-----
Dessa avaliação do acesso dos doentes aos cuidados de saúde de Radioterapia, foram tidas em conta 3 dimensões de análise que eu gostaria de vos dizer: proximidade, capacidade da rede de cuidados e o tempo. O estudo tornou evidente que os IPO assumem referenciar utentes para os serviços de RRH (rede de referência hospitalar) de Oncologia, geralmente a pedido dos utentes por ser a área próxima da residência ou de apoio familiar. Logo, o estudo tornou evidente a necessidade de implementação de uma Rede de Referência Hospitalar de Oncologia, e fundamentou a necessidade de investir e financiar novos equipamentos, recursos técnicos e humanos e assegurar o cumprimento dos Tempos Máximos de Respostas Garantidos.-----
O estudo tornou evidente que 44% da população reside em localidades situadas a mais de 60 minutos de um estabelecimento prestador de cuidados de radioterapia e isso diz bem da dimensão do problema; que 56% da população está a 60 minutos do estabelecimento de radioterapia; e 38% está a 45 minutos.-----
Por último, o estudo tornou evidente que, com a instalação de um serviço de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela Viseu, esta percentagem aumentaria para 77% a de 60 minutos e a 60% a de 45 minutos.-----
Apesar das evidências que emergem do estudo, isento, de qualidade técnica já nesta Assembleia reconhecida, é conhecida a posição contrária ou, tão grave como isso, omissa do Governo do PSD e do CDS, face às sucessivas inquirições colocadas pelo deputados do PS que representam o nosso Distrito, como se a gravidade que rodeia o direito do acesso do utente oncológico aos serviços de que necessita, não fosse, por si só, uma corrida contra o tempo, um esforço em contramão, em que este impasse e resposta tardia, significam, no mínimo falta de respeito pelo doente.-----
Senhoras e senhores Deputados e restantes Membros desta Assembleia, Nós, os Deputados Municipais do PS, convictos da importância crucial de trazer para a ordem do dia a garantia de que cabe ao Estado assegurar em domínios particularmente sensíveis da saúde, como este, designadamente o direito ao acesso e à “humanização” na prestação de cuidados aos doentes oncológicos e suas famílias;-----
Convictos de que as vitórias mais importantes não são as que se apuram nas noites eleitorais, mas as que se alcançam quando se concretizam os projetos que são verdadeiramente essenciais porque vão ao encontro e respondem às necessidades das populações;-----
Convictos de que esta é uma Causa de Todas e de Todos, uma Causa Nossa, apresentamos neste debate com total disponibilidade para a uma só voz desenvolvermos uma ação política de cooperação na luta pela instalação deste Equipamento em Viseu.-----
Mais do que manifestar a nossa total solidariedade com os doentes oncológicos do nosso concelho e regiões envolventes com elos de ligação ao Centro Hospitalar Tondela Viseu; pretendemos, sim, o desenvolvimento de uma ação política, conjunta, capaz de eliminar os bloqueios e reforçar a conquista de um equipamento de emergência para as populações.---
Pretendemos ampliar a voz dos viseenses, repor a dignidade e fazer uma audiência à história recente neste processo sobre uma questão que certamente, todos os partidos que compõem esta Assembleia e cidadãos e cidadãs presentes, assumem como prioritária. Portanto, venho apelar para que sobre esta matéria seja possível estabelecer-se o consenso que permita ganhar eco junto do atual governo de que O CENTRO ONCOLÓGICO PARA VISEU É UMA PRIORIDADE! E é uma prioridade não para o PS, mas é uma

prioridade para a dignidade dos doentes do foro oncológico.-----

Por último, Seja-me permitida uma nota final, uma saudação à Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (APCV) pelo trabalho de dinamização de uma petição que veio permitir a consagração na Assembleia da República do dia 20 de outubro como o Dia Nacional da Paralisia Cerebral com o qual o Grupo Municipal do PS se congratula. Neste sentido e dando expressão aos desejos dos cidadãos com paralisia cerebral, das suas famílias, dos técnicos, amigos e parceiros, da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral a consagração do dia 20 de outubro constituirá uma oportunidade chave para trazer a discussão local das necessidades reais com que se confrontam as famílias, as escolas, as associações, os serviços de reabilitação e a nossa comunidade viseense. Disse.----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito boa tarde. Excelentíssimos representantes da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Excelentíssimos Vereadores, Senhores Deputados Municipais, estimado Público e Comunicação aqui presente.-----

Venho por este meio em representação do Grupo Municipal do CDS-PP apresentar aqui a **MOÇÃO: POR UM SERVIÇO TDT COM QUALIDADE**.que passo a ler:-----

Considerando: -----

- *A passagem da emissão analógica de televisão para a emissão digital poderia e deveria significar um enorme aumento de oferta de canais gratuitos a toda a população;*-----

Em toda a Europa, a passagem para a TDT significou, assim, a multiplicação de canais nacionais, regionais e temáticos gratuitos;-----

Em Portugal, nada mais é oferecido além dos mesmíssimos quatro canais transmitidos pelo sistema analógico. Nem sequer há oferta de rádio digital;-----

- *Um cidadão que vive no interior, paga muito mais pelo sistema que outro que habita no litoral;*-----

- *A implantação da TDT tem sido um grande incentivo às TVs pagas.*-----

Várias freguesias do Concelho de Viseu têm deficiente cobertura TDT havendo casos de idosos sem acesso à única companhia que ainda poderiam ter; -----

Os Deputados Municipais do CDS propõem que a Assembleia Municipal da Viseu, na reunião ordinária de 28 de Fevereiro de 2014 condene que milhares de cidadãos viseenses deixassem de ter acesso ao serviço público de televisão pelo facto de se encontrarem em zonas «sombra» criadas pelas próprias Operadoras e solicitam ao Governo que tome as medidas corretivas necessárias para eliminar estes problemas.-----

Em seguida passarei a ler um pedido de esclarecimento do nosso Grupo Municipal:-----

No cumprimento legal do estabelecido na alínea c) do art.º13º do Regimento da Assembleia Municipal de Viseu, vem o Grupo Municipal do CDS-PP apresentar a V/Ex,ª o seguinte pedido de esclarecimento relativo à Quinta da Cruz:-----

1. Sabendo a preocupação que o executivo municipal dedica aos assuntos relacionados com a preservação e desenvolvimento culturais, que levaram recentemente à criação do Fórum Viseu Cultura, órgão consultivo não remunerado constituído por individualidades de inegável valia neste âmbito;-----

2. Considerando que o atual executivo assume o desígnio de transformar Viseu no terceiro polo cultural, de acordo com o estabelecido na Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017, tendo como missão atrair e fixar talentos artísticos;-----

3. Apesar de todo este processo de intenções, constata-se que tardam em chegar algumas ações concretas a alguns espaços, recentemente requalificados e que tardam em apresentar uma matriz que norteie o fim para o qual foram criados;-----

4. A preocupação do CDS-PP dirige-se em concreto à Quinta da Cruz, um espaço cuja recuperação custou cerca de 1.200 000,00€, e que tinha como destino inicial ser uma “espécie de Serralves local”, havendo mesmo, segundo o Presidente de então um protocolo com a

Fundação de Serralves para trazer até Viseu algumas exposições;-----
5. Para a Quinta da Cruz estava ainda prevista a instalação de um Museu de Arte Contemporânea ou mesmo a construção do Arquivo Distrital, obra que, todavia, dependia da ação do poder central;-----

6. Na Quinta da Cruz instalaram-se apenas as hortas comunitárias e pedagógicas, sabendo-se que o período de candidaturas decorreu entre 25 de setembro e 25 de outubro de 2013, sendo dada prioridade a beneficiários do RSI, idosos, famílias numerosas, desempregados e famílias com elementos portadores de deficiência;-----

Face ao exposto, pretende o Grupo Municipal do CDS-PP ver esclarecida a seguinte questão: O que pretende fazer o atual executivo camarário na Quinta da Cruz, com que meios e quando, uma vez que um espaço que custou 1 200 000€ não pode estar fechado, devendo ser colocado o mais rapidamente possível à disposição de todos os viseenses, sob pena de se tornar notícia pela sua demorada inatividade. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO: Senhora Deputada Lúcia Silva tem a palavra.-----

----- VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Muito boa tarde a todos. Permita-me Senhor Presidente da Assembleia que reitere os cumprimentos anteriormente já transmitidos. Passo então a ler a posição do Partido Socialista relativamente às últimas notícias sobre o IP3 e a linha ferroviária.-----

O Partido Socialista insiste em exprimir a sua preocupação relativamente a dois projetos rodoferroviários estruturantes para a região em geral e, em particular, para Viseu. Ao referir-se a eles, o PS sempre usou de responsabilidade e verdade.-----

Começando pelo IP3 Sul, Viseu-Coimbra, na última Assembleia Municipal, o PS apresentou uma moção na qual reiterou como inelutável a construção de uma autoestrada, portajada, tal como havia sido feito no governo anterior, de responsabilidade socialista. O PSD que, em primeiro lugar, também apresentara uma moção com idêntico objetivo, propunha no entanto um corredor “com perfil de autoestrada” não portajada, gratuita para os utilizadores.-----

O PS, como referi, ao considerar uma solução portajada estava convencido de que não existia uma fonte de financiamento alternativa à privada. E tinha consciência de que o país, o Estado português, não tinha recursos próprios para se substituir à responsabilidade de terceiros.-----

Apesar disso, o PSD só viria a aceitar um texto comum, único, se fosse mantido o dito “perfil de autoestrada”, bem como a sua “gratuidade”. E, como interlocutor privilegiado do governo, garantindo pela voz de vários dos seus responsáveis que os 600 milhões previstos no IEVA (investimento de estruturas de valor acrescentado) seriam financiados, a 80%, por fundos europeus, “convenceu-nos” a todos de que assim seria.----- Acontece, porém, que o estudo, o IEVA, (investimento de estruturas de valor acrescentado) feito por um grupo de trabalho, escolhido pelo Governo, ilude toda a gente. E isso aconteceu pelo facto da maioria ter entrado deliberadamente em pré-campanha eleitoral.-----

Desde logo, a constituição desse grupo não incluiu quem ao norte e centro, com preparação qualificada, conhece e sabe quais são as prioridades para esta parte do nosso território.-----

Aqui se propagandeou um investimento de 5 mil milhões em infraestruturas e, sabemos já, que não existem mais do que 3 mil milhões, tal como Presidente da Câmara já reconheceu. Para se falar verdade, documentadamente, esse número é pouco superior a mil milhões, como se confirma pela proposta final enviada a Bruxelas pelo Ministro Poiares Maduro.--- Esse estudo veio confirmar o que todos já sabiam há vários anos: o IP3 a Sul é a maior das prioridades. Saliente-se que o atual corredor tem uma média de 15000 veículos e uma enorme sinistralidade. É uma "via onde já morreram mais de 120 pessoas e destroçou centenas de famílias".-----

Para desencanto nosso, o secretário de estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, desmentiu esta ilusão criada pelo seu próprio partido, o PSD.-----
Em declarações ao Jornal do Centro, em 17 do corrente, disse que o IP3 era prioritário, mas estava fora dos “30 mais” e não teria financiamento comunitário. Acrescentou ainda, e passo a citar, “*Perfil de autoestrada sem portagem... isso não existe*”; “uma solução com portagens é a única que eu vejo possível”; “se nós tivermos um IP3 requalificado e ao lado uma autoestrada, ninguém vai pela autoestrada e, portanto, não haverá privados que a queiram fazer””.-----

Ou seja, Sérgio Monteiro contrariou assim toda a “estória” de pré-campanha do PSD. O Governo não acompanhou a “fantasia” do financiamento comunitário e, nestas condições, não fará, como se vê, a ligação Viseu-Coimbra.-----

Nós socialistas, o que pretendemos é que exista um olhar ambicioso e inteligente para esta vasta região, para os seus portos e ferrovia, para a nossa vizinha Espanha, parceiro estratégico, numa perspectiva multimodal de convergência.-----

A gravidade da situação não termina aqui. A recuperação do comboio em Viseu é uma prioridade de todos nós, de todos os viseenses. Convém não esquecer que quem acabou com o comboio em Viseu foi Cavaco Silva num dos seus governos de maioria absoluta, tal como a câmara PSD que tudo consentiu nessa altura.-----

Contudo, nós viseenses, não desistimos, lutámos sempre pelo nosso concelho e não compreendemos, não podemos aceitar as recentes declarações do Secretário de Estado Sérgio Monteiro, ao mesmo semanário regional, anteriormente citado, onde afirma que “*a competitividade da economia não justifica a intervenção (...) não acredita que a construção de uma linha nova de ferrovia beneficiasse a economia*”.-----

Não conseguimos compreender - e gostaríamos de ter uma explicação para tal - que a autarquia tenha um discurso e o Governo que apoia diga publicamente, sobre os mesmos assuntos, tudo e o seu contrário!-----

Não conseguimos compreender tal incoerência. Afinal, a ligação Viseu-Coimbra, (rodovia) e ligação ferroviária entre Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, não são prioritárias para o governo PSD/CDS, não se inserem no grupo dos “30 mais”?-----

O PS mantém a posição de sempre. Se todos dizem que é necessário fazer, então só falta fazer. O que nós pretendemos é passar das palavras aos atos, em nome do desenvolvimento da nossa região e do nosso concelho.-----

E, ao que parece, como todos temos o mesmo desejo, só há um obstáculo, o atual governo. Mas para esse mal, a avaliar pelos estudos de opinião, o povo português encontrará solução, mais cedo do que tarde. Tenho dito.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Deputado Pedro Alves.-----

----- VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES

(PPD/PSD): Antes de mais Senhor Presidente, talvez por lapso da Mesa, nós fizemos uma inscrição relativamente ao ponto anterior, relativamente à radioterapia e eu vou só fazer um breve comentário e depois, também falarei sobre este ponto se me for autorizado. Posso então falar um bocadinho sobre o ponto anterior? Porque fizemos sinal à Mesa sobre a questão da radioterapia e talvez a Mesa não tenha compreendido e assim, juntava os dois rapidinho para falar. Muito obrigado. Então muito rápido, dizer que relativamente à questão da Medicina Nuclear, que, todos estamos em sintonia, já aprovámos várias Moções nesta Assembleia Municipal, relativamente à necessidade da instalação desta valência e desta unidade no Centro Hospitalar Tondela Viseu e que não apenas os Deputados do Partido Socialista fizeram questão de colocar isto na agenda das preocupações, como também os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu pelo PSD o fizeram e obtiveram também a mesma resposta certamente do Governo que os Deputados do Partido Socialista, que enquanto estivermos com este constrangimento do Programa de Assistência Económico e Financeiro não haverá investimento. Mais, o que deixaram de herança e também que se recorde como foi anunciado, no dia 11 ou 12 de

fevereiro de 2011, uma coisa muito à pressa, que vai ser muito rápido, vai ser um investimento que será feito de forma muito rápida a construção de um *bunker*. Não sei quando, nem quero antecipar ao Executivo nessa matéria, foi o que disse o então Presidente de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Ia ser muito rápido, não sabia era quando e não se queria antecipar ao Governo. Foi por aí que ficámos a saber que foi a herança que o Partido Socialista deixou, relativamente à questão da radioterapia. E bem que lembrou aqui também, que quem definiu que deveria instalar-se no Centro Hospitalar Tondela Viseu um Centro de Medicina Nuclear, foi o Ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira de uma anterior coligação PSD-CDS/PP. Isto que fique claro também. Ou seja, a definição da rede foi feita por nós e ainda bem que nos orgulhamos, mas não é uma questão de paternidade, queremos a execução da obra. Assim que for oportunamente possível, ou seja, quando houver capacidade de investimento, quando houver parceiros também que o façam. Muitas das vezes, não é só o financiamento da construção ou dos equipamentos, é também a sustentabilidade financeira desses mesmos investimentos e é disso que estamos a falar, de sustentabilidade. Havendo então sustentabilidade, certamente que este equipamento será construído em Viseu. Relativamente também ao que foi dito aqui sobre o estudo ou sobre o relatório de infraestruturas de valor acrescentado, em primeiro lugar quero também aqui saudar, como acho que foi unânime, excetuando a intervenção que me antecedeu, a competência de todos os membros que compuseram esse grupo de trabalho. Eu, certamente que não conheço em profundidade quem conduziu e dirigiu o estudo, mas que publicamente foi reconhecido por toda a gente dos mais diversos quadrantes políticos e técnicos. Por isso mesmo, acredito que o relatório que foi apresentado é um relatório sério. É um relatório sério e dizer também que pela primeira vez em Portugal, pela primeira vez em Portugal, estamos a discutir propostas de investimento em infraestruturas, antecidas dessas mesmas propostas e com critérios claramente definidos, com critérios para definir essas prioridades e critérios que passam por um equilíbrio. Um equilíbrio do seu interesse para a nossa economia e competitividade e um equilíbrio entre o seu financiamento e sustentabilidade. É disto que estamos a falar e mediante aquilo que estamos a falar, se agora vem o Partido Socialista reclamar uma autoestrada com portagens, então vamos retomar a história das autoestradas com portagens e perceber quem é que não quis autoestrada com portagens iludindo os portugueses de que era possível haver autoestradas sem portagens. Nesse mesmo Governo que aprovou também o Centro de Radioterapia foi o mesmo Governo que lançou o concurso de cem quilómetros de autoestrada que era Viseu-Coimbra e Mangualde-Canas de Senhorim para conclusão do IC12 e que à pressa o Governo Sócrates fez questão de cancelar, para quê? Para integrar estes mesmos cem quilómetros de autoestrada que iriam ser portajados num consórcio das autoestradas do centro que posteriormente foi anulado pelo Tribunal de Contas, pasme-se porquê, porque o custo era superior a cinquenta por cento do valor que era proposto no caderno de encargos. Foi esta a razão de querer iludir os Viseenses de que não haveria portagens e que agora todos nós reconhecemos que estão a ser pagas através dos pórticos que estão na A25 e na A24, era esse modelo de desenvolvimento assente e sustentado na dívida das futuras gerações e não na base do utilizador pagador que os Senhores defenderam e que com isso inviabilizaram a construção da autoestrada Viseu-Coimbra e a conclusão do IC12. Por isso mesmo e agora voltando aquilo que são as nossas prioridades, à ferrovia e à autoestrada, e aqui em relação à ferrovia meus amigos, não ouvi da parte do Partido Socialista a não ser aqui qualquer posicionamento público e mesmo em relação à autoestrada de modo envergonhado porque devem ter essa vergonha, anunciaram-na, três vezes com tendas e festas e foram agora a Coimbra à pressa associarem-se ao Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, “*ai, ai aqui del rei queremos a autoestrada muito de pressa*”. Mais, a autoestrada que aprovaram no passado naquele consórcio, que eu vou apelidar de manhoso, não era para Coimbra sequer, era uma autoestrada de Viseu para a Anadia,

devia ser para Coimbra Norte ou para Aveiro Sul, menos para aquilo que nos interessa que é chegar mais rápido a Lisboa. Por isso mesmo e em relação a este modo de trabalhar, nós não queremos a paternidade nem da ferrovia, nem da paternidade da autoestrada para sul. Queremos é que as infraestruturas se construam, isso é que é importante para a região, isso é que é muito importante para a região. Mas, queremos que isso não ponha em causa as gerações futuras, temos que ser sérios e rigorosos, não podemos vir para aqui dizer, nós queremos tudo e faça-se tudo, o importante é que se faça e não sei por onde é que vamos quero é lá chegar, isso era a conversa do passado, hoje em dia isso já não é possível. Hoje em dia estamos a ser escortinados permanentemente e em função disso, da nossa parte o que queremos é que esse equilíbrio exista. Que esse equilíbrio exista e que as propostas que estão neste momento em estudo, consigam atingir o equilíbrio entre aquilo que são as nossas necessidades em relação à ferrovia, que é ligar Aveiro-Viseu-Vila Formoso e as propostas que estão. Porque a linha da beira alta para nós também é importante naturalmente e se temos que requalificar a beira alta e se temos que ligar Aveiro a Viseu então vamos ser rigorosos, vamos apresentar um estudo, vamos exigir esse estudo que consiga compatibilizar e arranjar o equilíbrio entre a componente económica e a componente financeira e sustentabilidade. É este desafio que o PSD quer, é este o objetivo que o PSD quer e pretende acima de tudo as estruturas sejam feitas e que sejam calendarizadas, não temos nenhum problema em assumir isso. Porque se fosse uma ação igual à que no passado aqui foi feita, então já estávamos satisfeitos, já não nos faltava rigorosamente nada, estava tudo feito nem precisava de haver Governos. Infelizmente não é assim, infelizmente, gastámos mais do que o que devíamos, mas felizmente que neste momento estamos em condições de pela primeira vez, todos nos comprometermos e era isso que era importante, era que todos, todos sem exceção nos comprometêssemos porque a malha viária, a malha ferroviária, não pode ser em circunstância alguma uma arma de arremesso político partidário. A malha viária e a malha ferroviária, ou o investimento nos aeroportos ou nos portos tem que ser um objetivo estratégico para o país e aqui temos que chegar a consensos. Eu não posso dizer que hoje quero que se faça uma estrada daqui para Santarém e depois, muda o governo, é melhor em vez de ser por Santarém tem que ser para Castelo Branco. Nós temos que definir e chegar a um consenso, essa a nossa obrigação, de todos, não é só do Governo e a esse nível, temos que saber aquilo que temos, aquilo que queremos e aquilo que podemos gastar. E em função daquilo que nós podemos gastar e aquilo que nós queremos certamente que vamos ter ferrovia e certamente que vamos ter uma autoestrada. Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Teodósio.-----

----- VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, dispenso também os cumprimentos. É preciso afastar aqui alguma espuma política que está ser atirada e eu vou afastá-la. O Deputado Pedro Alves fez aqui uma brilhante intervenção em termos políticos, esclarecedora, convém tirar a espuma política sobre uma certa suspeição que foi deixada aqui, sobre um grupo de trabalho que elaborou o estudo apresentado. Convém as pessoas terem a noção de que este foi o maior grupo de trabalho, o mais alargado com a interveniência de todas as forças independentes e autónomas do Governo. Eu estou a falar por que tive a felicidade, porque faço parte do Conselho Regional da Comissão de Coordenação da Região Centro que há quinze dias assistí, conjuntamente com cem Presidentes de Câmara da Região Centro do País à apresentação deste trabalho sério que foi feito. Nestes cem Presidentes de Câmara, muitos, eventualmente a maioria são do Partido Socialista. O Presidente do Conselho Regional é do Partido Socialista, de nenhum ouvi alguma suspeição sobre a qualidade das pessoas que fizeram este trabalho, muito pelo contrário. As pessoas podiam era não se rever muito em termos do seu Concelho, de eventualmente daquilo que desejam, mas não foi ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo – Senhores Vereadores e Senhores

Deputados!-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue dizendo: ...que fique claro que estes Presidentes de Câmara, todos, onde eu penso que deve haver do Partido Socialista e todos sabemos que até são a maioria e por isso Presidente também é do Partido Socialista, nenhum pôs em causa a credibilidade deste grupo de trabalho, mas nós assistimos aqui há bocadinho com esta espuma política a pôr em causa a credibilidade deste grupo de trabalho. Quando se tenta pôr aqui dois discursos diferentes, eu pergunto que Partido Socialista é este que temos aqui em Viseu?-----

----- VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS): Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais. O que me leva aqui, é muito breve e aliás, eu queria evitar até vir aqui falar porque depois na resposta ao Senhor Presidente, eu queria abordar precisamente este assunto. Portanto, de qualquer maneira, para que este clima que me parece já de alguma tensão não continuar, eu não poderia deixar de dizer duas coisas. Eu acho que está aqui a ser desviado o problema ou seja, o que os Senhores Deputados acabaram de dizer, não é diferente da pretensão que nós temos. Ninguém diz mal do grupo de trabalho aliás, peço imensa desculpa, não é o grupo de trabalho que aqui está em causa não vamos agora... peço desculpa, mas agora sou eu que estou a dizer...-----

----- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, Senhor Deputado, não é permitido diálogo.-----

----- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: ... eu peço imensa desculpa, acho que sobre esta questão, não ganhamos nada, nem a nível de Viseu, nem a nível desta Assembleia Municipal estarmos aqui a entrar numa tensão que não tem sentido, esta é a minha opinião. Mas, eu vou explicar só em duas coisas porquê. Primeira razão, o grupo de trabalho fez um excelente trabalho, provavelmente não estamos sequer em condições de o poder avaliar tecnicamente. Eu tive a oportunidade de ler, é difícil até de ler e ninguém está a colocar em isso questão. De qualquer forma o grupo de trabalho, como qualquer trabalho, encomendado pelo Governo, não é neutro. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara, com o qual concordo neste aspeto, teve oportunidade de dizer e eu li, se não forem estas as palavras que disse eu retiro, que o resultado ou o relatório daquele grupo de trabalho peca, (não são estas as palavras textuais) por não ter provavelmente pessoas com capacidade (foi o que eu deduzi, não é literal) com capacidade para influenciar, aquilo que são as preocupações e os interesses estratégicos do Cento e Norte do País. Não estou a inventar Senhor Presidente, estou apenas a interpretar, não estou a dizer literalmente. Ora, quando há uma afirmação destas, não ganhamos nada em estar com esta tensão, porque não é o relatório que nos interessa para nada. O relatório está feito. Agora o relatório, digamos que a interpretação que o Senhor Secretário de Estado fez do relatório, colocou em causa e é aqui que devemos centrar a nossa discussão, colocou em causa o consenso criado na anterior Assembleia Municipal. E qual foi o consenso? A pedido do Grupo Municipal do PSD, foi dito que mudássemos a nossa pretensão para perfil de autoestrada. Isto é verdade! O Senhor Secretário de Estado na entrevista que deu, para quem souber ler, ele diz que perfil de autoestrada é coisa que ele não conhece, não sabe o que é. Digamos que, isso está dito textualmente no Jornal. Então é sobre isto que nós devemos falar. Eu, não queria demorar mais tempo, porque não quero antecipar uma coisa que depois terei oportunidade na resposta ao Senhor Presidente, que é aliás, uma resposta que eu pretendo ou que todos devemos pretender, que haja consenso nesta questão, porque a polifonia instalada, não é em Viseu, a polifonia instalada a nível da CIM, basta ouvir o que diz o Presidente da Câmara de Tondela, uma coisa. O Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, outra coisa. O nosso Presidente da Câmara de Viseu, diz e honra lhe seja feita, diz aquilo que foi aqui consensualizado. Então, no meio desta polifonia, já conhecemos o filme, o que vai dar

esta polifonia é que o Governo vai dizer, aliás, está subentendido nas palavras do Senhor Secretário de Estado basta ler a entrevista a dizer “*entendam-se lá*”, porque se não entenderem, como não há dinheiro e agora eu vou responder aqui um bocadinho e não me vai levar a mal, até pelo carinho que tenho por si. Acho que está demasiado (eu peço imensa desculpa) influenciado pelo discurso austeritário e eu iria dizer autoritário porque às vezes ele é totalitário ou seja, pelo discurso austeritário do Governo. Nem tudo pode ser medido se há dinheiro ou se não há dinheiro! Nem tudo! Ouça, não, não venha com isso, não vale apenas, mas pronto acabou, não quero entrar por aí, porque é uma discussão que não nos levará a nada. Se calhar a discussão leva-nos a um consenso que há aqui, sobre uma palavra, dita como está no programa estratégico do PSD, ou dita como eu costumo dizer, ou Cidade Região, ou uma Região que é polarizada por uma Cidade que se chama Viseu, que quer dizer precisamente a mesma coisa, é sobre isso que o consenso deve existir e sobre isso quero dizer o quê? Do ponto de vista completamente suprapartidário, não tem nada a ver com Governos cá e lá, até porque eu tenho a noção, eu estava a comentar ali com o Doutor Ribeiro de Carvalho, eu tenho a noção que esta discussão que estamos aqui a ter, é preciso termos cuidado com ela, porque ela ainda pode vir a cair, mais breve do que a gente imagina num Governo que é completamente diferente deste. Portanto, com calma, com calma, porque eu não estou a ver que isto se resolva. Eu gostava que se resolvesse e portanto, com calma, com tudo o que se disser. Agora, o consenso aqui, deve ser feito e não desviemos o problema, à volta do que foi aqui decidido e o que foi aqui decidido foi colocado em causa pelo Secretário de Estado ou se quiserem pelo Governo e é isso que a mim me incomoda, porque, eu para mim pensei que o PSD, muito sinceramente, que o PSD a nível local, estivesse melhor informado das intenções do Governo e mais, até pensei que o Senhor Presidente da Câmara, até pelas relações governamentais que teve anteriormente, conhecesse melhor o pensamento do nosso Secretário de Estado ou do Secretário de Estado do Governo do PSD. O problema está aí, não desviemos as atenções porque o problema é nosso e vamos ter que o resolver consensualmente. É só isso.-----

----- **TRINTA – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Primeiro, vou fazer um protesto, para as duas intervenções que aqui foram feitas. Dizer primeiro também aqui ao Professor Amaro que talvez não direi carinho mas estima, tenho uma grande estima por si, (não levo a mal não), eu gosto é de ser mais preciso nas palavras. Agora, o que aqui foi dito, foi ofensivo para o PSD. O que aqui foi dito, foi um ataque cerrado como se estivéssemos a falar de propaganda eleitoral e não estamos a falar de propaganda eleitoral, estamos a falar de questões sérias. Em função de questões sérias, o que nós quisemos dizer, porque parece-me e só falta agora o Partido Socialista lamentar-se de que foi obrigado a votar a Moção aqui na Assembleia, foram obrigadinhos, só faltava esta, que agora foram coagidos a votar por unanimidade a proposta de Moção que aqui foi feita. O texto foi alterado com o consentimento de todos e votado por todos. Por isso mesmo agora, se não querem assumir as vossas responsabilidades votem contra. A responsabilidade é vossa também, o texto foi aprovada por unanimidade ou não foi? Então, de quem é a proposta do texto? É de todos ou não é? É que não podemos agora andar a assobiar para o lado e dizer que a proposta do texto foi nossa e que depois votaram favoravelmente. Quem votou favoravelmente esta Moção? Eu gostava que a Mesa fizesse chegar esta informação a toda a gente, nomeadamente à bancada do Partido Socialista para saber se todos os que cá estão hoje, votaram ou não, porque me parece que votaram alguns dos que cá estão e se eles votaram é porque concordam. Se não concordam então, votam contra. Não é? Digo eu. Agora, o que nós não queremos é que aconteça o mesmo que aconteceu no IP5. O que nós não queremos é que aconteça o que aconteceu no IP5, que a sobreposição do traçado, com o fingimento de que não haveria portagens a pagar e que andámos todos a pagar e que agora as pagamos bem, com esse fingimento acabou-se com uma via alternativa de qualidade a uma autoestrada, porque se não, a alternativa que temos é a nacional 16 e que não é uma alternativa. Por

isso mesmo o que nós não queremos é que aconteça o mesmo a Sul e que se estudem soluções que consigam ultrapassar esse problema. Mais, nós temos problema de consciência de que os novos troços que vierem a ser feitos de autoestrada, têm que ser pagos com portagens. É óbvio, temos essa consciência. Agora, não podemos é esgotar as coisas em soluções únicas porque não as há, acho que é possível estudar as coisas de uma forma mais aprofundada e se nós formos todos equilibrados a esse nível e se remarmos todos para o mesmo lado, vamos encontrar uma solução boa para a região. Mais uma coisa também só para terminar, porque já é a segunda vez que aqui ouço hoje por parte do Partido Socialista, bem-vindos à Cidade-Região porque é um termo que nos é muito querido e que vocês rapidamente conseguiram absorver. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho.-----

----- TRINTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Aproveitando a boleia, dispensem-me também dos cumprimentos. É só para dizer o seguinte: Nós não podemos brincar com coisas sérias Senhor Deputado. Essa história da coação, o Senhor sabe perfeitamente como eu sei, que quem quer o mais quer o menos. A nossa proposta aqui foi de querermos uma autoestrada portajada. O Senhor Presidente da Câmara acena-nos com uma autoestrada não portajada e como é evidente a gente vota a favor. Não vamos aqui entrar em demagogia de foram obrigados, não é nada disso. Desculpe lá, o Senhor está habituado a esse jogo na Assembleia. Nós estamos aqui numa terrinha pequena, vamos falar a sério. Desculpe lá, não venha para aqui com truques da Assembleia da República, isto é extremamente claro, quem quer o mais quer o menos. A nossa proposta foi que queríamos uma autoestrada portajada, o Senhor Presidente da Câmara acenou-nos para quase uma autoestrada, via dupla não portajada. Tínhamos alguma razão para não votar? O Senhor vem falar em coação! A nossa preocupação é de outra natureza, é que nós votamos uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que entendemos que podia ser consensual. Peço desculpa estou extremamente adoentado, mas só para concluir, era para dizer o seguinte. Aparece-nos uma proposta do Senhor Presidente da Câmara e em menos de quinze dias depois, vem o Senhor Secretário de Estado dizer, vocês são malucos, não há dinheiro para isso e essa é que é a nossa preocupação, e é bom que isso fique claro. A nossa preocupação é essa, é um discurso do Senhor Presidente da Câmara que nós entendemos, como disse o Doutor Amaro, que teria algum feedback no Governo. Não tem, já vimos que não há, nem para isso nem para a ferrovia, não há. Estudos magníficos, quantos mais melhor. Agora dinheiro, pelos vistos não há mesmo.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Doutor Ribeiro de Carvalho. Tem a palavra o senhor Deputado Vieira e Castro.-----

----- TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BÈ): Para abreviar. Meus Senhores e minhas Senhoras. Se bem se recordam, foi por proposta do Bloco de Esquerda que na última Sessão..., o Senhor, enfim, deve ser a Maia porque adivinhou aquilo que eu ia dizer mesmo sem ouvir, o Senhor é espetacular. Agora ria-se quando eu acabar. Foi por proposta do Bloco de Esquerda que foi introduzida na Moção que nós aprovámos aqui por unanimidade, a gratuidade da autoestrada, ou da estrada. Eu disse que só votava a favor se fosse sem portagens e quando fiz essa exigência, foi porque eu já vos conheço. Eu já conheço o PSD. Dava para rir se não fosse dramático, é que para tragédia deste país, já toda a gente começa a saber o que é o PSD e até o PS. O vosso tacticismo leva a isto, é que eu disse aqui, aquilo que já estava a adivinhar, aquilo que o Secretário de Estado disse, que ninguém investia numa autoestrada, com o IP3 requalificado porque toda a gente ia andar no IP3. Pois é o problema é esse, se houver uma autoestrada, o IP3 nunca é requalificado que é para dar dinheiro ao concessionário e depois o que é que vai acontecer, aquilo que eu disse aqui para justificar essa emenda à Moção, com dados que agora não tenho em memória,

mas os prejuízos que as portagens levavam a empresas da região, como à Patinter, à Peugeot/Citroen, etc., que são prejuízos enormes, essas empresas e outras, depois os camiões vão passar a andar no IP3 e o IP3 vai continuar a ser uma estrada perigosa. Portanto, que fique aqui muito claro, nós preferimos uma requalificação com segurança do IP3, porque, há uma coisa que é fundamental, que é o direito de circulação de todas as pessoas. Toda a gente tem direito a circular, isso é fundamental, o austeritarismo que o Governo do PSD e do CDS tem levado a cabo, submetendo-se aos ditames da troika, o austeritarismo, equivale ao interiorecídio, é a morte do interior. Aquilo que o Secretário de Estado disse, vai nesse sentido. Quer lá saber dos comboios, aliás, nem quer saber do progresso do país, porque toda a gente sabe que isto é uma aspiração muito antiga, até da região de Aveiro e da região de Viseu, que é a ligação... nós fomos os primeiros aqui juntamente com a AIRV a defender a linha de Aveiro a Vilar-Formoso, porque isso é fundamente, é estratégico, naturalmente com as plataformas logísticas que se impõem, aliás, está lá uma que é um deserto ali na guarda. Por outro lado, quando o Secretário de Estado Sérgio Monteiro diz que a competitividade da economia, não justifica a nossa intervenção na linha Aveiro Vilar-Formoso, mostra que não tem um desígnio para o país, é tudo conversa balofa. Como disse o Deputado Pedro Alves, o importante é de facto chegar a Lisboa. Se calhar para esta região, o importante é chegar a Lisboa não é? Foi o que o meu caro amigo disse. Disse ali há bocado que o importante é chegar rapidamente a Lisboa, quando falou no percurso pela Anadia. Nós também achamos, mas achamos também que é importante chegar a Lisboa de preferência como fazem hoje todos os países civilizados e que apostam no progresso em meios não poluentes, pela ferrovia. Sendo certo que a linha Aveiro Vilar-Formoso, que leva mercadorias do porto de Aveiro e do porto de Leixões, que de resto estão a investir bastante bem e que estão a aumentar a sua implantação no mercado, sendo certo que essa linha é fundamental, também é certo dever haver circulação daqui para Lisboa de ferrovia. Por isso, eu sugeria mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara que encarasse, (na última intervenção que fez na última Sessão disse que não podemos brincar aos comboios, não sei se estava a referir-se a isso) mas eu acho que temos que encarar se calhar seriamente a hipótese que o Bloco de Esquerda tem vindo a colocar já há muito tempo, que é a de uma ligação rápida à estação de Mangualde. Como eu já disse, é mais rápido ir da central de camionagem de Viseu à estação da CP de Mangualde, do que ir da estação de camionagem de Sete Rios à estação de Santa Apolónia, é muito mais rápido. A concessionária até é a mesma, é a Berrelhas que faz Viseu-Mangualde, demora é três quartos de hora, porque para em todos os apeadeiros, vai pela estrada antiga, por Fagilde e etc. Mas um Shuttle, um miniautocarro de dezoito ou vinte lugares, ligado ao interciudades, coisa que não existe, se calhar resolvia esse problema. Isto é uma solução exequível, barata que se pode aplicar já. Isto é como a história da universidade, estamos sempre à espera que alguém ponha aqui uma universidade de raiz, quando está visto que ninguém está interessado nisso e agora ficamos à espera do comboio. Passamos a vida à espera do comboio na paragem do autocarro. Para esse peditório já dei. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhores Deputados, eu chamava só à atenção que já ultrapassamos noventa minutos, penso que a comissão de revisão do próximo Regimento, tem aqui um grande trabalho em termos de adequar no futuro as reuniões em termos do Período Antes da Ordem do Dia. Deputado José Ernesto.-----

----- TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD): Quero cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente e restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. De facto não era para eu vir aqui mas já ouvir falar tantas vezes do IP3, já ouvi falar tantas vezes das universidades. É assim, culpas todos temos no cartório. Eu recordo-me aqui há alguns anitos a esta parte, que eram feitas inaugurações simbólicas, em tendas “*kafedianas*” em que apareciam não sei quantos Ministros em que ia ser

apresentado o projeto da autoestrada Viseu-Coimbra. Que eu saiba, ainda está tudo na mesma. Eu penso que nós, vamos ter é que ser realistas e há dias ouvi uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara e achei-a muito bem-feita, que é a questão dos transportes terrestres. Acho que sim, é uma solução e temos que pegar por ela e a outra também que penso que é importante, é a questão da requalificação da estrada. É óbvio que eu e quem é que vai dizer o contrário, preferia de longe que fosse uma autoestrada, estamos todos completamente de acordo, o problema é que acho que não há dinheiro, por aquilo que eu ouço. O problema é que, diz o Secretário de Estado que o problema tem que ser posto aos privados. Agora, entre ter uma coisa e não ter nada, meus amigos, vamos é pugnar por ter alguma coisa que seja viável para Viseu e que venha ao encontro dos nossos interesses. Qualquer dia estamos aqui isolados e deixamos de ser aquilo que somos. Agora, passamos aqui a vida toda sempre a falar das universidades e não sei de quê, quantos Governos por lá passaram? Quantos prometeram? Levantem o braço e digam quem é não! Agora a questão da autoestrada para Coimbra, em primeiro lugar acho que devíamos pugnar pela autoestrada, mas por amor de Deus, devemos pugnar por uma via que tenha segurança, que tenha qualificação, que tenha interesse para a gente poder circular com segurança e sobretudo com uma ligação rápida. Era isto que eu queria dizer.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Doutora Filomena, queira intervir.--

----- TRINTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Muito obrigado Senhor Presidente por esta oportunidade, de facto disse bem, o grupo de trabalho, tem um imenso trabalho para fazer porque as minorias têm que estar de alguma forma salvaguardadas em tudo isto não é? Ora bem, sobre esta questão que aqui esteve ultimamente a ser falada, dizer que realmente às vezes parece que é um folhetim, empurra para lá, empurra para cá e não temos todos de facto responsabilidades sobre isto, porque se alguém, lá vem a partidarite dizer, mas se alguém sempre se debateu para que a ferrovia não abandonasse Viseu, foi o PCP nesta Cidade. Portanto, responsabilidades sobre isso não temos. Muitos e muitos anos nos batemos na Assembleia da República, localmente de muitas formas e nunca abandonámos essa causa. Portanto, há discussões que neste momento não se fariam se efetivamente tivéssemos sido ouvidos e não ridicularizados como muitas acontece. Bom, gostaria de terminar este período, se é que sou eu a terminar de uma forma um pouco diferente daquilo que aqui tem acontecido. Eu retomo a minha saudação a propósito do dia 8 de março, que vou ler.-- O Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, constitui há mais de um século, uma data marcante na construção da emancipação das mulheres. Uma data que não poderíamos deixar de aqui evocar para saudar todas as mulheres, em especial aquelas que vivem e trabalham no Concelho de Viseu.-----

Uma saudação que constitui uma homenagem a todas e todos aqueles que pela sua prática diária contribuem para a plena igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os domínios da vida.-----

Uma evocação que é também um apelo. 40 anos após a consagração da igualdade na Constituição Portuguesa, vivemos um tempo de profunda desigualdade. Convidamos as mulheres a comemorar este Dia acalentando o sonho da transformação social que abra portas para uma vida melhor e mais justa. Desafiamos as mulheres a uma participação mais ativa na vida pública, a não desistirem do sonho.-----

Uma celebração que é também uma recomendação ao executivo camarário, para que, tanto na análise dos problemas como na procura de soluções, tenha em conta que a Humanidade se faz de homens e de mulheres, com características e necessidades específicas. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Atendendo à situação que temos e ao tema que é, e foi rápida, a Mesa teve e apelamos à compreensão de toda a Assembleia em relação a esta questão.-----

----- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS

ALVES (PPD/PSD): Uma vez que foi dada esta exceção e bem, concordamos com esta referência ao Dia Internacional da mulher, que fosse também dada uma exceção ao Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu porque também tem um tema para apresentar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Da nossa parte, aquilo que temos que considerar, é que o assunto que o Senhor Presidente de Junta aqui trouxe, que veio aqui à Mesa nos transmitir e já tínhamos considerado essa situação. Iriamos considerar à Assembleia, porque é um assunto que entendemos do interesse da Freguesia mas também do Concelho. Por isso, nesse âmbito já tínhamos considerado que iríamos colocar à discussão da Assembleia. Tivemos aqui uma situação que foi rápida nesta gestão, é que temos aqui uma Moção e por isso pedíamos desculpa ao Grupo Municipal do CDS, porque tínhamos aqui uma Moção deles que não colocámos à discussão e à votação. Por isso, passávamos rapidamente a ler:-----

Os Deputados Municipais do CDS propõem que a Assembleia Municipal da Viseu, na reunião ordinária de 28 de Fevereiro de 2014 condene que milhares de cidadãos viseenses deixassem de ter acesso ao serviço público de televisão pelo facto de se encontrarem em zonas «sombra» criadas pela própria PT e solicitam ao Governo que tome as medidas corretivas necessárias para eliminar estes problemas.-----

Colocávamos à discussão esta Moção. Não havendo nenhuma intervenção. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Deputado Luís Filipe, Presidente da Junta de Ranhados.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MARTINS ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimos Senhores

Presidente e Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e restante Executivo Municipal, Senhores Deputados Municipais Senhores representantes da Comunicação Social Minhas Senhoras e meus Senhores. Por razões evidentes, vou reduzir a minha intervenção a um quinto daquilo que estava previsto. Gosto pouco de me ouvir. Começo por felicitar o Executivo por já ter dado início à atividade sénior nas suas diversas vertentes e modalidades.-----

O Município de Viseu tem estado na linha da frente nas atividades programadas e desenvolvidas para o escalão etário mais alto e que dispõe de tempo livre que importa ocupar de forma sadia, diversificada e atraente. Este Executivo manteve este objetivo introduzindo naturais ajustes e inovações.-----

É reconhecidamente positivo o alargamento do projeto para cerca de dez meses.-----

As parcerias estabelecidas com outras instituições são a demonstração da vontade de envolver os diversos agentes da sociedade civil.-----

Como sabemos e de acordo com os gerontologistas, o processo de envelhecimento começa desde o momento da conceção.-----

Ao longo da vida ocorrem modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam a progressiva perda de capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos.-----

É aqui que a atividade sénior nomeadamente a atividade física tem uma importância capital pois pode contribuir para o aumento da sensação de bem-estar; a melhoria da autoestima; atenua o estado de tensão e estimula o sistema cardiorrespiratório.-----

No dizer de Sócrates (o filósofo) «*O EXERCÍCIO FÍSICO NÃO É AQUELE QUE SÓ CULTIVA O CORPO MAS TAMBÉM DELICIA A MENTE*» (fim de citação).-----

É gratificante verificar a grande participação, o empenho dos seniores na atividade que desenvolvem.-----

Verifica-se que tão ou mais importante que atividade física que desenvolvem é a quebra do isolamento de alguns dos participantes.-----

Para alguns destes participantes este é dos poucos momentos semanais em que têm contatos com outras pessoas e a forma encontrada de fazer novas amizades e de interagirem.-----

As diversas edições da atividade Sénior/ «Viseu ativo» no nosso concelho tem registado um aumento de participação desde 2007. Os números são reveladores da adesão da população.-----

É objetivo expresso deste executivo aumentar o número de participantes assim como reconhecer academicamente os benefícios de tal atividade.-----

Em 2014 estarão envolvidas a quase totalidade das freguesias do concelho de Viseu.-----

A disponibilidade demonstrada pelas Juntas de Freguesias e das entidades promotoras é reveladora da validade do projeto. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Adelaide Modesto.-----

----- TRINTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS): Mais uma vez boa tarde. Eu escuso-me a cumprimentar reiterando os cumprimentos que já haviam sido feitos. O Grupo Municipal do PS, entende que o isolamento e o abandono dos idosos é um flagelo neste concelho. De facto as questões sociais em Viseu, estão em primeira linha devido à letargia de respostas em vinte e quatro anos de Governação que Vossas Excelências com certeza, não se quererão furtar à responsabilidade que nela tiveram apesar do branqueamento já aqui hoje levado a cabo. A caracterização social dos idosos do concelho, é premente e urgente. De facto, até ao momento não temos esta caracterização social. É preciso definir uma estratégia com a caracterização do seu público-alvo e as suas necessidades. Essa estratégia deverá contar com todos e não pela rejeição constante e reiterada das propostas dos nossos Vereadores, nomeadamente a inclusão na Rede da Cidade Amiga das Pessoas Idosas que através de uma forma quase subterfugia vai sendo incorporada através dos protocolos que vão sendo feitos. Há aqui uma inconsistência incompreensível. O porquê de não se assumir um trabalho em rede de uma forma reiterada, um trabalho sistemático contando com todos? O Grupo Municipal do PS também, assume e reitera que Atividade Sénior é de facto fundamental. Esse aumento de participação que aqui foi dito, é de facto importante, mas não nos podemos esquecer que não abrange todas as Freguesias. Esperemos que no futuro assim o façam. Por último, dizer-vos também que no respeito às questões sociais, nomeadamente dos idosos, deverá o Município preocupar-se posteriormente à caracterização social dos idosos, preocupar-se, na elaboração de programas com famílias de retaguarda e com a distribuição de pequenos sinalizadores eletrónicos para pedidos de ajuda, bem sabemos o isolamento a que muitos dos nossos idosos estão votados. Porque abordamos aqui várias questões sociais, voltando novamente à questão das escolas, dizer Senhor Presidente, para quando o repensar da rede de transportes escolares, questão a que os nossos alunos, as nossas crianças estão sujeitas. Por último, não posso deixar de referir uma pequena provocação. Sessenta e cinco mil euros no custo global do Programa Viseu Sénior será pouco investimento? Ou foi o “*Video-Mapping*” caro?-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra ao Senhor Deputado António de Figueiredo.-----

----- TRINTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO PPD/PSD: Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores, caros Colegas. Eu não podia deixar de vir aqui para pedir um esclarecimento à Senhora Deputada que fez a intervenção anterior. A questão que eu colocava era uma questão muito direta. A Senhora referiu aqui um investimento de sessenta e cinco mil euros. Tanto quanto eu sei, não são sessenta e cinco mil euros, são quarenta mil, porquanto os restantes vêm exatamente das taxas únicas de vinte euros que são pagas por participante. Portanto serão quarenta mil. Perguntava à Senhora Deputada se considera que este é um

investimento ou uma despesa? Depois queria dizer-lhe Senhora Deputada que achei muito estranho a forma como colocou aqui o problema e o papel dos idosos, nomeadamente do papel que a Câmara tem nesta Atividade Sénior. Depois, desviou um pouco também as atenções, porque querendo falar dos Séniores, falou de outras coisas, falou da caracterização, como se a caracterização fosse um elemento fundamental para se avançar com alguma coisa concreta como é esta Atividade Sénior. Eu tenho o privilégio digamos, de ter acompanhado no ano passado a Atividade Sénior, porquanto estou ligado a uma associação que é promotor local e tive a possibilidade de verificar a alegria com que as pessoas (idosos) acompanharam e participaram nesta atividade. Pude também testemunhar aquilo que aqui foi dito, que é muitas vezes o único momento que as pessoas têm de sair das suas casas. Há pessoas que estão ansiosas para que chegue o dia em que vão fazer a horinha de ginástica ou que vão fazer a hora de hidroginástica. Portanto, não podemos menosprezar isto. Mais, estas pessoas aproveitam muitas vezes este momento para poderem tomar um cafezinho, para poderem conversar com alguém que não conheciam, mas que através da atividade conseguiram criar relações de amizade e por isso me dói que se olhe, vocês que falam permanentemente no estado social, se olhe para uma atividade que não traz grandes custos à Câmara, que é uma atividade que resolve exatamente os problemas dos idosos e não nos podemos esquecer que nos próximos vinte anos a tendência de pessoas com mais de sessenta anos duplique. Não podemos também esquecer que, as Câmaras têm essa responsabilidade de dar respostas, porque os idosos são já uma preocupação, mas também têm que ser motivo de interesse para as autarquias e a autarquia de Viseu, fez apenas aquilo que lhe compete muito bem e continua a fazer, que é exatamente olhar para uma franja da sociedade que não são apenas as crianças, são também os idosos, porque os adultos, nós sabemos perfeitamente que os adultos, arranjam sempre forma de ocupar o tempo que têm disponível, que têm livre, ou indo para os ginásios ou ocupando a sua vida de outra forma. Agora, as crianças e os idosos têm de ser olhados de uma forma real e a realidade é esta, é proporcionar às pessoas que tenham momentos lúdicos, que tenham boa qualidade de vida e que tenham também uma autarquia que olhe por eles. Volto à minha questão inicial Senhora Deputada. A Senhora considera que o dinheiro gasto com os idosos é uma despesa para a autarquia ou é um investimento? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem direito de resposta, três minutos.-----

----- **TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Serei breve Senhor Presidente. De forma muito simples e sistemática. Não há aqui qualquer menosprezo pela questão da Atividade Sénior, o que há, é aqui um alargamento do campo de ação. Há aqui um alargamento do campo de ação, é que de facto os nossos idosos não podem ser perspetivados única e exclusivamente de uma perspetiva, tem que haver uma sistematização de tudo o que lhes diz respeito e de facto o isolamento e o abandono, também são questões que devem ser tidas pela autarquia. Aquilo que aqui foi dito por mim, entendeu provavelmente mal ou expressei-me eu de uma forma não demasiado concreta, não foi uma crítica. Aquilo que foi, foi um alargamento do campo de ação e pergunto agora eu, o porquê da não inclusão de Viseu na Rede das Cidades Amigas das Pessoas Idosas? Uma proposta que foi feita pela nossa Vereação. O porquê da não inclusão? Pergunto também (eu peço desculpa Senhor Deputado mas eu permitir-lhe-ei se quiser falar aqui o palanque) devido a estas inconsistências incompreensíveis de não haver aqui um fio condutor, de não haver um trabalho em rede e de forma sistemática aceitando também as propostas dos Vereadores do Partido Socialista. Esta de facto, é uma questão que nos é cara. A questão dos idosos é uma questão que nos é cara e como é óbvio, as pessoas são sempre investimento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Presidente de Junta da União das Freguesias de Viseu. É a última

intervenção. -----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente, mais uma vez muito obrigado. Agradeço que me dispense os cumprimentos, como lhe agradeço também a sua benevolência em relação a esta matéria e naturalmente também a solidariedade do meu Grupo Municipal relativamente a este assunto. Serei rápido mas permita-me também já agora, muito rapidamente um comentário em relação aquilo que acabei de ouvir da Senhora Deputada...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* O Senhor Deputado vai desculpar, isso seria uma falta de consideração por todos nós.-----

- *O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu prossegue dizendo:* Muito bem Senhor Presidente. Se me permite este assunto que aqui vou trazer, é um assunto que tem a ver com a Freguesia que presido, tem a ver com uma decisão tomada nos Órgãos Executivo e Deliberativo da mesma e que eu gostaria que fosse de alguma forma sufragado por esta casa porque naturalmente que lhe daria muito mais enfoque e ênfase. Passo a ler a proposta:-----

“Na qualidade de Presidente do Executivo da Freguesia “União das Freguesias de Viseu”, suportado na decisão do referido executivo, tomada em reunião do mesmo, no dia 18 de dezembro de 2013 e colocada a sufrágio da Assembleia de Freguesia de 27 de dezembro de 2013 e votada por unanimidade, proponho a esta Assembleia Municipal e no reforço das decisões tomadas pelos órgãos acima indicados, seja votada a alteração do nome da atual “União das Freguesias de Viseu” para “Freguesia de Viseu”.-----

São fundamentos:-----

Um: Sem prejuízo do legislado, nomeadamente nas leis 22/2012 de 30 de maio e 11-A/2013 de 28 de janeiro, entendemos recorrer do preceituado no despacho n.º 11540/2013, que determina que as Freguesias com mais de 50 caracteres na sua designação e para efeitos de compatibilização com as ferramentas informáticas, bases de dados e sistemas de informação dos serviços e organismos públicos, a sua designação seja simplificada. No caso em apreço, a atual designação “União das Freguesias de Viseu” simplificou-se para “Freguesia de Viseu”.-----

Dois: A designação “União das Freguesias de Viseu”, não foi uma decisão dos autarcas locais, mas sim um articulado legal e generativo.-----

Acresce que esta designação, pode ser suscetível de interpretações dúbias, podendo confundir-se tal designação “União das Freguesias de Viseu”, como sendo a União das Freguesias do Concelho de Viseu, ou em situação extrema, das Freguesias do Distrito.-----

Três: A votação ora proposta e sendo favorável, carecerá sempre da validação final do Órgão Legislativo Nacional, a Assembleia da República”. Tenho dito-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Colocava à discussão esta proposta.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Minhas Senhoras e meus Senhores. Eu ainda estou a decidir se vou abster-me ou se vou votar contra por este motivo. Porque, foi um compromisso eleitoral do Bloco de Esquerda e eu passo a ler. No nosso programa eleitoral diz: *“Continuaremos a lutar pela restauração das Freguesias extintas ou agregadas contra a vontade das populações e das Assembleias de Freguesia”*. Na minha Assembleia de Freguesia que foi a Assembleia de S. José, o que ficou aprovado por unanimidade foi a ligação à Freguesia de Santa Maria, tendo em conta que ambas as Freguesias estão a perder população e que inclusivamente, já partilhavam até sede das respetivas Freguesias, o mesmo edifício, as mesmas salas, quase com os mesmos funcionários, até era difícil distingui-los uma vez que acho que até já colaboravam uns com os outros. Por outro lado, porque a Freguesia de Coração de Jesus era a Freguesia com a maior densidade populacional do nosso Concelho, o que justificaria a nosso ver a sua existência autónoma. Portanto, para nós, é importante que a designação da Freguesia continue a expressar esta união à força das Freguesias para que fique latente esta possibilidade que nós iremos

prossequir de restaurar as Freguesias de forma que, embora compreenda os argumentos invocados aqui pelo Senhor Presidente da Junta, não poderei votar a favor.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, dispense-me também dos respetivos cumprimentos. Já que foi aqui falada a posição da Assembleia de Freguesia de S. José, também importa aqui referir que atempadamente a então Assembleia de Freguesia de Santa Maria e por unanimidade de todos os partidos com assento nessa Assembleia, já na altura se tinham pronunciado favorável a eventualmente esta denominação. Importa registar isto também neste momento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Haverá mais alguma intervenção? Não havendo, coloca-se à votação a proposta de alteração do nome da atual União das Freguesias de Viseu para Freguesia de Viseu. Realço aquilo que é dito pelo próprio subscritor que carece sempre de validação final do Órgão Legislativo Nacional, a Assembleia da República. Por isso, essa designação pode ser uma vontade desta Assembleia, foi já uma vontade também da Assembleia de Freguesia, mas, só após o Órgão Legislativo Nacional se pronunciar, concretamente a Assembleia da República. Por isso, colocava à votação a proposta. Quem vota a favor? Por filas. Quem se abstém? Por filas. Quem vota contra? *Aprovada com vinte e oito (28) votos a favor, oito (8) abstenções e dois (2) votos contra.*-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COUTO DE BAIXO E COUTO DE CIMA (PSD):** Os meus cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores e restantes Colegas. A minha declaração de voto, tem a ver com a abstenção, que foi aquilo que eu fiz e tem a ver apenas com um caso. Nada me move contra esta posição da Freguesia da Cidade, acho muito bem é um legítimo direito. Apenas, há mais Freguesias no nosso Concelho que têm essa intenção também por questões de nomenclatura da denominação e de tamanho, o que é o caso da minha Freguesia e tenho pena que o Senhor Presidente da Freguesia da Cidade enquanto representante até ANAFRE aqui da nossa região, não tenha concertado este ato e votaríamos aqui apenas uma Moção ou um pedido, não só para a Freguesia da Cidade mas para todas aquelas que o queiram fazer. É só uma questão de simplificação de processos e é só isso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço a intervenção, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados e agradecer a sua serenidade e a forma como nos ouviu a todos sem qualquer tipo de intervenção, assim como aos Senhores Vereadores também.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, digníssima Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores, queria antes de mais, enfim, três horas e meia depois, agradeço o facto da Assembleia Municipal dar a palavra ao Presidente da Câmara para poder responder a algumas questões. Eu estou cá para o que der e vier e portanto, se for preciso estarmos aqui até à meia-noite, estaremos seguramente. Portanto Senhor Presidente tenha aqui a minha total disponibilidade. Queria antes de passar a algumas questões muito relevantes que aqui foram colocadas e agradecendo as várias questões que me foram colocadas pelos Senhores Deputados, só realçar aqui três questões referidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Queria por um lado congratular-me com a continuidade da Assembleia Municipal Infantil, tendo sido eu o propulsor dessa iniciativa, sinto-me satisfeito que ela tenha continuidade e acho que o tema “LIBERDADE” no ano em que comemoramos os 40 anos do 25 de Abril, é claramente uma excelente opção. Dizer também que, o Município se associou de imediato também à pretensão da Assembleia Municipal para que façamos umas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril elevadas,

com várias ações que estão todas já programadas mas que seguramente aguardaremos para uma data muito próxima em que abordaremos as várias iniciativas que vão decorrer no dia 25 de Abril. 40 anos de Abril, merecem de facto uma comemoração elevada e com uma forte participação de todos. Queria também realçar aqui o concurso lançado pelo Deputado Europeu Correia de Campos que o Senhor Presidente também referiu, penso que foi uma boa iniciativa, vai já para a segunda edição, da mesma forma que acarinhei esta iniciativa enquanto Presidente da Assembleia, também acarinharei agora enquanto Presidente da Câmara e terei muito gosto em fazer parte do júri desta iniciativa.-----
Em relação ao Voto de Pesar, queria-me associar ao Voto de Pesar do Professor Manuel Abreu Lameira, pessoa que para além das relações de amizade que me uniam a ele, também realçar o excelente percurso que fez enquanto autarca aliás, o próprio Executivo aprovou um Voto de Pesar poucos dias depois do seu falecimento súbito, inclusivamente tomou logo a iniciativa de aprovar a indicação à comissão de toponímia de que fosse dado o seu nome a uma artéria da extinta Freguesia de Santa Maria. Portanto, só para informar também o Senhor Presidente da Junta. Passando agora às várias questões que aqui foram relatadas. Eu gostava de saudar os elementos da Associação de Pais, da Escola da Ribeira que sei que estão aqui presentes. Pelo menos tive essa informação. Vou começar exatamente por esta vertente das escolas. Este assunto não é uma preocupação do Presidente das Câmara de há meia dúzia de dias como alguém pretende quando o colocou na agenda. Este é um assunto que faz parte das minhas preocupações desde o primeiro dia em que tomei posse, porque que em bom rigor, há aqui dossiers que transitaram do Executivo anterior, designadamente uma candidatura que estava apresentada ao PO do Centro sobre o Viseu Estrela que veio depois a ser aprovada e que está neste momento já adjudicada e em fase de empreitada, existia uma segunda candidatura apresentada pelo Executivo anterior em relação à Escola da Ribeira, que há poucos dias tivemos a informação de que é um jargão, que é uma informação que eles utilizam, que é a falta de maturidade. O que é que é isto? É uma candidatura não tem possibilidades de ser executada em tempo útil até ao final deste quadro comunitário de apoio e por esse motivo, não foi considerada para efeitos de aprovação de fundos comunitários. Portanto, tive já duas reuniões presenciais com o Senhor Secretário de Estado João Casanova que é o Secretário de Estado responsável por esta área, onde não me limitei a falar sobre estas duas questões. Para informação dos Senhores Deputados, não há só duas escolas no nosso Concelho com problemas de amianto, há mais. Nós identificámos logo de imediato quando entrámos entre escolas, jardins-de-infância e pavilhões, nós temos neste momento sete estabelecimentos no nosso Concelho que necessitarão de uma intervenção de remoção e reposição de um outro tipo de cobertura e depois temos também a questão do pavilhão desportivo da Escola Secundária Viriato, que em devido tempo chegou a ser protocolado com o Ministério de Educação e que estamos neste momento exatamente junto do Ministério de Educação a procurar aquilatar da manutenção desta vontade de comparticipação em cinquenta por cento nesta obra e depois temos a questão da Escola da Ribeira que está neste momento em curso. Em relação à Escola da Ribeira, é um assunto que ainda na semana passada tive a oportunidade de visitar a escola e de tranquilizar os seus responsáveis dizendo que por um lado, era para nós, para este Executivo, a primeira prioridade do ponto de vista escolar. Após termos conhecimento de que não haveria aprovação desta candidatura pelo motivo deste quadro comunitário estar no fim, esteve hoje mesmo, aliás, o Senhor Vice-presidente vem agora até de se encontrar com a equipa técnica da Autarquia que hoje esteve na escola a fazer uma avaliação realista. Nós temos que fazer aqui uma avaliação e isto não se faz nos jornais e com politiquice. Faz-se com realismo, pés assentes na terra e com a serenidade que estas coisas têm que merecer. Há um conjunto de alunos, deixem-me que realce aqui, a qualidade daquela escola, enquanto escola do ponto de vista humana e dos frutos que consegue ali produzir. Portanto, independentemente das condições, a verdade é que aqueles professores, aqueles alunos e

aquelas pessoas que ali trabalham, têm desenvolvido um trabalho verdadeiramente notável e isso tem que ser realçado. Portanto, nós também queremos encontrar aqui uma solução que, pode passar por efetivamente fazermos a obra em duas fases, não deixando de aproveitar os fundos comunitários. Os Senhores não me perdoariam se eu viesse aqui à Assembleia Municipal de hoje para amanhã, não perdoariam porque diriam, o Senhor Presidente da Câmara não aproveitou os fundos comunitários. Portanto, aquilo que nós estamos neste momento a estudar, é a possibilidade de podermos avançar de imediato para a reposição, portanto, para a substituição do telhado e é isso que está a ser avaliado, obviamente que isso só poderá ser feito nas férias escolares, nas férias grandes e depois através de um projeto de eficiência energética do edifício, podermos fazer a remodelação seguinte. Portanto, é esta avaliação que está neste momento a ser feita ao mesmo tempo que estamos à espera que o próprio Ministério de Educação nos responda, não só a estas duas reuniões que eu tive, mas também a um ofício que lhe fizemos chegar, em que solicitamos a ajuda do Ministério de Educação para este tipo de reposições, substituição dos próprios telhados, aliás, numa ação concertada na Associação Nacional de Municípios em que fizemos um levantamento de todos os Municípios que estão nestas circunstâncias e estamos a procurar que o Governo, possa até ainda neste quadro comunitário de apoio poder dar dinheiro em algumas rubricas, criar aqui uma linha especial para este efeito. Portanto, para vos dizer que estamos muito atentos a esta matéria e que seguramente que esta é uma realidade que neste verão começará a ver os seus desenvolvimentos. Obviamente que também se falou sobre os cuidados, isso está legislado, os cuidados de remoção destas placas de amianto, obedecem hoje a um conjunto de requisitos técnicos de grande exigência e portanto, seguramente que isso também ficará devidamente assegurado. Em relação à Escola de Santiago, os Senhores Deputados, aprovaram as Grandes Opções do Plano para este ano, é só consultarem as Grandes Opções do Plano, estão lá e portanto, este ano avançaremos para a obra que tem setenta mil euros previstos, mas poderemos ir, digamos, do ponto de vista do projeto que está neste momento preparado até cerca de cento e quarenta mil euros que será o valor daquela obra e portanto, a Escola de Santiago também será uma realidade. Em relação à Escola Grão Vasco. A Escola Grão Vasco, como sabem eu não despertei também para essa preocupação agora, não foi um assunto que me tivessem colocado na agenda, já está nas minhas preocupações há muito tempo porque não giro os problemas das pessoas por agendas, giro-os por preocupação genuína em relação às questões que são colocadas e já acompanho há vários anos, diga-se sem sucesso a questão da Escola Grão Vasco. Na última conversa que tive com o Senhor Secretário de Estado, disse-lhe assim: O Município de Viseu está disponível para celebrar um contrato programa com o Ministério de Educação em relação à Escola Grão Vasco e disse-lhe que estaríamos disponíveis, obviamente a candidatar ao próximo quadro comunitário de apoio as obras da Escola Grão Vasco, obviamente que o Estado Central, terá que assumir ali a contrapartida nacional os quinze por cento que terá que realizar e da nossa parte, estaremos disponíveis para fazer o projeto e para fazer o lançamento e o acompanhamento da obra. Portanto, a bola está do lado do Ministério de Educação exatamente para encontrarmos aqui uma solução de curto prazo. Estes são os dados objetivos, mais claro do que isto, acho que é quase impossível ser. Portanto, obviamente que ninguém está mais preocupado com esta matéria do que o Presidente da Câmara e queremos que muito rapidamente que todas estas coberturas que estão hoje nas nossas escolas sejam removidas e portanto, seguramente que ao longo deste período, até ao final do ano letivo, vamos procurar que efetivamente da parte do próprio Poder Central, tenhamos os apoios necessários para juntamente com o esforço da Autarquia podermos debelar este problema. Portanto, isto foi uma questão que foi colocada, não só pelo Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu, também foi colocada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira, enfim, eu penso que hoje quase todos os Senhores Deputados falaram sobre esta matéria e eu quero-

me congratular com isso, porque eu acho que é exatamente por sintonia de pontos de vista que nós conseguiremos atingir os resultados. O facto de todos os Senhores Deputados, manifestarem aqui esta preocupação em relação, designadamente à Escola da Ribeira e em relação à Escola Grão Vasco, é um caminho que só dá força ao Presidente da Câmara, porque o Presidente da Câmara poder ir junto das instâncias do Poder Central dizer que há uma unanimidade em todas as forças políticas e sociais do Concelho à volta desta preocupação. Portanto, só tenho que agradecer a disponibilidade que efetivamente os Senhores Deputados aqui trazem. Em relação ao Centro Cultural Distrital, não vou fugir à pergunta Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, mas há um ponto na Ordem de Trabalhos onde nessa altura lhe responderei cabalmente à questão que colocou até para não estar a ocupar tempo do Período Antes da Ordem do Dia com uma questão que está no Período Antes da Ordem do Dia, talvez seja um aspeto que futuramente poderá ser acautelado que é, os Senhores Deputados quando tiverem um assunto que está no Período da Ordem do Dia, tratamo-lo no devido ponto e não o estamos a tratar fora daquilo que está previsto. Já agora Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, sobre uma matéria que foi trazida aqui pela Senhora Secretária e que eu abordaria já de imediato, que é a questão dos tribunais. Fiquei surpreendido, até pela amizade que tenho por si e pela frontalidade que sei que sempre tem nas suas posições, aquilo que eu hoje gostava de ter ouvido ali, era o meu amigo Ribeiro de Carvalho a congratular-se. Congratular-se pelo facto de Viseu ganhar serviços, com o facto de Viseu passar a ter um Tribunal de Família e Menores, com o facto de Viseu passar a ter o Tribunal de Comércio, com o facto de Viseu passar a ter o Tribunal de Execução e ter conquistado o DIAP para Viseu. Eu tenho mantido conversas com a Senhora Ministra da Justiça, nestes quase quatro meses de exercício, onde também esta matéria da reforma judiciária, tem estado sempre na minha primeira linha de preocupações. Digo-lhe que enquanto cidadão, me congratulo muito e também enquanto Presidente da Câmara pelo facto de ser já neste mandato que Viseu ganha estas quatro novas valências do ponto de vista do Tribunal. Mais do que isso, acho que a forma de melhorar a justiça, é através da sua especialização e volto aqui a reforçar o seguinte Senhor Deputado em relação ao DIAP, até agora estamos dependentes de Coimbra, em relação ao Tribunal de Comércio, muitas vezes tínhamos que ir a Aveiro, felizmente, seguramente e ainda bem que já adotaram também esta nomenclatura da Cidade-Região porque eu acho que é uma expressão que sintetiza muito bem a forma de posicionamento do nosso Concelho e da nossa Cidade do ponto de vista Regional. A Cidade-Região, a Região, ganham com estas competências cá e não noutra lado ou acha que ganham mais se essas competências estiverem em Coimbra ou se essas competências estiverem em Aveiro? Portanto, Senhor Deputado, nestas coisas também temos que dar a mão à palmatória e dizer assim, sim Senhor, nesta decisão do Governo Viseu ganha. Efetivamente ganha quatro Tribunais de Competência Especializada, ganha mais pessoas especializadas porque vamos ter mais Magistrados Judiciais e mais Magistrados do Ministério Público e portanto, vamos seguramente ter aqui uma solução que é boa para Viseu e não custa nada reconhecer isso, mesmo que se seja de um outro partido que não aquele que tomou estas decisões. Em relação à Senhora Deputada Elsa Lemos, em relação à qualidade das nossas Escolas, não há e se verificar até com o nosso Programa Viseu-Educa, uma das nossas primeiras prioridades é exatamente e não há um Concelho desenvolvido que não aposte na sua educação isto é, que não aposte nos seus jovens, que não aposte no combate ao insucesso escolar, que não aposte no combate ao abandono escolar, que não promova um conjunto de disciplinas exatamente para estimular os jovens e está no nosso programa e vamos fazê-lo já em termos de iniciativas piloto, já este ano letivo apesar de só estarmos há quatro meses em funções. Desde o ensino da música em que vamos já iniciar os projetos-piloto, passando também pelo ensino das línguas, onde também vamos iniciar um projeto-piloto, porque hoje, na preparação destes jovens, é importante dar-lhes a oportunidade de estudarem o italiano, de estudarem o mandarim, de estudarem o russo, enfim, línguas que

hoje são extremamente importantes para esta perspetiva de posicionamento global que o nosso país e que a nossa região tem que ter e seguramente também através de uma lógica de apoio a jovens que têm menos aproveitamento escolar e que são carenciados, não é fazer concorrência às explicações, mas apoio a jovens carenciados que efetivamente necessitam e posso dizer que o Senhor Vice-Presidente, não só tem estado a trabalhar de uma forma muito direta com os agrupamentos escolares, como está, enfim, não só em reuniões globais com todos, como tem vindo a desenvolver um trabalho agrupamento a agrupamento. Há muito trabalho bem feito. Temos que o reconhecer. O trabalho que vem de trás do ponto de vista da nossa rede escolar é um trabalho extremamente consistente e basta falar com os vários responsáveis das escolas e serem eles os primeiros a reconhecer o bom acompanhamento que tiveram nos últimos anos. Portanto, aqui à que continuar esse bom trabalho que efetivamente foi feito. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Vieira, já respondi à questão das escolas. Em relação às quarenta horas, a posição do Município é muito clara. Portanto, quando eu cheguei ao Município já as quarenta horas estavam em vigor. Tivemos duas providências cautelares, contestámos essas providências cautelares e mantenho por convicção que as quarenta horas se ajustam. Eu acho que tem que haver uma convergência do ponto de vista de horários entre o público e o privado e por outro lado estas quarenta horas, permitiram-nos aqui uma boa organização e ganhos de produtividade do ponto de vista do Município e até agora não tive nenhum trabalhador do Município e que aproveito para elogiar a postura que têm tido, efetivamente têm sido pessoas incansáveis no auxílio à administração, do ponto de vista do tratamento dos processos. Até agora, não tive um único elemento dos serviços da autarquia que me tivesse questionado sobre a questão das quarenta horas. Portanto, que fique claro. A Senhora Deputada Filomena Pires, trouxe aqui também e por exemplo em relação ao tirar os filhos da Escola da Ribeira, por acaso tenho indicações exatamente contrárias, é que face à qualidade da escola, há é muitos pais que querem lá colocar os filhos. Está mal informada Senhora Deputada, é melhor informar-se bem porque estas coisas também não podem ser ditas assim com essa leviandade. Em relação à questão dos SMAS, é fácil Senhora Deputada, só tem que ir à ERSAR, enfim, vai ao Portal da ERSAR e está lá tudo, toda a informação sobre água, saneamento, etc., está tudo lá. Aliás, uma grande parte da informação que lhe enviamos, minuciosa, como aliás a Senhora Deputada merece está lá contida e se for lá vai verificar o seguinte, é que no ranking das Capitais de Distrito, Viseu ocupa o segundo lugar dos Concelhos com encargos mais baixos, logo a seguir a Évora e essa é um a verdade que não pode escamotear. A nossa em termos de Capitais de Distrito, é a segunda água mais barata do país e posso-lhe dizer que se comparar a média do preço que os nossos cidadãos pagam pela água, com a média nacional, nós estamos 24,5% abaixo da média nacional. Portanto Senhora Deputada, acho que Viseu está muito bem posicionada não só tem uma água com qualidade, como efetivamente tem um preço justo. Sobre os escalões, há três escalões como a Senhora Deputada sabe e portanto, aplica-se o escalão e consoante o escalão, quem consome mais água paga mais caro como é óbvio. Portanto, obviamente que é assim que as coisas estão feitas, até porque a água é um bem escasso e aliás não é por acaso que lançámos esta campanha que estamos a fazer neste momento. Não só para enaltecer a qualidade da nossa água e puxar pela imagem dos Serviços Municipalizados para neste momento estarmos também já a desenvolver por um lado a vertente da fatura eletrónica que desde ontem que já está disponível para todos os cidadãos até à questão do pagamento por multibanco e payshop que será deliberado por concurso público na segunda-feira, na reunião do Conselho de Administração. Além de outras medidas que já anunciámos, como são o combate aos ilegais, etc. etc., porque efetivamente estas coisas têm que ter uma sequência. Depois falou sobre várias questões ligadas às escolas, todas elas devidamente salvaguardadas e em relação à questão dos parques infantis, deixem que vos aborde aqui uma questão. Eu não sei se já pensaram alguma vez quanto é que custa o vandalismo no

nosso Concelho. Eu não sei se perguntar a cada uma das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados e gostava de vos perguntar e acho que já não ficarão próximos do valor que vos dou dar do custo do vandalismo. Nós temos que apelar ao espírito de cidadania das pessoas. Aquilo que é um equipamento público, é um investimento de todos nós. O dinheiro da autarquia não é do Presidente da Câmara. O dinheiro da autarquia é de todos os cidadãos que tem que ser bem administrado e cada cidadão tem que acautelar cada equipamento público. Eu vou dizer à Senhora Deputada e aos Senhores Deputados que nós gastamos cem mil euros por ano em reposição de coisas destruídas pelos cidadãos. Cem mil euros por ano. Eu quero que fixem este número e que o badalem. Os Senhores Deputados também nos podem ajudar a construir um exercício de cidadania mais ativo das pessoas. Aos fins de semana é uma barbaridade de semáforos partidos pela cidade. Aliás, estamos até a questionar, estamos a ver isso com a PSP e depois com a Comissão de Dados, de equacionar a hipótese de pôr algumas câmaras de vigilância em sítios onde é mais constante a destruição dos bens públicos para evitar que efetivamente essa selvajaria continue, porque cem mil euros davam para apoiar muitas pessoas, davam para apoiar em muitas situações e a verdade é que nós com toda a celeridade, repomos de imediato a maior parte destas situações que são danificadas até para termos aqui um efeito pedagógico, que é não deixar as coisas sem reposição para não estimular que o voltem a fazer. Portanto, Senhora Deputada, quero-lhe dizer que muitas destas questões dos parques infantis, muitas têm a ver com vandalismo, outras têm a ver com a própria forma de manutenção que estamos cada vez mais a seguir o princípio de contratar com as juntas de Freguesia o acompanhamento e às vezes até com associações porque isto tem muito a ver com a proximidade, quem está mais próximo consegue acompanhar melhor e encontrar aqui uma forma que permita fazer um acompanhamento melhor deste tipo de infraestrutura. A Senhora Deputada Lúcia Silva, também veio aqui falar sobre a questão das escolas e sobre Unidade de Ensino Estruturado que está lá em baixo na nossa Escola da Ribeira, um serviço do qual nos devemos orgulhar. Aliás, aquelas pessoas que lá estão ainda recentemente estiveram a dar apoio noutra país para que fosse instalada uma unidade daquele tipo e a solidariedade do concelho a funcionar para a Cidade-Região, porque é a partir de lá que são apoiadas todas as situações no Distrito. Portanto, seguramente que, esta é uma área que continuaremos a apoiar de uma forma muito abnegada. Em relação à deficiência já agora, deixe-me dizer-lhe Senhora Deputada, não haverá ninguém mais sensível á questão da deficiência do que eu. Pode haver igual, mais não haverá. Posso-lhe dizer que Viseu tem muito orgulho nas suas dez instituições e para aquilatar da satisfação, fale com as dez instituições. Eu já falei com as dez e posso-lhe dizer que todas elas entendem que o Município está a cumprir bem a sua função de apoio a estas instituições e que elas estão também a fazer aquilo que é o trabalho em rede, de especialização e de trabalho no terreno. Portanto, é através desse trabalho com as instituições e com as escolas que nós vamos cada vez mais apoiar, até porque nós queremos ser uma cidade cada vez mais inclusiva, onde todos os cidadãos tenham direito de viver. Portanto, sobre essa matéria pode também estar descansada. A Deputada Cristina Paula, também já me referi à questão dos tribunais e saúdo a intervenção, acho que também é importante e não é só dizer mal, é também importante quando as coisas são boas virmos aqui falar sobre elas, sobretudo quando são aspirações antigas. Senhor Deputado Baila Antunes, não devemos falar de cátedra não é? Eu até fiquei curioso de espreitar aí..., eu hoje à noite vou ao Google para ver as patentes que tem registadas e os trabalhos publicados em revistas internacionais, porque fiquei curioso em ver exatamente todo esse trabalho que tem vindo a fazer. Quero-lhe dizer que mais uma vez errou o alvo. Eu sei que aquilo que o Município faz está sempre mal não é? E que se pudermos até desvirtuar aquilo que fez para enaltecermos outra instituição tanto melhor. Eu sei que o Senhor Deputado gosta desse tipo de postura e refiro-me concretamente à *Bizzdirect*. Se o Senhor Deputado conhecer a história e é melhor quando falar das coisas, falar daquilo que

sabe, fale das suas áreas. Mas, se não fosse esta excelente parceria entre o Município entre o Instituto Politécnico de Viseu e até que algum grau de contactos existentes, a *Bizzdirect* não tinha escolhido a Cidade de Viseu. Foi um trabalho de grande parceria feito entre as duas instituições. Portanto, não desvirtue aqui aquilo que é um trabalho em rede. É em rede que eu quero governar a Cidade e o Concelho. Portanto, não procure dizer assim, ai e tal a autarquia até vem dizer que trabalhou muito para conquistar este investimento mas depois não teve aqui papel nenhum. Eu acho que é melhor ter outro tipo de prudência nas afirmações. Por outro lado, eu sempre afirmei que o Instituto Politécnico de Viseu, era uma das âncoras da nossa Cidade e da nossa Cidade-Região. Aliás, não é por acaso que o seu Presidente está no Conselho Estratégico. Aliás, referiu aqui e muito bem a próxima reunião, a segunda reunião do Conselho Estratégico, porque a primeira foi para a provar e falar sobre a estratégia para os próximos quatro anos, a próxima reunião do Conselho Estratégico será exatamente sobre o Ensino Superior e começará com uma intervenção do Presidente do Politécnico, depois com uma intervenção do responsável da Católica, uma intervenção do responsável do Instituto Piaget e depois com a apresentação de um trabalho que está a ser feito pelo Senhor Alfredo Simões em conjugação com estas três escolas que vai permitir a Viseu posicionar-se para onde é que quer ir. Hoje, não podemos estar aqui à espera que seja o Poder Central a decidir sobre o nosso futuro. Nós é que temos que chegar junto do Poder Central de uma forma interativa e não é pela afirmação gratuita de dizermos que queremos isto ou queremos aquilo que o vamos atingir Senhor Deputado. É preciso ser devidamente fundamentado e temos também muitas vezes que ser interativos. Não sei se o Senhor Deputado tem conhecimento, mas no dia 10 de março há também uma segunda reunião na Guarda, também por causa do ensino politécnico, onde o Presidente da Câmara de Viseu também vai estar. Ainda há poucos dias, na visita do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior o Presidente da Câmara lá marcou presença, exatamente para discutir com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior o futuro do Ensino Superior em Viseu. Portanto, sobre isso também estamos conversados. Olhe, a pró-atividade é a melhor forma de estar na vida, o Senhor Deputado se calhar nem sabe que por exemplo o nosso curso de arquitetura, já não abre há dois anos, não sabe disso pois não? Devia estar informado não é? Pois a autarquia está preocupada com isso e já tive várias reuniões com a Faculdade de Arquitetura que é uma valência que não queremos perder em Viseu, inclusivamente vou levar à reunião de Câmara a aprovação de duas bolsas para que o curso possa abrir no próximo ano e estamos neste momento a trabalhar num programa que nos vai permitir candidatar a fundos comunitários, aquilo que se chama “Estaleiros Escola”, para desenvolver as competências do nosso curso da Faculdade de Arquitetura designadamente as vertentes da reabilitação urbana. Isto não é conversa Senhor Deputado, sabe que as palavras leva-as o vento, agora trabalho, tem que ser feito todos os dias de uma forma determinada e se dizemos que queremos governar em rede, temos que governar com as instituições, marcando presença quando elas precisam e procurando puxar por elas quando elas precisam. Portanto, eu aconselho-o a mudar de óculos e não ver sempre a ação do Executivo por umas lentes que eu não sei aonde é que as compra, mas que seguramente estarão desfocadas. Portanto, sugiro que efetivamente faça isso porque, Viseu tem muito orgulho nas suas instituições e o facto de ser o segundo polo académico da Região Centro, é algo que nós temos que manter, até porque muita da dinâmica da cidade em determinadas vertentes, está intimamente ligada não só às competências que estão fixadas ao nosso Ensino Superior, mas também à existência desse número de alunos que é um fator, um ativo extremamente importante do nosso Concelho e da nossa Cidade-Região. Queria também aqui agradecer ao Deputado Paulo Pereira que nos trouxe aqui um assunto que é de importância, aliás, eu acho às vezes interessante que tantas pessoas durante alguns anos, vinham falar só do material e agora quando se tomam medidas do imaterial, desconfiam delas e acham que elas não fazem sentido. Olhe, o Gabinete do Investidor, foi de facto uma boa iniciativa, já com alguns frutos e mais uma

vez, não é numa lógica isolada, é que o Gabinete do Investidor passa também por um estabelecimento de parcerias com a Associação Industrial, para toda a vertente do investimento externo, toda a vertente de missões empresariais, promoção das exportações, passa por um protocolo que vai ser assinado com a Associação Comercial, para a revitalização do Centro Histórico para a promoção do comércio, passa por um protocolo que vai ser feito com a Associação de Criadores de Gado e com a CAP para o desenvolvimento da vertente agrícola e portanto, o Gabinete do Investidor trabalhará de uma forma articulada. Eu posso-vos dizer que ele ainda não tem um mês, ou tem praticamente um mês, faz amanhã um mês e foram acompanhadas, seja por processos recebidos no atendimento único, porque quando agora chega um investidor, ou alguém para tratar de uma área comercial à autarquia no gabinete do atendimento, de imediato, no meu gabinete sabe-se que está alguém a entrar com um processo e segue logo ali uma via verde, sendo acompanhado pelo Gabinete do Investidor. Portanto, desde o seu arranque, seja por atendimento físico ou telefónico, nós já atendemos cento e nove processos. Estamos há um mês e portanto, prova-se bem que foi uma boa decisão. Dos processos recebidos, vinte e seis respeitavam diretamente a investimentos em curso ou a iniciar e desses cinquenta por cento estão já concluídos no que toca à participação da Câmara. Eu tive uma grande preocupação também, de transmitirmos para o exterior uma imagem de rapidez de decisão porque essa é a forma de nós nos posicionarmos também no terreno para podermos captar novos investidores e ao mesmo tempo posicionamo-nos também no acompanhamento das empresas que estão no Concelho até para ver como é que elas podem às vezes ir mais longe. Esse trabalho sistemático está a ser feito. Foram seguidos outros oito processos com interesse económico dos quais três estão concluídos, foram recebidos quarenta e oito pedidos de informação, já todos foram respondidos e concluídos e foram identificados em tramitação na Câmara ou através de atendimentos efetuados outros vinte e sete processos que foram considerados sem interesse ou fora do âmbito do Gabinete do Investidor. Portanto, prova-se que e repare, não admiti ninguém. Às vezes há depois aí umas pessoas que gostam de achar que isto é para arranjar tachos para os amigos! Não, este Gabinete do Investidor está a trabalhar com os serviços da Câmara de uma forma estruturada e alicerçado no meu Chefe de Gabinete que está ali na proximidade e se o Presidente da Câmara é que tem o pelouro da economia é natural que esteja próximo exatamente para que coisas possam andar de uma forma mais rápida. Senhora deputada Cristina Fonseca, dia de S. Teotónio, o nosso Hospital de S. Teotónio que é assim que eu gosto de falar e do chamar, é assim que eu o conheço e não desisto de o tratar desta maneira. Radioterapia! Eu não ando a badalar. Eu elenquei um conjunto de dossiers que são para mim uma prioridade e todas as semanas de uma forma sistemática os estou a acompanhar. Este é um dos dossiers que eu elenquei no primeiro dia que tomei posse e portanto, é um dossier que estou a acompanhar, não lhe vou é adiantar a forma em que ele está, por que isso seria eventualmente espantar. O mal se calhar muitas vezes, em algumas coisas nesta região, foi anunciarem-se coisas antes de elas estarem devidamente estruturadas e isso levou a muitas situações que nós conhecemos. Comigo não contem com isso, porque eu não faço anúncios, eu chego aqui e apresento coisas feitas. Portanto, anúncios não até porque, quando estamos a fazer um anúncio, estamos a dar a oportunidade a quem está a concorrer com a nossa Cidade-Região de também procurar, então, vamos jogar primeiro com as nossas armas. Agora, fiquei satisfeito, tenho falado muito com o Senhor Secretário de Estado Leal da Costa, com quem até tenho uma boa relação pessoal e fiquei muito satisfeito por ele ter afirmado, aliás, há uma pergunta do Deputado José Junqueiro na Assembleia da República que a ser instalado um serviço de radioterapia que seria em Viseu. Garantia que já tinha também da parte dele, mas não vim para os jornais dizê-lo, porque não me compete fazê-lo, compete no dia em que ele cá vier ou o Senhor Ministro para assinarem a solução para a nossa radioterapia com as mesmas preocupações, nós estamos a falar de uma abrangência de meio milhão de pessoas.

O Estado gasta muito dinheiro em transferir as pessoas para Coimbra para uma unidade que está superlotada já com uma lista de espera e que já não tem capacidade para prestar o serviço que tem. O “*hinterland*” de Viseu permite-nos chegar até Vila Real, até à Guarda, acaba por ter aqui meio milhão de pessoas e portanto, seguramente que vamos continuar a prosseguir este objetivo de uma forma muito tenaz. O Deputado Carlos Cunha apresentou aqui uma proposta que penso que é pertinente, portanto acho-a também importante e deixo para último a questão da ferrovia e da rodovia, respondendo primeiro ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados. Fez muito bem em vir aqui falar da Atividade Sénior, é reconfortante, aliás, ser Presidente da Câmara nestes quatro meses que levo de funções é de facto algo muito reconfortante e de grande proximidade. É muito agradável passar por vários sítios como eu passei ao longo destes quatro meses e ver os nossos seniores a perguntarem-me sempre quando é que começa a hidroginástica, quando é que começam as aulas de ginástica e verificar a alegria na cara das pessoas quando estão a fazer este exercício e a consciência que têm de que isto é fundamental para a sua saúde. Por isso, é que quisemos envolver ainda mais a Escola Superior de Educação de Viseu e até fazer a monitorização. Todas as pessoas que já estão envolvidas e neste momento estão já mil e seiscentos inscritos e vamos manter as inscrições sempre abertas, para dar a possibilidade de as pessoas entrarem a qualquer momento. Posso-vos dizer que tudo está a ser monitorizado pela Escola Superior de Educação, designadamente vertentes de qualidade, como é que as pessoas começaram, vamos medir a meio e vamos medir no fim para avaliar bem a qualidade. Portanto, há uma preocupação genuína. Por outro lado dizer-lhe o seguinte: Nós temos um CLAS, não sei se sabe, mas está a funcionar, ainda reuniu na passada terça-feira e aprovou por unanimidade o plano de ação para os próximos anos. Estavam lá noventa instituições. Isto é trabalho em rede. Já agora aproveito para felicitar a Senhor Deputada Adelaide Modesto pela sua eleição para o secretariado concelhio do Partido Socialista, eu percebi que o seu nome é Adelaide, mas só vi no final da sua intervenção e fiquei com dúvidas se não seria Graça e também Modesto, fiquei assim com alguma dúvida de facto se era a forma mais adequada, mas com a simpatia que lhe reconheço, estou perfeitamente convicto que nesta primeira fase, tem que se afirmar, é normal, mas com o tempo as coisas depois voltam à normalidade e continuam. Seguramente que a vou receber segunda-feira não é? Vamos ter uma reunião porque prezo muito a ...eu acho que uma sociedade sem partidos, não é democrática e portanto, todos os partidos que me peçam para ser recebidos, serão recebidos com todo o gosto, até porque tenho afirmado aqui e continuarei a afirmar, hoje todos os cidadãos poderão chegar à Câmara Municipal ou ao seu site ou ao facebook e apresentar sugestões. Elas são bem-vindas quando vêm por bem. Agora, quem está sistematicamente a destruir e vier por mal, nunca terá do Presidente da Câmara nem atenção nem nenhuma resposta. Agora, quem vier trazer coisas positivas seguramente que terá atenção da parte do Presidente da Câmara. Por último, falar então sobre a questão da ferrovia. Eu por acaso gostava que alguns dos Senhores Deputados tivessem referido este esforço de concertação que está a ser feito. Reparem, há aqui um dado histórico, até hoje, nunca o Centro e o Norte de Portugal tinham estado em sintonia absoluta em relação a uma infraestrutura que é o corredor ferroviário Aveiro-Vilar-Formoso. Isto é inédito, no passado quando estas coisas eram discutidas, havia era uma guerra entre o Centro e o Norte e ninguém se entendia e isto está a surpreender as pessoas de Lisboa e tem havido aqui um esforço de concertação por parte dos diferentes Presidentes de Câmara ouvidos neste processo, das associações empresariais que estão a conduzir isto, é a Associação Industrial do Minho, a Associação Industrial Portuguesa e o Conselho Empresarial do Centro, são as três instituições que estão a conduzir este processo e como o Governo pôs em discussão pública, eu não vou agora estar a aferir os méritos ou deméritos do documento. Aquilo que eu disse, é que faltam lá pessoas. Esta comissão devia ter gente do Centro e do Norte, aliás, isso foi bem patente e que se tivesse gente do Centro e do Norte a avaliar devidamente as

infraestruturas provavelmente as conclusões seriam outras. Há Sul a mais nesta comissão e se calhar demasiadas instituições interessadas sobretudo no desenvolvimento a Sul de Lisboa e a verdade é que setenta por cento das exportações do Centro e Norte de Portugal, são feitas por Vilar-Formoso. Isso não se pode ignorar. Agora, temos que defender uma solução de mercadorias com passageiros. Viseu quer-se aproximar do Porto e precisa da ferrovia para esse efeito. Viseu quer-se aproximar de Lisboa e precisa também da ferrovia e quer-se aproximar da Europa. Portanto, não vamos desistir e vamos entregar, isso é público, portanto, não estou a cometer nenhuma inconfidência, está neste momento a ser preparado um documento que vai ser entregue ao Governo dentro do prazo que foi decidido para a discussão pública deste documento em que se prova por a+b, efetivamente a prioridade que deve ser dada a esta ligação Aveiro-Vilar Formoso. Agora, obviamente que nós também temos consciência e se calhar o Governo devia ter começado por aí, era ter dito logo à partida qual era o dinheiro que estava disponível para as infraestruturas, provavelmente não se tinha tido esta de um momento para o outro voltarmos a ter uma onda fontista pelo país e toda a gente se levantou a dizer eu também quero isto e eu também quero aquilo. A verdade é que eu talvez tenha sido das pessoas que publicamente primeiro fiz estas contas e que cheguei à conclusão que na melhor das hipóteses há três mil milhões de euros neste quadro comunitário de apoio para poder desenvolver estas infraestruturas. Agora, não tenho qualquer dúvida, isto está consensualizado entre o Centro e o Norte de Portugal de que esta infraestrutura será fundamental. Agora, se for necessário repartir isto em dois quadros comunitários de apoio, construir por exemplo a ligação Aveiro - Linha da Beira-Alta, com melhoramento da Linha da Beira-Alta neste primeiro quadro comunitário de apoio e no segundo o segundo troço! Porque não? Temos que ser realista e ter os pés bem assentes na terra. A fantasia de muitos em alguns momentos e este digladiar de situações muitas vezes conduziram-nos a não concretizar os nossos objetivos. Portanto, deixemo-nos de fantasias, pés assentes na terra, a procissão vai no adro, ainda as coisas não estão concluídas. Eu até fiquei muito satisfeito quando na última Assembleia Municipal nos pusemos todos de acordo em relação a um texto. Até ao lavar dos cestos é vindima. Enquanto não estiver fechado este quadro comunitário de apoio devemos lutar por aquilo em que acreditamos e aquilo em que acreditamos, daquilo que eu me recordo é: Por um lado a ferrovia, lutar por ela, fazer com que seja a prioridade das prioridades do ponto de vista nacional, a modernização da Linha da Beira-Alta não nos serve do ponto de vista do desenvolvimento económico e por outro lado, lutar também pela nossa ligação a Sul. É assim que lhe chamo, reparem que raramente me ouvem falar de ligação Viseu Coimbra, estou sempre a falar é na ligação ao Sul, porque efetivamente nós temos é que ganhar meia hora em relação à nossa proximidade ao Sul. É importante para o investimento, é importante para o Turismo. Agora, para já, aquilo que eu disse foi, eu também sei que a Comissão Europeia e é bom que as pessoas ponham os dados todos em cima da mesa, a Comissão Europeia disse a Portugal, não há um cêntimo para rodovia. Portugal está a tentar neste momento negociar duzentos milhões de euros daquilo que se chama “*last mile*” que é poder haver financiamento para pequenos troços de conclusão de algumas vias existentes. Agora, a negociação está em curso. Aquilo que eu disse ao Senhor Secretário de Estado foi, então negocea-se, porque em bom rigor a prioridade numero um e aí o grupo das infraestruturas, aí até se aproximou da nossa posição, porque o túnel do Marão está neste momento já em curso ainda com verbas deste quadro comunitário de apoio e portanto a primeira prioridade é exatamente a ligação Viseu Sul. Lá está Viseu Coimbra, mas eu continuo a chamar-lhe assim. Portanto, o que eu vos queria dizer é, o Presidente da Câmara vai continuar a manter exatamente o caminho que está a decorrer. Concertar posições no âmbito da plataforma da A25, ainda antes de ontem estive com os meus colegas, vamos reunir com o Alcaide de Salamanca, Cidade Rodrigo, vamo-nos encontrar com o Governo de Castilla y León exatamente para acabarmos de concertar aqui posições. Vamos ultimar este documento que as Associações

empresariais estão a fazer com peritos para apresentar ao Governo em que a nossa pretensão está lá bem presente, portanto não vamos desistir de o fazer. Vamos também pedir reuniões aos grupos parlamentares, este assunto também vai ser discutido em sede da Assembleia da República para encontramos aqui de facto um denominador comum que nos possa conduzir a um resultado. Eu não desisti da ferrovia e não desisto. Eu acho que esta é claramente a infraestrutura mais importante que Viseu pode ambicionar neste momento do ponto de vista do seu futuro coletivo e portanto, lutarei até ao fim sobre esta matéria e espero que efetivamente, independentemente das divergências ou de leituras que possamos ter, que estejam ao meu lado a lutar exatamente por estas pretensões. Portanto era o que me oferecia nesta intervenção dizer depois de vos ter ouvido com muita serenidade como disse aqui o Senhor Presidente, durante três horas e meia, mas enfim, o mundo é para os resistentes. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Nós queremos continuar a ouvir o Senhor Presidente e por isso dava já a palavra ao Senhor Presidente para tratar desde já do ponto número um da Ordem de Trabalhos, Informação Municipal.-----

----- QUARENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Retomando. Já agora, queria só penitenciar-me aqui de uma informação que por confusão e como aprovámos ontem na reunião do Executivo a abertura do concurso de serviços e trabalho temporário para a questão da Rede de Museus, pensei que efetivamente que esse assunto viria hoje à ordem de trabalhos, de facto a abertura desse concurso foi ontem aprovado, não tem que vir aqui e portanto seguirá os seus trâmites. O que gostava de dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho é que, como sabe há aqui um dado de base. O Município em dois mil e doze e com a Lei do Orçamento foi obrigado a um corte, uma redução que foi global para todos os municípios do ponto de vista do pessoal, se não estou em erro foi de dois por cento. O Executivo fez o seu ajustamento e não é que eu concorde com isso, porque eu acho que os Municípios deviam também poder caminhar à velocidade das suas disponibilidades. Isto é, Município de Viseu se precisasse e precisa de admitir algumas pessoas para algumas funções onde tem carências, o ideal era que efetivamente o Município de Viseu pudesse fazê-lo porque tem sustentabilidade para o fazer, mas estamos condicionados pela atual legislação que inclusivamente nos vai fazer hoje, como vão ver nos vários pontos que temos a seguir na ordem de trabalhos, a ter que às vezes protelar concursos porque não temos ainda vagas dentro do rácio para podermos admitir novas pessoas. Portanto, temos que ir esperando que haja pessoas que vão para a situação de reforma para podermos admitir outras pessoas e portanto, é nesta situação que estamos. Em relação à questão concreta do contrato com o CCD de Viseu, só tínhamos duas opções, ou mantínhamos a Rede de Museus a funcionar e aproveitávamos uma dinâmica criada existente e portanto, não tínhamos aqui nenhum hiato de tempo e aproveitando até as competências das pessoas que lá estão ou então tínhamos que fechar estes serviços durante algum tempo até podermos fazer um concurso que nos permitisse resolver o assunto de uma forma consistente. É o que estamos a fazer exatamente agora. É exatamente a abrir um concurso que nos vai permitir no fundo fazer um concurso para serviço de trabalho temporário para efeitos da nossa Rede de Museus. Portanto, é esta a opção que o Município faz e que nos permite resolver esta questão do serviço do ponto de vista futuro. Agora, se o Senhor Deputado entender que era preferível ter fechado o serviço, enfim, também o podíamos ter feito mas não foi essa a nossa avaliação, até porque felizmente temos hoje uma Rede de Museus e de Núcleos Museológicos com boa qualidade, que estão a ter cada vez mais procura e portanto desse ponto de vista entendemos que este era o melhor caminho e portanto, foi aprovado na reunião e que aliás, gostava de realçar aqui um aspeto. Na reunião de Câmara que ocorreu ontem, todos os assuntos foram aprovados por unanimidade. Há também que realçar isso, é que depois às vezes eu leio aí umas coisas nuns jornais, que não correspondem exatamente às votações, mas a verdade é que todos os assuntos foram votados por unanimidade e houve uma grande consonância de pontos de

vista em relação à maioria das matérias que lá foram tratadas. Portanto, isso também é de realçar. Indo agora à informação escrita que enviei para os Senhores Deputados.-----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que previamente remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

À política hoje pede-se visão e ação. Por maioria de razão, à política local aquela que, de forma mais próxima e direta, pode influenciar as condições de vida e desenvolvimento da comunidade e responder às suas necessidades e desígnios, ainda mais esta postura exige.

O discurso é importante enquanto móbil de uma vontade coletiva, mas não basta. É preciso agir e fazer acontecer. Quatro meses volvidos sobre o início de funções do Executivo Municipal, apresentamos a esta Assembleia resultados concretos e mensuráveis dessa capacidade pragmática de concretização, com base na estratégia que construímos com os viseenses, de forma democrática, aberta e participada. O desenvolvimento económico e o apoio às empresas é uma das três prioridades fixadas nessa estratégia. E é justamente aqui que continuámos a conquistar resultados concretos na governação municipal e num novo projeto de desenvolvimento. Numa interlocução de proximidade e disponibilidade com o Instituto Politécnico de Viseu e com o investidor, criámos as condições para que a BIZZDIRECT instale em Viseu, no Campus do IPV, o seu Centro de Competência em Tecnologia Microsoft. O protocolo de cooperação para esta instalação foi celebrado a 14 de janeiro e o processo de radicação da empresa e de recrutamento dos primeiros quadros já começou. Este investimento é uma boa notícia para os viseenses que aqui encontrarão emprego, uma boa notícia para a atratividade do IPV e para a internacionalização da nossa cidade-região. O projeto permitirá criar cerca de 150 postos de trabalho qualificados em áreas tecnológicas, 30 dos quais já em 2014. Não é um anúncio, nem uma miragem. O contrato entre Município, empresa e IPV está celebrado, o plano de negócio está marcha e o recrutamento de jovens licenciados em curso. Este é também o maior investimento empresarial de sempre, na cidade-região, em serviços avançados de tecnologia. Cumprimos também no final de Janeiro, nos 100 dias de mandato à frente da Câmara Municipal, um compromisso do nosso programa e da nossa estratégia com objetivos de fomento económico e apoio às empresas e ao investimento: o Gabinete do Investidor do Município de Viseu. Aqui os investidores serão recebidos, acompanhados e apoiados sem complicações. É uma via verde que faltava. Os empresários passam a ter uma interlocução válida e em tempo útil para aspetos de licenciamento, financiamento e internacionalização, em diferentes fases de vida. O Gabinete do Investidor é uma estrutura ágil, simples, sem custos e sem criar uma administração paralela. Este Gabinete é criado da reorientação de quadros superiores do Município e de uma reorganização de fluxos e prioridades. O apoio às empresas e ao investimento produtivo fez-se também, nestes 100 dias, através de medidas concretas de fiscalidade amiga e de justiça económica. No fim dos primeiros três meses, foram libertadas garantias bancárias de empresas em favor do Município no montante de 5,3 milhões de euros. Com esta decisão, reduzimos em 35% o custo bancário de fornecedores do Município. O valor das garantias passa, assim, de 14,5 milhões de euros para 9,2 milhões de euros. As cauções libertadas decorriam de contratos de empreitadas que estavam em condições de segurança jurídica de serem dispensadas. O Município tem com os seus fornecedores uma atitude de exigência e disciplina, mas não pode nem deve embaraçar a atividade económica e, ainda mais, a economia local e regional. Um município amigo do investimento e economicamente mais eficiente é um objetivo que não perdemos de vista. Por isso, organizámos também uma task-force interna para aliviar o passivo de processos pendentes de licenciamento de obras particulares no concelho. Nos primeiros 100 dias, foram despachados e concluídos mais de 1000 processos (1041), entre alvarás de licença de construção, comunicações

prévias e alvarás de utilização. Reduzimos em quase 30 por cento esse volume (de 4710 para 3669). Os colaboradores do Município deram uma resposta muito positiva nesse objetivo, que nesta informação à Assembleia quero reconhecer e elogiar. Uma administração mais célere traduz-se numa maior competitividade local e numa maior confiança dos cidadãos. Essa atitude permitiu, de resto, agilizar e acelerar alguns procedimentos de autorização prévia ou de licenciamento industrial, num tempo recorde e cumprindo todas as exigências administrativas e legais. Destaco, a título simbólico, a autorização prévia concedida, a 5 de fevereiro, pela Câmara Municipal ao projeto de expansão da unidade industrial da BEIRANOVA, localizada no parque industrial de Coimbrões. Esta autorização prévia foi acompanhada no âmbito do gabinete do investidor municipal e efetuada em 5 dias úteis. Simultaneamente, e no mesmo período, foram licenciadas operações pendentes para a conclusão da intervenção na atual infraestrutura da empresa. Este é um exemplo real do papel que o Município de Viseu pode e deve protagonizar no desenvolvimento económico e na facilitação do investimento empresarial. Não se trata de discurso, mas de convicção e de prática. Em Viseu, os investidores têm uma via verde e um ambiente amigo das empresas, descomplicado e de facilitação. A Câmara Municipal está empenhada em ajudar as empresas, sejam grandes, médias ou pequenas, a instalar-se e a crescer. Ganha a economia e o emprego. Ainda no capítulo do desenvolvimento económico, quero informar a Assembleia Municipal de que a Câmara acordou com o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves (GPIAA), organismo do Ministério da Economia, a radicação no Aeródromo Municipal de Viseu dos serviços de investigação de acidentes com aeronaves desta estrutura nacional. O protocolo de cooperação será assinado brevemente. Neste momento, o GPIAA tem em processo de recrutamento 4 quadros para estas funções, cujo cumprimento configura uma exigência comunitária ao Estado Português. O acordo passa pela cedência de um hangar no Aeródromo Municipal que permita armazenar e examinar, com segurança e condições técnicas, as aeronaves acidentadas, o seu conteúdo e os seus destroços. A cedência inclui também um escritório para o funcionamento dos serviços técnicos. A utilização do Aeródromo Municipal de Viseu pelo GPIAA inicia-se em 2014 e termina a 31 de dezembro de 2016, renovando-se por períodos iguais, caso haja vontade das partes. O GPIAA assegurará um pagamento, em 2014, de 12 mil euros e de 26 mil euros em 2015 e 2016, como contrapartida pelo investimento do município na recuperação e preparação do hangar. Em 2017, o valor fixado é de 12 mil euros, passível de renegociação. A radicação deste serviço confere ao aeródromo municipal de Viseu uma nova vida e uma vocação no plano nacional. Passa a estar no roteiro nacional das infraestruturas aeroportuárias com serviços de especialidade e esse é um avanço muito positivo. Radicamos competências e podemos ser um ativo para o país. A obra de manutenção e beneficiação do aeródromo municipal já lançada está concluída e permitirá a sua certificação definitiva enquanto infraestrutura aeroportuária. O Executivo Municipal foi também diligente no lançamento de obras estruturantes no desenvolvimento socioeconómico e ambiental do concelho, cujos projetos herdou da anterior Administração. Refiro-me em concreto à construção do Centro Escolar Viseu Estrela, cujo investimento ascende a quase 2 milhões de euros, financiado por fundos do QREN em 85%, e cuja concretização não pode esperar. A consignação da empreitada foi realizada a 9 de Janeiro. Com este investimento serão beneficiadas quase 300 crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar: 200 do 1º ciclo e 100 do pré-escolar. A 15 de Janeiro foi também contratualizada a consignação da empreitada de execução da “ETAR Viseu Sul”, que significa o arranque da construção desta infraestrutura que servirá 90 mil habitantes do concelho, assegurando um tratamento e uma reutilização de efluentes ainda não disponível no concelho. Construída esta infraestrutura, Viseu passa a dispor do padrão mais evoluído de tratamento de águas residuais existente, para pelo menos 40 anos. Permitirá ainda reutilizar as águas tratadas para usos como limpezas e irrigação de zonas verdes e de zonas agrícolas.-----

O desenvolvimento económico requer hoje espírito de abertura, cooperação institucional e diálogo de proximidade. As oportunidades de investimento e de promoção económica da cidade-região passam pela capacidade de construir pontes de diálogo, ativar sinergias e apoiar atores no cumprimento da sua missão. Nesse espírito, a Câmara Municipal de Viseu deliberou, a 13 de fevereiro, a celebração de protocolos de cooperação estratégica com associações económicas e empresariais da região, representativas dos setores da indústria, comércio, serviços, agricultura, silvicultura e pecuária, com objetivos de promoção do desenvolvimento económico, de serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo e de organização de eventos de cariz económico.-----

A AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu, a Associação Comercial do Distrito de Viseu, a Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e a Confederação dos Agricultores de Portugal constituem as entidades abrangidas por esta decisão. Este é mais um passo sólido e concreto no sentido de uma governação em rede em Viseu.-----

A política social para a inclusão e a solidariedade configura a segunda prioridade da estratégia municipal. Também aqui prosseguimos os esforços que vimos desenvolvendo. Em Janeiro, o Município avançou com um apoio social de 45 mil euros destinados a 1361 crianças do 1º ciclo do ensino básico, tendo em vista assegurar a sua frequência e alimentação escolares. 75 por cento das crianças abrangidas são residentes nas freguesias fora da zona urbana. Face ao ano letivo 2012/2013, o número de beneficiários reflete um aumento de 5 por cento. O apoio constitui uma das medidas do programa “Viseu Educa”, integrado na estratégia municipal, com o objetivo de promover o sucesso escolar no concelho de Viseu e o acesso qualificado de todas as crianças à educação, assim como à formação desportiva e artística. Este investimento da Comunidade é um fator decisivo ao sucesso escolar e à inclusão de famílias carenciadas. Em Viseu, queremos desenvolver uma sensibilidade social ativa. Já em Fevereiro, fizemos arrancar a iniciativa municipal de apoio à alimentação escolar, através de um programa de fornecimento de fruta às crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico no concelho. Inserida no programa municipal “Viseu Educa”, a medida “Fruta Escolar” aplica-se aos 3607 alunos, de 59 escolas, e garante a distribuição gratuita de uma peça de fruta duas vezes por semana até ao final do ano letivo. Não substituiu nenhum outro programa alimentar (como o leite escolar) nem se trata de uma iniciativa de terceiros. O município promove e financia esta medida com 20 mil euros. Também neste mês de fevereiro, a Câmara Municipal lançou a edição anual do programa de atividade sénior para 2014. Será o maior programa de sempre da iniciativa em Viseu, com 10 meses de atividades em contínuo, mais de 5700 horas de aulas e a maior cobertura geográfica (23 freguesias). Integrada no programa “Viseu Sénior”, esta iniciativa é uma aposta do Município na promoção da qualidade de vida da comunidade sénior viseuense. Além de uma maior abrangência geográfica e de um maior número de participantes face a 2013, esta edição vê também reforçado o envolvimento dos promotores locais, num total de 46. O projeto representa um custo global de 65 mil euros, dos quais 40 mil serão suportados diretamente pelo Município e os demais resultam das inscrições. Também aqui, a população mais desfavorecida e com menores rendimentos será a destinatária da política municipal de inclusão e solidariedade. Ciente do papel que tem na estrutura local de apoio social, a Câmara Municipal tem contribuído para que a dinamização do CLAS de Viseu dê passos concretos. Uma revitalização do funcionamento em rede é estratégica. O plano de atividades está a ser preparado, discutido e integrado numa verdadeira lógica de conjunto. Brevemente (e após a reunião de 25 de fevereiro) será prestada mais informação. A simplificação, modernização e reorganização do universo institucional municipal constitui um objetivo instrumental da sua sustentabilidade financeira, do desenvolvimento económico e social local e da satisfação das necessidades dos munícipes. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Viseu deliberou, a 13 de fevereiro, avançar no sentido da extinção da empresa EXPOVIS, tendo por principal fundamento a falta de enquadramento legal atual para sua existência e funcionamento.

Obtivemos o voto favorável unânime dos vereadores presentes na reunião de câmara. Para assegurar a missão que era prosseguida por esta empresa, nomeadamente na organização e gestão da Feira de São Mateus, mas também noutras iniciativas de promoção e eventos do concelho, a Câmara Municipal promoverá a criação de uma associação com a participação do Município e de diversas entidades relevantes. Esta nova associação garantirá todos os direitos e deveres da Expovis, nomeadamente os de ordem laboral. Com o objetivo de salvaguardar os interesses estratégicos e financeiros do Município, a Câmara Municipal deliberou também, a 13 de fevereiro, realizar a alienação da sua participação social na GESTINVISEU – Parques Empresariais de Viseu. A decisão de alienação do capital social da GESTINVISEU permite ao Município libertar-se de encargos financeiros relativos com o passivo financeiro daquela Sociedade, assegurando a posse do espaço público do Parque Industrial de Mundão e de três lotes para instalação de unidades industriais em Viseu a preços atrativos. O valor dos três lotes é correspondente à participação social no valor da empresa e a existência do Parque continuará a constituir um ativo para o concelho. Esta é uma decisão em defesa dos interesses do Município. Evitamos dívidas às contas dos munícipes e recuperámos lotes para atração de investimentos empresariais. Responsabilizamos a Sociedade num reposicionamento do Parque e na revisão dos preços de instalação de empresas. O Parque Industrial do Mundão está hoje completamente infraestruturado e em condições de converter-se num ativo para o desenvolvimento económico de Viseu. Em curso está também a modernização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu. Em 2014, e previsivelmente já neste primeiro semestre, os SMAS vão introduzir formas mais amigas e acessíveis de pagamento e de faturação. A implementação de fatura eletrónica está em curso e os meios de pagamento por rede multibanco e de “payshop” previstos num procedimento concursal. Estas medidas são inovadoras e traduzem um investimento na qualidade de vida dos munícipes e na modernização do tecido institucional local. A atuação da Câmara Municipal, do seu Executivo e do seu Presidente devem pautar-se por uma visão estratégica da cidade região de Viseu e por uma vigilância ativa na defesa dos interesses mais relevantes da comunidade que representamos. Essa visão é a motivação para o trabalho de lobby regional e de construção de uma voz a respeito das políticas nacionais mais relevantes para a competitividade e a coesão da cidade-região, no todo do país. Nesse contexto, o Presidente da Câmara Municipal tem procurado o estabelecimento de pontes de diálogo e convergência política com atores regionais e nacionais. A dinamização da “Plataforma A25”, entre as cidades de Aveiro, Viseu e Guarda, o recente encontro com o Presidente da Câmara Municipal do Porto e a reunião, em Santa Maria da Feira, das principais associações empresariais do Centro-Norte (AEP, AIMINHO e CEC) e dos dirigentes portuários de Aveiro e Figueira da Foz, Leixões e Viana do Castelo com os presidentes dos municípios de Viseu, Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Matosinhos podem ser lidos nesta esteira. Viseu Cidade-Região reclama e espera uma palavra e um lugar na estratégia nacional das infraestruturas de transportes, logística e conetividades e na definição do futuro QREN. Por outro lado, a cooperação de cidades é fundamental, no atual contexto político-institucional, para o desenvolvimento regional do Centro-Norte. O défice de representatividade regional do Centro e do Norte no Grupo de Trabalho constituído para as recomendações ao Governo em matéria de “Infraestruturas de Valor Acrescentado” explica em boa medida as lacunas e deficiências do relatório e das propostas colocadas em debate público. Existe hoje uma convergência alargada e inequívoca na região Centro, mas também na região Norte, quanto ao princípio estratégico de subordinar estes investimentos em transportes e logística ao objetivo da competitividade económica do país. A competitividade deve ser o critério fundamental nas opções que se vierem a tomar. A consideração prática deste princípio traz para primeiro plano, como “prioridade das prioridades”, a aposta no corredor ferroviário “Aveiro – Salamanca” e a ligação da ferrovia aos portos do Centro-Norte. Esta foi, aliás, a conclusão

dominante do encontro de atores políticos, empresariais e portuários que se realizou a 11 de fevereiro, em Santa Maria da Feira. O Centro e o Norte representam mais de 65% das exportações nacionais e o eixo da A25 Aveiro/Viseu/Guarda é o principal corredor terrestre de expedição das nossas mercadorias para a Europa. A eficiência deste corredor exige uma linha ferroviária, em bitola europeia, constituindo uma opção por explorar a articulação de uma ligação entre Aveiro e Viseu com a linha da Beira Alta, uma vez reabilitada. Tecnicamente esta articulação está por estudar, tal como estão por estudar com rigor os custos associados à construção de uma linha nova, em bitola europeia, do corredor Aveiro – Salamanca. Ao contrário do que faz crer o relatório em discussão pública, a reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e a ligação Aveiro – Viseu – Salamanca não têm de ser investimentos que se autoexcluem, mas investimentos que se articulam e potenciam. A ligação rodoviária entre Viseu – Coimbra constitui também prioridade absoluta e motivo de preocupação. A modernização do IP3 num perfil de rodovia de alta prestação é fundamental à competitividade regional, à coesão e à articulação regional. O Presidente da Câmara Municipal de Viseu não desistirá de defender este investimento prioritário, respeitando também aquela que foi também a deliberação desta Assembleia no final do ano de 2013.-----

Muito obrigado Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado Senhor Presidente pela atenção com que me ouviram.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor deputado Rafael Amaro.-----

----- QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS): Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Senhor Presidente, ouvi-o como é normal com toda a atenção sobre esta informação e dado o adiantado da hora, vou cingir-me aquilo que me parecem ser as questões fundamentais. Para mim digamos que, nesta informação que traz, havia aqui alguns elementos que podíamos discutir mas como eu não os considero fundamentais para esta discussão e mesmo para não descentrar a discussão eu ir-me-ia centrar em dois pontos.----

O primeiro era o que se prende com o aeródromo municipal e para dizer o seguinte: Não vejo qualquer inconveniente, digamos que, na cedência de um hangar para armazenar e examinar com segurança e em condições técnicas as aeronaves acidentadas, tal como não vejo ou não tenho nada contra digamos que, aquilo que foi feito com o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves, mas aquilo que eu perguntava e vai no sentido daquilo que eu depois quero falar a seguir, é se esta decisão, foi uma decisão pontual ou de oportunidade que surgiu ou se esta decisão se enquadra ou se insere numa estratégia mais vasta para o aeródromo municipal. Isto parece-me uma questão fundamental porque tenho para mim e adianto já, insere-se dentro daquilo que vamos discutir ou seja, de todas as infraestruturas de transporte, parece-me que o aeródromo do ponto de vista regional e dentro de, digamos, do conceito que temos vindo aqui a falar de Viseu Cidade-Região e já agora dizer que não tenho nenhum problema em gostar do conceito, porque eu já gostava antes de afirmar que Viseu é sem dúvida nenhuma e sem favor, é bom que digamos isso, sem favor e foi sempre historicamente uma cidade que polariza do ponto de vista económico uma vasta região que neste momento podemos considerar que tem trezentas mil pessoas e dizer até ainda mais, Viseu não só polariza e sempre polarizou economicamente, como, Viseu representa mais de um terço dessa população e isso é importante. Portanto, o que eu queria dizer é que quanto ao aeródromo, se isso foi o aproveitamento, digamos que, de uma oportunidade o que também é de aproveitar quando as coisas surgem ou se isso estava inserido nalguma estratégia mais de fundo porque eu não vi isso digamos que, em nenhuma vertente do plano estratégico que apresentou no início. Depois era uma resposta só sobre isso.-----

Agora, questão a meu ver fundamental e começo por dizer já que não há em mim

nenhuma diferença, analisando o que disse e o que escreveu neste documento, não vejo aqui nada que eu possa estar em desacordo naquilo que é a visão do Senhor Presidente da Câmara quer para a rodovia, ligação Viseu ao Sul ou a Coimbra como é usual dizer-se, quer quanto à ferrovia na ligação com a Linha da Beira-Alta que é sem dúvida nenhuma essencial. Onde a meu ver pode haver aqui algum desacordo e que eu acho que deve ser limado rapidamente porque se forem consensualizadas a nível regional todas as ideias que temos sobre isso tudo se resolverá mais facilmente, onde pode haver aqui algum desacordo e que até é compreensível, é a meu ver, na forma como a nível local e mesmo pelo próprio Presidente da Câmara, não pondo em dúvida o empenho que está a ser colocado nessa estratégia, digamos que, as cautelas políticas que existem quanto às decisões do Governo ou às intenções melhor dizendo porque não há ainda decisão nenhuma e ainda bem que não há, quanto às intenções do Governo e digamos, relativamente ao documento. Isto foi uma coisa que aqui me pareceu evidente. Quanto ao documento, não querendo fazer nenhuma análise técnica do documento, para o qual não me acho competente, mas julgo ter alguma competência para analisar os fundamentos teóricos que estão subjacentes a esse mesmo documento e há logo duas coisas que me fazem desconfiar e que eu penso que politicamente e a nível regional, vamos ter que encontrar aqui algum consenso. Um deles, não o vou reforçar, já o Senhor Presidente o afirmou aqui, é quanto à própria constituição na elaboração deste documento, mas há para mim algo muito importante e que é sensível, que é a forma como o documento orienta no sentido de privilegiar as mercadorias relativamente às pessoas e é uma concessão a meu ver pouco informada do ponto de vista da competitividade quando põem o assento tónico neste documento que a competitividade tem a ver muito mais com as mercadorias e com o transporte de mercadorias do que com a mobilidade das pessoas. Portanto, este é um ponto em que vamos ter que nos entender para podermos acertar essa mesma estratégia. Quanto ao resto, eu não sou como é evidente e nem quero ter essa pretensão e nem sequer considero que nessa matéria possa trazer um grande valor acrescentado, tendo em conta logo o título do tal relatório. Mas, relativamente à estratégia que o Senhor Presidente está a seguir politicamente, permitirme-á dizer-lhe o seguinte com toda a sinceridade: Estou perfeitamente de acordo que tudo o que tem feito, digamos que, nas chamadas reuniões da A25 ou seja com o Presidente da Câmara da Guarda, com o Presidente da Câmara de Aveiro, e que com a relação ao Norte e tendo em conta também todas as associações com quem tem reunido, eu penso que é uma estratégia correta nessa vertente. Já não me parece tão acertado que, tendo essa estratégia mais vasta relativamente ao Centro e ao Norte, essa estratégia não seja também complementada com aquilo que tem que ser feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob pena (foi criada pelo Governo PSD), sob pena e essa é a minha opinião, apesar de ser Deputado Intermunicipal, sob pena de sermos levados a concluir que aquilo é assim uma coisinha que não tem grande significado. Eu alerta para isso, com toda a boa intenção porque já aqui disse há pouco que quando eu ouço falar os Presidentes das Câmaras inseridos na CIM, eu não vejo, ou seja, vejo muito pouca estratégia CIM, (ponto um) global e vejo cada um, cada Presidente da Câmara a falar por si, a tentar fazer-se ouvir e não a dizerem as mesmas coisas porque se fosse a dizerem as mesmas coisas, todos estaríamos satisfeitos. Portanto, eu acho que o Senhor Presidente da Câmara a meu ver, não deve ou não pode desvalorizar digamos que, a estratégia nesse sentido e vou tentar argumentar muito rapidamente porquê. Porque, eu acho que e espero estar enganado, o Governo não se importará neste momento tendo em conta o quadro que está instalado, de poder argumentar que, se nem vocês se entendem como é que nós podemos decidir. Ponham-se lá de acordo e entretanto vai.....

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhor Deputado, tem mais um minuto.--

- *O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo:* Ok, vou terminar então. Entretanto vai..., Já conhecemos esse filme, porque este filme, como disse por outras palavras, já aqui se passou em Viseu com muitas outras coisas ou seja, o

Governo está neste momento a analisar qual é digamos que, a opinião que se instala e entretanto, vai chutando a bola para os investimentos ou seja, se aparecerem investidores que estejam interessados, ou seja, este Governo e aqui não tem nada a ver com partidarie nenhuma, este governos habituou-nos há muito que, ou se desculpa com a Comunidade Económica Europeia ou com a Troika ou até vai desculpar-se com um documento que foi mandado fazer por ele cuja orientação subjacente a este documento é uma orientação do Governo, é uma orientação política. Como tal eu acho que do ponto de vista político não podemos deixar de fazer esta análise. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Figueiredo.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Boa noite a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e respetivos Membros, Excelentíssimo Presidente da Câmara e demais Membros do Executivo, Senhores Deputados e Deputadas Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras, Comunicação Social ainda presente. Vou procurar ser muito breve e antes mesmo de entrar no cerne da minha intervenção, permitia-me apenas aqui pedir ao Senhor Presidente e antes que tenha a tentação de no final desta minha intervenção me aconselhar a mudar de óculos, dizer que ainda esta semana fui ao oftalmologista, portanto, creio que nessa matéria estou mais ou menos descansado. Sabe que neste fórum pode de facto haver muita coisa que nos diferencia, mas há certamente uma Cidade-Região que também me apraz citar com todo o gosto, que nos é comum. Por falar em comum, repare que nesta sala não sou só eu que uso óculos, nem o Deputado Baila Antunes, há mais e assim tenhamos todos apesar dessas divergências a mesma visão do conjunto para o futuro que os Viseenses nos merecem. Permita ainda que lhe lembre que não deu resposta ao Deputado do CDS Carlos Cunha e ele vem sempre aqui por bem, sobre a questão da Quinta da Cruz, presumo que foi por lapso e não por falta de memória de modo que, agradecia que lhe pudesse dar a sua resposta ao pedido de esclarecimento que fez. Passava então à minha intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara, trouxe a esta Assembleia um discurso sobre ação e só falhou apenas no verbo. Deste modo, endereçando desde já os parabéns ao responsável pela comunicação do seu executivo, permita-me desfazer o engano original. O verbo mais apropriado ao seu discurso talvez fosse o verbo comunicar, esse sim tem sido a ação desde a sua tomada de posse. Aproveito ainda o momento para lhe endereçar os parabéns por ter entendido que provocar "ruído" é o truque fundamental da política contemporânea. Truque que o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, com os resultados que todos conhecemos para a governação do País, introduziu na vida política portuguesa e que agora parece começar a fazer escola na política local.

Assim e por oposição a "*O discurso é importante enquanto móbil de uma vontade coletiva, mas não basta agir é preciso fazer acontecer.*" a formulação mais correta seria "*O discurso é importante enquanto móbil de uma vontade coletiva: é preciso comunicar e fazer aparecer (preferencialmente até na imprensa)*". Se, ultrapassada a cortina de fumo inicial, destes quatro meses de governação, alguém perguntar o que fica, será forçado a concluir que para este executivo mais relevante do que concretizar é comunicar. E isso Senhor Presidente, é prestar um mau serviço à comunidade que o elegeu. Voltando ao seu discurso, assumindo que boa parte das suas premissas estão corretas estando o erro na correlação que faz, a relação causa-efeito que tenta evidenciar como resultante destes primeiros meses de governação em muitos casos não se verifica, não passando de uma ação de marketing. Se não vejamos alguns dos exageros em que o seu discurso incorre:-----

Se é verdade que foram criadas condições para que a BIZZDIRECT se instale em Viseu, e esta não deixa de ser uma boa notícia essencialmente para o Politécnico. Como diz o povo, não devemos deitar foguetes antes da festa. Relativamente a este investimento é anunciada a criação de 150 postos de trabalho qualificados, sendo que 30 dos quais estão previstos já

para este ano de 2014. A realidade é que até este momento apenas foram disponibilizados 15 estágios estando mais 15 previstos para o segundo semestre do ano. Como qualquer aluno do primeiro ano de uma escola de gestão sabe, um estágio não é um emprego, muito menos um posto de trabalho qualificado. Deste modo, até serem criados os 150 postos de trabalho qualificados, e não estágios, esta medida não passa de mais uma ação de comunicação.-----

Relativamente à "Task Force Interna" é nos dito que nos primeiros 100 dias, foram despachados e concluídos 1041 processos (reduzindo em quase 30 por cento o volume dos mesmos), sem nunca ser referido quantos processos foram despachados nos últimos 100 dias do anterior executivo. Sem termo de comparação é difícil aferir a real melhoria dos serviços. Também não são referidas quais as mudanças concretas que conduziram a estes números. Por um lado, não sabemos se o anterior executivo vivia no marasmo ou se é este executivo ultracompetente. Tendo em conta a rapidez anunciada, por esclarecer fica também se a qualidade do serviço prestado, a esse nível, sofreu alterações. Queremos acreditar que sim.-----

Relativamente às "Infraestruturas de Valor Acrescentado", tendo em conta que na última semana Sérgio Monteiro, Secretário de Estado das Obras Públicas e Transportes, afirmou que para a competitividade das mercadorias não é necessário construir uma nova linha entre Aveiro e Viseu, esta Assembleia deve louvar o seu otimismo ao afirmar:-----

"Ao contrário do que faz crer o relatório em discussão pública, a reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e a ligação Aveiro – Viseu – Salamanca não têm de ser investimentos que se autoexcluem, mas investimentos que se articulam e potenciam."-----

Assim o mais provável é que a ligação Aveiro/Vilar Formoso seja efetuada via Pampilhosa, sendo este traçado requalificado e continuando Viseu sem ligação ferroviária. Garantindo que nesta luta repito, garantindo que nesta luta contará com o apoio total do CDS-PP Viseu, não será a hipótese mais realista exigir a construção de um ramal que ligue Viseu à rede ferroviária nacional? Ou vai continuar a proferir discursos sobre a cidade-região sem, no entanto, conseguirmos nada?-----

Relativamente à ligação rodoviária Viseu/Coimbra, o mesmo Secretário de Estado afirmou que "perfil de autoestrada sem portagens não existe". Dito isto e atendendo ao atual momento económico do País e dos viseenses, vai lutar pelo mal menor que é a requalificação do atual IP3, sem portagens? Ou a exemplo do que aconteceu com a A25, vai defender a construção de uma autoestrada portajada, aumentando assim os custos da nossa interioridade? Seja como for, refiro-lhe uma vez mais, nesta matéria de importância desses projetos estratégicos para a região, não deixará de contar com o nosso apoio. Ainda na senda dos grandes anúncios com poucas ou nenhuma consequência, não fica claro se lançou a campanha em torno da "Água de Primeira" para justificar o aumento da fatura, ou se aumentou a fatura para cobrir as despesas dessa campanha.-----

Mais um pouco de propaganda encontramos nas obras de requalificação do Bairro Municipal, que com grande pompa foram anunciadas mas que ainda se encontram paradas.-----

A finalizar, e para que não nos acusem de não ter uma atitude positiva em relação a seu executivo, propomos uma medida simples, sem grandes custos e que melhora consideravelmente a vida urbana.-----

Porque não se desimpede, em termos paisagísticos e de circulação, a Avenida 25 de Abril, deslocalizando o início/fim das linhas da STUV para o local apropriado que é a Central Rodoviária? Não seria benéfico, para os utentes, todas as linhas terem o seu início/fim no mesmo local, onde há supostamente condições sanitárias, proteção, comércio, cafés/papelarias para os passageiros serem recebidos? Com esta medida, não só, aumenta consideravelmente o número de utilizadores daquele espaço, dinamizando o comércio a ele associado, como também regulariza em termos rodoviários e paisagísticos uma das avenidas centrais da cidade, sendo que as linhas não precisam de ser alteradas e até

podem continuar a receber passageiros na referida avenida, apenas se concentram as partidas e chegadas. E já agora, a Central Rodoviária e os transportes urbanos não merecem mais atenção Senhor Presidente? Até podia lançar uma campanha, a seu gosto, intitulada "Transportes Públicos Primeiro". Pode aproveitar a ideia, nos bons investimentos para a comunidade não vamos cobrar direitos de autor ou, a exemplo do PS, contar espingardas.-----

Como se depreende, em relação à real capacidade do seu executivo, ainda são nesta altura mais as dúvidas do que as certezas. Mas damos o benefício da dúvida. Mas pode o CDS assegurar-lhe que comunicar sem agir é inconsequente. Os viseenses que lhe confiaram o voto esperam mais ação e menos comunicação. Termine deixando-lhe a certeza que na luta contra o vandalismo a que já temos também nós próprios assistido, contará com a nossa firme solidariedade na condenação dessa falta de cidadania. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa noite, porque já à noite chegámos.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, ouvi-o com o espírito aberto e ouvi a informação que aqui trouxe. Faz o balanço aos primeiros quatro meses da sua gestão. Ao longo da dissertação que nos apresenta, atribui, como não podia deixar de ser, uma avaliação altamente positiva às ações desenvolvidas pelo executivo e brinda-nos com curiosos lugares comuns de filosofia política como “*o discurso é importante, mas não basta*”, “*à política pede-se visão e ação*” e apresenta-nos a ultra liberal teoria de classe das “*vias verdes*” para os investidores.-----

Passemos aos factos: Gabinete do Investidor, a tal “*via verde que falta*”. Importante sem dúvida. Mas não seria igualmente importante a abertura de um Gabinete do Município, que não obrigasse os cidadãos do Concelho a defrontar-se com mil obstáculos, a começar pelos serviços de segurança, para chegar à fala com o Presidente da Câmara? Falou ainda há pouco tempo da possibilidade de aceder ao portal camarário, mas o grande e muito elevado número de cidadãos de Viseu, de facto não têm essa possibilidade, não lidam dessa forma com a Internet.-----

Garantias bancárias libertadas a favor dos empreiteiros. Sobre este assunto, gostaria que me fosse dada a informação por escrito de todas as empresas que foram beneficiadas com esse presente de Natal, de que obras foram libertadas as cauções e, já agora, perguntar se esta foi uma medida avulsa para o *show off*, ou se vai vigorar como prática permanente do Município.-----

Outra nota dos êxitos dos primeiros cem dias de governação, foi a do despacho de mais de mil processos de obras. Também aqui cabe perguntar se esta é uma medida para continuar. É que, se o for, os cidadãos deste Concelho, os requerentes dos 3.669 processos que não foram despachados nos primeiros cem dias, terão a garantia de que até ao fim do ano o seu caso será resolvido. Cá estaremos em Dezembro para aferir da eficácia da medida.-----

Parceiros da Cooperação estratégica. Queria perguntar ao Senhor Presidente a razão da sua opção, sendo que é pacífico que a AIRV, a Associação Comercial, a Associação de Criadores estejam nesse lote, sendo de todo incompreensível a parceria com a CAP, que é como se sabe, uma estrutura nacional dos grandes agricultores e da agro-indústria, que não representa a agricultura de tipo familiar nem os pequenos e médios agricultores, e que são a maioria esmagadora dos produtores do nosso Concelho. Existem outras organizações locais bem mais representativas, nomeadamente as que desde há dez anos vêm lutando pela construção do Matadouro de Viseu, que não faz parte das suas prioridades.-----

Outro êxito propalado é o da benevolência do apoio social às crianças do primeiro ciclo, que sofreu um aumento de 5%. Senhor Presidente, os dados públicos quer das IPSS que estão no terreno neste sector, quer os dados fornecidos pelas escolas apontam para um

crescimento da pobreza e da carência nesta camada etária em mais de 15%, também no nosso Concelho. Quer isto dizer que o Município, que tem milhões de euros a render em bancos, devia envergonhar-se e não regozijar-se pelo fraco apoio que dá às crianças necessitadas. Ao fim e ao cabo, 45 mil euros de investimento são, na realidade um pouco menos do que o Município gasta com o seu Gabinete de apoio.-----

No mesmo sentido vai essa ação de propaganda que o senhor protagonizou com a entrega de fruta duas vezes por semana às crianças do primeiro ciclo. E porque não três, ou quatro ou cinco. Não estou a dizer que a dieta obrigatória de fruta para as crianças do primeiro ciclo não seja importante, claro que o é. Só que esta ação devia ser apoiada em ações consequentes e generalizadas de educação alimentar e de controlo das ementas servidas às crianças diariamente.-----

Competitividade deve ser o critério fundamental das opções que se vierem a tomar na Gestão Municipal. E eu a pensar que era o bem-estar e a elevação da qualidade de vida dos munícipes. Sabe Senhor Presidente, uma região competitiva pode ser um território de pobreza social. Veja-se o exemplo da região da Madeira, tão atrativa com o seu *offshore* onde as desigualdades sociais e as condições de vida da população estão abaixo do limiar da pobreza.-----

Sobre a Ferrovia e a Ligação Rodoviária a Coimbra (ou a Sul, como prefere), ainda bem que despertaram para o problema. Durante anos como já aqui disse, foi o PCP e a CDU os únicos a pugnar contra o encerramento das linhas e pela sua restauração. No entanto, parece que cada vez que se fala nisto aparece um novo conceito, principalmente sobre a ligação a Coimbra. Primeiro era um IP com perfil de autoestrada, depois passou a autoestrada, depois ainda a ligação a Sul e agora o senhor descobriu um novo conceito (confesso que deve ser mesmo original pois não o encontrei em nenhum documento apesar de apurada busca): “IP3 num perfil de rodovia de alta prestação”. Entendamo-nos, “o discurso é importante, mas não basta” palavras suas. Digo eu agora, deixem-se de subterfúgios, assumam de uma vez por todas a responsabilidade do seu Governo pelo lançamento ou não desta autoestrada decisiva para toda a região.-----

Não quero terminar sem deixar o meu reconhecimento público a uma atividade que o seu executivo está a cumprir com uma eficácia de grande profissionalismo. A exemplar ação de propaganda. Não conheço outro município no país que “venda” a sua ação governativa com a eficácia do de Viseu, a fazer jus ao seu Gabinete de Comunicação e Imagem. Resta saber quanto custa tal eficácia ao munícipe. Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Vieira e Castro.-----

----- QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público que ainda resiste e Comunicação Social. O empresário Vidal, creio que foi o mesmo Vidal que foi Presidente da Câmara pelo PSD e não o irmão, disse na campanha eleitoral que Fernando Ruas não fez nada para atrair a indústria para Viseu. Isso já nós sabíamos. Enfim, o Senhor Presidente agora fala na Bizzdirect e que eu quero acreditar que venha a ser um sucesso, conseguiu atrair o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves, um organismo do Ministério da Economia que ficará no aeródromo municipal. Neste momento este organismo não tem nenhum técnico no ativo, mas que o Senhor Presidente também disse e nós também sabemos pelas declarações do responsável deste organismo ao Jornal Via Rápida que vai abrir concurso para a admissão de quatro investigadores, esperemos que venham todos cá para Viseu. Pelo menos hão-de ir comer a qualquer lado e sempre dão algum benefício ao Concelho. De qualquer modo, sem ironia é uma boa notícia e espero que contribua para a revitalização do Aeródromo Gonçalves Lobato, depois do *flop* que constitui a instalação da firma Astrávia, que também na altura foi anunciada como uma

grande aquisição do município. Astrávia - Representações e Manutenção de Aeronaves Lda., o nome era pomposo, mas obrigou a Câmara Municipal a deliberar em 11 de janeiro de 1993 a extinção do direito de superfície a favor desta empresa. Quero acreditar que agora este organismo que é do Estado não passará de um mero armazém de sucata e que venha a colocar Viseu na rota dos aviões ainda que acidentados, já que na linha do comboio está mais difícil. O Senhor Presidente fala nos parques industriais, acontece que o Parque Industrial de Mundão, por exemplo, tem uma série de carências que os empresários nos fizeram chegar, nomeadamente, falta um posto de correios, que existe em Coimbrões, falta um balcão bancário, Coimbrões tem por exemplo a Caixa Geral de Depósitos (penso que ainda lá está), por outro lado há o problema de potência energética sobretudo na parte nova, falta ainda um apoio, uma cantina ou um restaurante para os trabalhadores e não são poucos daquele parque, bombas de gasolina, policiamento, os empresários queixam-se muito da falta de policiamento, os transportes públicos são muito deficientes, não há nenhum direto, vai a Mundão, a jardinagem e a limpeza da vegetação são as próprias empresas que a fazem, cada um na sua propriedade naturalmente e mesmo no espaço público, chegam a limpar o espaço público para que haja o mínimo de dignidade para as empresas e o acesso minimamente apresentável. Segundo me disseram, a última vez que lá houve uma limpeza municipal foi quando lá foi uma delegação do Governo ou da Presidência da República, já há muitos anos. Creio que na altura o Senhor Presidente se calhar ainda lá tinha uma empresa de borrachas não era Senhor Presidente? Não tinha Lá? Tinha. Portanto, parece que na altura ainda existia essa empresa. Reconhece o Senhor Presidente o esforço e a dedicação dos colaboradores do município que aliás, elogiou, mas continua a admitir trabalhadores com funções permanentes com contratos de trabalho precário como veio agora a anunciar com a admissão de trabalhadores temporários para a Rede Municipal de Museus. Nós sabemos que há uma limitação a que o Governo obriga os Municípios, a culpa não será tão só da Câmara, mas é uma culpa do seu Governo, do Governo onde o Senhor foi Secretário de Estado, mas, já não tem desculpa, parece-me a mim quando o senhor Presidente não faz o mesmo que mais de cem autarcas, cem Presidentes de Câmara do nosso país que não aceitaram aumentar o horário de trabalho dos seus colaboradores para as quarente horas. O Senhor Presidente diz que não recebeu nenhuma queixa, isso é verdade, eu também trabalhei numa empresa, era privada é certo, onde as pessoas também não se queixavam porque já sabiam o que é que lhes acontecia se se queixassem. Os poucos que tinham coragem para isso, não eram lá muito bem-sucedidos. De qualquer modo, uma coisa é certa, com o aumento do horário de trabalho, o Senhor está a desvalorizar o salário dos nossos trabalhadores, que são trabalhadores do nosso município. Está a roubar os salários aos trabalhadores, porque é certo que é a Troika e o Governo, mas o Governo é o seu, é o da maioria PSD - CDS e portanto o seu partido também está lá implicado. Depois, até me apetecia agora parafrasear o Líder Parlamentar do PSD quando disse que a vida quotidiana dos portugueses está muito pior, mas o país está melhor. A Câmara pode estar melhor, mas os seus trabalhadores estão pior porque estão a receber menos, que é isso que acontece com o aumento do horário de trabalho. Relativamente aos programas que o Senhor Presidente falou do Viseu Educa, são de facto muito meritórios, nada a opor antes pelo contrário no entanto deixava de deixar aqui uma observação que me foi feita até por alguns professores e encarregados de educação das crianças da Escola da Ribeira, quando hoje mesmo foram de autocarro para o Pavilhão Multiusos, ou seja, os professores estavam indignados porque as crianças segundo eles estavam frustradas e alguns pais também falaram nisso por não desfilar pelas ruas. Eu sei que estavam a contar, estavam a prevenir que houvesse se calhar mau tempo, mas a verdade é que elas sempre desfilarão e independentemente do tempo, sempre arranjarão maneira de desfilar e da Escola da Ribeira ao Pavilhão Multiusos, são para aí duzentos ou duzentos e cinquenta metros. De facto, impressiona um pouco ver...

O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, tem mais um minuto.---

O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Muito bem, impressiona um pouco esbanjar dinheiro para as crianças andarem duzentos e cinquenta metros da Escola da Ribeira para o Pavilhão Multiusos, mas poderia ser da Escola da Avenida ou da Escola de S. Miguel. Se calhar antes poderiam ter falado com os professores, com os pais ou com as escolas. Como já esgotei o tempo fico por aqui.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado senhor Deputado. Eu apelava aos Senhores Deputados como ainda estamos no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a ver se havia alguma celeridade. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Cotta.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados. Caros Amigos. Eu queria felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela visão estratégica que evidenciou na sua intervenção que fez há pouco. Em primeiro lugar, eu sei que foi o motor da convergência estratégica entre a AEP, AIMINHO e o CEC, eu sei que o Senhor foi o motor da plataforma A25. Parece-me muito bem aquilo que referiu pois também sei que foi o motor da convergência Centro/Norte entre Associações Empresariais, Câmara e Portos. Parece-me estrategicamente muito inteligente por diversas razões, uma delas pelas acessibilidades a aproximação que devemos fazer ao Porto. Parece-me muito importante e relevante e o peso que dá e á sua vontade de não desistir da ferrovia. Parece-me muito importante e relevante o peso e a importância que dá ao ensino superior e como aqui acabou de referir, não apenas ao Instituto Politécnico de Viseu. Parece-me muito importante a captação de competências que tem procurado trazer para o Concelho. Parece-me globalmente muito importante este lego que está a construir pouco a pouco, porque a Região de Viseu no panorama nacional pesa pouco, no panorama europeu ainda menos e portanto, a forma como temos de afirmar Viseu Cidade Região é integrando blocos significativamente mais importantes e portanto, dentro dessa estratégia, parece-me muito importante a estratégia que aqui definiu e que me parece clara de afirmarmos a importância do bloco Centro/Norte como polo de desenvolvimento e de captação de investimento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Teodósio. Prescinde? Há mais alguma intervenção? Não havendo, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputado, de facto este novo colorido desta Assembleia Municipal, não deixa de ter a sua piada, pela postura, pela forma e portanto, enfim, quando estamos em funções destas, temos que estar exatamente preparados para ouvir tudo aquilo que as pessoas dizem e portanto, nada a dizer. Em relação ao Senhor Deputado Rafael Amaro, Aeródromo de Viseu. Ó Senhor Deputado, pessoa inteligente reputada, com certeza que não lhe passaria pela cabeça que o Município de Viseu esteja a investir cem mil euros no aeródromo para o Aeroclube ao fim de semana passear os seus aviões e para instalação de um serviço que por sinal, só vai para lá porque o aeródromo está certificado e vai ser certificado em definitivo, fruto destas obras que está a ter. Agora, não vai querer seguramente que eu venha aqui à Assembleia Municipal anunciar o que estou a fazer. O que eu posso dizer é o seguinte: Estou a pôr o aeródromo no mapa, estou a desenvolver um conjunto de contactos de banda larga que poderão permitir num futuro próximo potenciar aquela infraestrutura nas suas diferentes dimensões, isso posso-lhe garantir que estou a fazê-lo. Porque eu não punha cem mil euros no aeródromo se não entendesse que efetivamente aquela infraestrutura é fundamental para o nosso desenvolvimento coletivo e que aquele aeródromo pode ter uma importância crucial no futuro. Agora, há uma coisa que lhe garanto, não vou fazer um aeroporto de Beja. Para Beja já chega o que lá está. Nem vou ter aí sonhos como algumas pessoas, começar aí a

sonhar que vamos ter carreiras regulares em Viseu e coisas desse género. O caminho faz-se caminhando. Para já, até ao momento o aeródromo basicamente tinha lá o Aeroclube, já lá tem o GPIAA. O GPIAA é um organismo novo com muita importância do ponto de vista nacional. Portugal não estava a cumprir um normativo comunitário. Obviamente que eu sabia que não estava e mal que tive oportunidade disse aqui, tenho aqui uma infraestrutura que pode acolher não só este serviço, como fazer com que Portugal deixe de estar em incumprimento nesta vertente. Também sei que há pessoas que vão sempre desvalorizar tudo o que se faça. Aliás, viu-se e há aqui intervenções que eu nem responder porque são um bocado como aquela “*História do Velho o Rapaz e o Burro*”, dependendo de quem é o velho, de quem é o rapaz e de quem é o burro não é? Depois ainda temos que ver quem é que faz cada uma dessas funções. E portanto, eu sei bem que há pessoas que estão aqui com espírito destrutivo, sei que não é o caso do Senhor Deputado e quero-lhe dizer que do ponto de vista do aeródromo estamos conversados. Sobre a questão estratégica da CIM. Não há ninguém que aposte tanto numa lógica intermunicipal como eu. Aliás, fui eu que lancei as bases quando estive no Governo para que houvesse um maior entendimento e aprofundamento da intermunicipalidade. Relembro ao Senhor Deputado que foi o Presidente da Câmara de Viseu que lançou o debate sobre a possibilidade da questão da Proteção Civil ser passada a ser tratada ao nível supramunicipal. Eu desafiei a Comunidade Intermunicipal e o Senhor Vice-presidente que tem participado regularmente nas reuniões da Comunidade Intermunicipal, levou este assunto de tal maneira que a Comunidade Intermunicipal iniciou um processo interno para desenvolvimento de uma estratégia intermunicipal para a vertente da Proteção Civil, porque acho que faz pouco sentido nos dias que correm que efetivamente que isto tenha um âmbito municipal. Desde a parte da gestão dos Bombeiros, acidentes, etc., até porque há depois duplicações muitas vezes de meios que podem ser potenciados se houver uma ação intermunicipal. Quero também dizer ao Senhor Deputado que o Senhor Vice-presidente, já levou esta questão à Comunidade Intermunicipal. Agora, enfim, o Senhor fez aqui uma crítica que não é para mim, faça-a a quem a tiver que fazer. Eu sou membro da Comunidade Intermunicipal enquanto Presidente da Câmara e quando não posso ir às reuniões, faço-me representar pelo Senhor Vice-presidente que é quem está a acompanhar mais diretamente o assunto. Agora, eu espero e não vi até hoje ninguém e se tem mais informação do eu, não vi até agora nenhum colega meu da Comunidade Intermunicipal com uma visão que vá contra a lógica do corredor ferroviário Aveiro- Vilar Formoso. Ainda não ouvi ninguém a dizer o contrário disto. Mas se o Senhor ouviu, ajude-me que é para eu falar com o colega e ter a perspetiva da concertação. Portanto, assim tem aqui toda a obrigação através da liderança que tem de também fazer vingar os seus pontos de vista num sentido convergente. Gostava de responder ao Senhor Deputado Carlos Cunha, que não precisa de porta-voz. De facto eu esqueci-me de lhe responder à questão da Quinta da Cruz. Faça-o com gosto, é um dossier. “*Roma e Pavia não se fizeram num dia*”, estamos há quatro meses em funções, ainda para mais numa infraestrutura com chuvas torrenciais nos últimos dois meses o que dificulta imenso o trabalho que está a ser concluído na Quinta da Cruz. Aquilo que lhe posso garantir é que a Quinta da Cruz, no início do verão será uma realidade para os Viseenses, com os seus jardins de aromas, com os seus percursos pedestres, com uma área para lazer familiar, com a ligação que estamos a procurar fazer eventualmente a Serralves ou a mais uma ou duas instituições, porque não queremos ficar numa situação de dependência, agora, o que lhe quero dizer é que estamos efetivamente a definir um plano de ação que nos permita quando avançarmos, avançarmos de uma forma consistente. Aliás, não será reabilitado nenhum edifício em Viseu que não tenha no futuro um conteúdo previamente definido para aquilo que vai ser, porque é mais fácil do ponto de vista do nosso trabalho. Em relação à Senhora Deputada Filomena Pires, enfim, a nossas divergências ideológicas já vêm do tempo do Liceu, também não estava à espera que tivesse a visão que eu tenho sobre as diferentes matérias e

a sua simpatia faz com que eu desculpe alguns comentários que fez e que sei que os faz, porque também tem os que fazer, enfim, tem que mostrar serviço e tem que o mostrar de uma determinada forma. Sei que se tivéssemos aí uma conversa mais “*Tet-a-Tet*” provavelmente até concordaria comigo em algumas das vertentes que nós estamos a fazer. Quero-lhe dizer que o município não dá presentes de Natal, não dá seguramente, as decisões que estamos a tomar, obedecem para já a uma estratégia que foi sufragada pelos Viseenses, a Senhora Deputada, elegeram-se a si própria. Nós ganhámos as eleições, pusemos em discussão, em debate público um programa para quatro anos o que é inédito. Nem os municípios do Partido Comunista alguma vez o fizeram Senhora Deputada e estamos a seguir esse programa. Aquilo que estamos a fazer, é de uma forma paulatina a por no terreno aquilo para que fomos mandatados e com a abertura que fizemos à sociedade e que tenho pena que a maior parte dos Senhores Deputados nem se tivessem dado ao trabalho designadamente os da oposição de darem os seus contributos. Se calhar, tinham enriquecido o documento e escusavam agora de andar aqui a fazer propostas avulso, podíamos ter as coisas muito mais integradas, enfim, é vida como diz o outro. Obviamente neste processo, se lançámos esta filosofia das cauções, vamos mantê-la. Não faz sentido ter uma empresa com uma caução pendurada na autarquia se do ponto de vista legal ela puder ser libertada, obviamente que, salvaguardando sempre, tendo em atenção o interesse público como é óbvio. Tenho todo gosto em a municimar, Senhora Deputada, esteja à vontade, vai ter com o meu Chefe de Gabinete, pode consultar todos os processos e as deliberações. Aliás, hoje isto é tudo transparente, felizmente. Às vezes há aí umas insinuações de perguntar o que é que custa isto, o que é que custa aquilo, é muito fácil, é só ir aos portais e está lá tudo. A despesa que a Câmara faz é pública. Aliás, mesmo as despesas inferiores a cinco mil euros, têm que ser todas levadas a ratificação à reunião do executivo posterior. Portanto meus amigos, deixem-se de insinuações, eu sei que há pessoas que tiraram um curso de insinuações, porque isto é transparente e digo-vos mais. Estou a perspetivar vir a afixar à porta do edifício da Câmara num painel, aquilo que são os principais custos do município do ponto de vista das suas várias vertentes. Como se recordarão, já anunciei quanto é que custa a poda das árvores, duzentos mil euros por ano. Hoje falei aqui quanto é que custa o vandalismo, cem mil euros por ano e vai chegar o momento em que vos vou falar, estou a acabar de preparar isso, sobre o custo da eletricidade, recolha do lixo e por aí fora. Eu acho que os cidadãos têm todo o direito a estarem informados sobre aquilo que são as rubricas principais daquilo que é o investimento da autarquia. Por outro lado, já o disse e reafirmo, quero entrar para o município, ou melhor, quando sair, quero sair exatamente da mesma forma como entrei. Portanto, tudo aquilo que os Senhores queiram saber, façam favor. Agora, também não nos obriga a andar fazer o trabalho por vocês. As coisas estão disponíveis, vão buscá-las, vão às deliberações da autarquia, consultem as coisas, façam o vosso trabalho. Eu não vou seguramente fazer o trabalho por vocês. Em relação aos processos Senhora Deputada, há uma pessoa no município entre muitas outras que se calhar desconhece, é uma pessoa chamada Rufino, não sei se já o conheceu, olhe que é das figuras mais influentes da Câmara, é uma pessoa muito importante, tem que o conhecer, porque é um trabalhador incansável sabe onde está tudo e tem uma ânsia incrível em ajudar a resolver assuntos. Depois de criarmos esta Task-Force, já várias vezes me tenho cruzado com ele no corredor e lá vai ele com mais um carrinho que o Senhor Vereador acabou de despachar e vai feliz, porque sente que está a cumprir o seu dever de resolver os processos. Aquilo que eu lhe digo é: Esta Task-Force vai-se manter até os processos estarem todos concluídos e depois, como eu já também disse, estamos a preparar a desmaterialização dos processos. Estamos neste momento já a fazer uma coisa que é a fase anterior à desmaterialização dos processos. Sabe Senhora Deputada nós trabalhamos muito, trabalhamos de manhã à noite. Esta equipa que aqui está mais uma série de pessoas, mais aquela equipa da Câmara, eu hoje tenho ali pessoas a saírem às onze, meia-noite e não se queixam. Olhe Senhor

Deputado Carlos Vieira, não se queixam, estão até a trabalhar com alegria, que é bom, porque sabem também que estão a trabalhar para o coletivo. Portanto, seguramente que vamos manter e portanto, um processo ao entrar na Câmara já tem uma ChekList exatamente para evitar que o processo entre antes de estar completo. A fase seguinte, que eu espero atingir até antes do final do ano é a desmaterialização e nessa altura, qualquer pessoa na sua casa, qualquer arquiteto, qualquer engenheiro, pode fazer a entrega do seu processo e com uma garantia é que quando ele entra está completo, da mesma maneira que a declaração do IRS outras situações. Portanto, esse trabalho está todo a ser feito felizmente. Em relação às parcerias estratégicas. A Câmara tem toda a legitimidade para escolher os seus parceiros. Na área agrícola, achámos que a Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e que a CAP eram os nossos parceiros indicados para fazermos os acordos de parceria e para abrir o gabinete de apoio, portanto a todas as pessoas do mundo rural e foi esta a nossa opção. São opções, por são efetivamente entidades que têm *know-how*. Em relação à questão da pobreza, ninguém tem mais preocupações sociais do que eu. A Senhora Deputada pode ter as mesmas mas não tem mais. Há dias uma pessoa minha amiga, mandou-me uma fotografia e todas as coisas que chegam ao meu mail, vejo-as com atenção, uma fotografia de um caso que se estaria a passar em Viseu. De imediato atuei e cheguei à conclusão que a pessoa que supostamente era um sem-abrigo, já tinha sido por várias vezes contactada para poder ir para um dos nossos centros de acolhimento e posso-lhe dizer que neste momento, Viseu não tem razão nenhuma para ter algum sem-abrigo porque tem camas disponíveis em instituições devidamente estruturadas e a autarquia está disponível se for caso disso a disponibilizar mais algum edifício para o efeito. Eu quero que em Viseu, já o disse e não é demagogia, se tivermos que deixar de fazer uma obra para apoiar as pessoas apoiamos. Reparem, a todas as reuniões de Câmara e eu não faço alarde de isso, temos levado sistematicamente vinte a trinta mil euros de apoios sociais. Coisas que vão desde um apoio para uns de óculos, uma prótese dentária, uma consulta médica e não temos olhado se é competência da autarquia ou se não é competência da autarquia. Os serviços fazem a avaliação e se entendem que devemos ajudar aquelas pessoas, levam aqui ao Senhor Vice-presidente para avaliação e ele leva depois à reunião de câmara. Portanto, tudo o que estiver ao alcance da autarquia mesmo que não seja da sua competência, para combater situações de pobreza, não tenha dúvidas que nós o viremos a fazer. Já agora, muito obrigado pelo elogio sobre a questão da comunicação. De facto é muito importante comunicar com as pessoas, saber o que é que elas querem, isto é que é governação em rede Senhora Deputada. Então querem governação em rede e não querem comunicação? Quer dizer, querem que faça a interação e esta a estratégia que nós queremos seguir, com as várias âncoras do nosso território, querem e bem, que nós possamos fazer um debate público sobre aquilo que vai ser o futuro do nosso Centro Histórico e temos o compromisso de até ao final do primeiro trimestre apresentar um documento que vai ser sujeito a debate público, resolvemos parar e não avançar com a demolição do Bairro da Cadeia e estamos a preparar um documento para discutirmos com as pessoas o formato que vamos encontrar e isto é propaganda! Ok. Então se esta é a propaganda eu vou continuar a fazê-la, a Senhora Deputada pode estar perfeitamente tranquila. Senhor Deputado Carlos Vieira, enfim, para além da simpatia que tenho por si e que é grande como sabe, “*é-se preso por ter cão e preso por não ter*”. Em relação que colocou dos meninos, eu nem lhe vou responder. Eu estive lá. Estive lá com os meninos e falei com os pais, falei com os professores e falei com muitos meninos e portanto, se a autarquia tivesse feito o desfile na rua, aqui *D’el Rei* que constiparam os meninos. Olhe, posso-lhe dizer que o *feedback* que tive foi extremamente positivo. Se calhar falei com as pessoas erradas ou foi o Senhor Deputado que falou com as pessoas erradas. Eu também gostaria muito mais ver o desfile nas ruas, agora, foram os próprios educadores que disseram que com esta temperatura e com o risco de termos chuva, é melhor encontrarmos uma solução e como não quisemos frustrar os meninos, porque se

estivesse a chover não se poderia fazer o desfile, entendemos levá-los lá para baixo e criámos lá um sambódromo no multiusos e posso-lhe dizer que se estivesse estado lá ia gostar, foi um bonito espetáculo ver os miúdos e eles estavam muito satisfeitos. Em relação aos transportes, é tão simples quanto isto, nós obviamente que contratámos transporte para os miúdos e fez-se em sistema de rotação, se ficava em caminho porque é que não havíamos de trazer também os meninos daquela escola. Olhe, posso-lhe dizer que isso foi enaltecido por vários professores e disseram assim, no passado até muitas vezes não vínhamos porque não tínhamos transporte assegurado e a autarquia este ano assegurou. Mas pronto, é a sua visão das coisas que não tem que ser exatamente a minha. Em relação aos parques empresariais, a seu tempo lá chegaremos Senhor Deputado. Eu comprometi-me a resolver o problema do Parque de Mundão e está resolvido se de facto hoje a Assembleia aprovar como eu espero a proposta. Muito brevemente, temos este dossier todo a ser trabalhado, seguramente que traremos um conjunto de respostas, é que eu falo também com esses empresários, de certeza que falo muito mais do que o Senhor Deputado Carlos Vieira. Conheço-os todos, ou praticamente todos, até por outras funções que desempenhei e sei bem quais são as carências no nosso Parque Industrial de Coimbrões, do Parque de Mundão, e das várias bolsas industriais que nós queremos criar no Concelho. Portanto, a seu tempo saberá tudo aquilo que se pretende fazer e pode crer que se vai orgulhar do caminho que pretendemos seguir do ponto de vista de termos áreas atrativas para o acolhimento de empresas. Já agora peço-lhe uma coisa, não me volte mais a usar a expressão roubar. Eu não aceito essa expressão e sinto-me ofendido quando a utiliza. Portanto, utilize uma expressão que seja mais condizente com a convivência democrática. Eu nunca serei desrespeitoso em relação a si. Quando me diz assim: Que está a roubar os trabalhadores, poupe-me a essa está bem! Poupe-me porque acho que isso não é linguagem que se possa utilizar. Em relação ao Senhor Deputado João Cotta, queria agradecer a intervenção e o incentivo, porque é de facto importante ter um sentido crítico, mas também é importante, umas vezes apoiar e não dizer sempre mal. Deixei para último o Senhor e não sei como é que lhe hei-de chamar, se Coronel, se, não sei exatamente como o devo tratar. Mas quero dizer ao Senhor Deputado Coronel que eu sabia que o Senhor tinha andado aí pelo mundo do fora e estava convencido que tinha estado envolvido em Missões de Paz, mas hoje não tenho dúvidas nenhuma que é um doutorado em guerrilha e é uma pessoa que passa a vida a destruir. Portanto, quando aprender a ser um democrata e a participar de uma forma séria nos debates, terá da parte do Presidente da Câmara todas as respostas e quero-lhe dizer uma coisa, tenho muita consideração pelo CDS e não confundo. O CDS é uma coisa diferente. O CDS é um Partido que eu respeito, trabalhei com muitos dos seus dirigentes no Governo, tenho muitos amigos no CDS e respeitarei sempre institucionalmente o CDS/PP. O Senhor Coronel, talvez, enfim, esse excesso de ociosidade critica lhe faça mal e portanto, o Senhor quando se comportar democraticamente e vier aqui numa perspetiva positiva, terá da parte do Presidente da Câmara toda a atenção que todos os Senhores Deputados têm, enquanto assumir a atitude que tem da parte do Presidente da Câmara, não terá nenhuma resposta. Muito obrigado.--

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Há alguma questão?-----

----- CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): É só em defesa da honra porque o Senhor Presidente utilizou uma expressão de que, a expressão que eu utilizei não era própria, não era curial numa Assembleia democrática como esta, mas na verdade não me ocorreu outra porque, efetivamente os trabalhadores trabalham mais e recebem menos ou seja, o Senhor desvaloriza o salário, não é roubar à mão armada, mas é um roubo para todos os efeitos. É sonegar dinheiro porque os trabalhadores têm direito. Se trabalham mais e o Senhor desvaloriza o salário, o que é isto? O que é que o Governo nos está a fazer quando nos rouba, quando está a fazer cortes nas pensões e nos salários? Portanto, não consigo

encontrar uma expressão mais adequada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Fernando Figueiredo.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Senhor Presidente, vou ser muito breve também. Só para lhe dizer que da minha carreira, do meu curriculum, creio que não tenho nada para me arrepender, e a Medalha de Mérito Municipal de Beja por exemplo falará em relação às minhas qualidades cívicas. A Medalha de Serviços Distintos dirá daquilo que eu fiz em territórios onde fui chamado, não voluntariamente, fui chamado porque a Nação assim o exigiu, como é o caso do Iraque, onde se morria e eu não rejeitei essa Missão. Portanto, relativamente a isso, acho que estamos esclarecidos quanto à minha ociosidade crítica. Depois quero-lhe apenas dizer que tudo o resto diz apenas respeito à sua cultura democrática que eu naturalmente respeitarei.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Iríamos já passar ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Não será uma apresentação muito longa, trata-se de um pedido de isenção motivado pela reabilitação de um edifício na nossa ACRRU, a documentação tem todos os elementos necessários, portanto, será seguramente espero eu um motivo que me leve a trazer vários pontos a esta Assembleia Municipal, porque significará que mais edifícios estarão a ser reabilitados no Centro Histórico e que como sabem, há aqui uma prerrogativa que os cidadãos poderão ter que é solicitar a isenção do IMT ou então a isenção de IMI durante 5 anos. Estamos inclusivamente a preparar neste momento informação para que os cidadãos tenham mais conhecimento deste conjunto de benefícios bem como o IVA à taxa reduzida. Esta é um bom exemplo que eu espero que muitas vezes traga aqui propostas de isenção de IMI ou IMT que derivem da existência de reabilitação de edifícios no Centro Histórico. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção? Não havendo, Quem vota contra? Quem se abstém? *Está aprovado por unanimidade.* Passaríamos ao Ponto número Três, **MERCADO 21 DE AGOSTO – REGULAMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Dado ao adiantado da hora obviamente que estarei disponível para prestar qualquer esclarecimento que queiram sobre esta questão. Portanto, trata-se de um Regulamento sobre organização e funcionamento do Mercado 21 de Agosto. Conhecem o mercado, há toda uma lógica de dinamização que estamos a procurar implantar neste mesmo mercado. Há um conjunto de regras que já tinham muitos anos e que importa também para a dinamização do mercado introduzir aqui alguma agilidade num conjunto de procedimentos. Portanto, este regulamento visa permitir que possamos ter mais eficácia, um melhor conhecimento dos direitos e obrigações e que possamos incrementar o mercado porque memsso algumas questões que têm vindo a ser feitas já no anterior executivo, não tinham depois respaldo no regulamento. Portanto, este novo regulamento visa exatamente este objetivo. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguém que queira intervir? Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados. Suscita-me alguma dúvida, a obrigatoriedade imposta pela Câmara da criação de uma associação e simultaneamente a obrigatoriedade de todos serem sócios e todos terem que contribuir

para essa associação. Não tenho bem a certeza se isso é juridicamente muito correto. Mas enfim, não me debrucei muito a fundo sobre o assunto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Nós sabemos que temos um problema estrutural naquele mercado. Estamos muito apostados em que ele seja um espaço onde o produtor direto possa fazer as suas vendas. Temos ali duas realidades. Temos os produtores diretos e depois temos também a galeria comercial. Fizemos um primeiro momento agora no Natal, vamos fazer também na Páscoa, ao longo do ano, vamos procurar manter alguma animação do próprio mercado para lhe dar um bocadinho uma perspetiva de um centro comercial de produtos locais e desse ponto de vista, entendemos por via do regulamento ver se os próprios utilizadores têm o mínimo de organização para nós podermos ter ali um interlocutor que nos ajude diariamente. Não vou assumir que esta seja a versão definitiva, porque é um passo, como estamos também a estudar uma outra forma de disposição do espaço que a seu tempo apresentaremos. Temos uma certeza, é fundamental termos um espaço dinâmico onde a atividade do mercado se desenvolva. Vamos fazer várias experiências, sendo necessário para isso ter um regulamento que nos permita dinamizar de facto o mercado e encontrarmos depois até outras complementaridades. Quando nós dizemos que queremos pôr o mercado na moda, queremos mesmo e queremos que efetivamente as pessoas tenham consciência que os produtos que são vendidos no mercado, são produtos de boa qualidade, muitos deles biológicos, com pessoas que se levantam muito cedo para poderem estar a fazer a sua venda. Era muito importante que nos hábitos dos Viseenses voltasse outra vez a entrar a ida ao mercado e é isso que queremos estimular de uma forma genuína em conjunto com todas aquelas pessoas que lá estão, que são pessoas que fazem de facto um grande esforço para ganharem o pão de cada dia.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma intervenção, colocava-se à votação o Ponto número Três. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Passamos ao Ponto Quatro. Dava a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Dispensaria também de fazer uma explicação muito exaustiva, este novo REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VISEU, deriva da Lei 27/2013, visa também aqui enfim, modernizar digamos assim este Regulamento Municipal e portanto, ele vem criar um conjunto de novas regras sobre o funcionamento das feiras do concelho, sobre a venda ambulante, no sentido de disciplinar e permitir que a autarquia tenha, digamos também aqui um instrumento de ação a este nível. Portanto, estou obviamente disponível para qualquer esclarecimento sobre o regulamento em si.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra aos Senhores Deputados. Senhora Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes, renovo os meus cumprimentos. Da leitura atenta que fiz ao Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Viseu, desde logo no seu preâmbulo, refere-se à recolha de pareceres prévios de quatro entidades. À Associação de Feirantes das Beiras, à Federação Nacional de Associações de Feirantes, à Associação dos Vendedores Ambulantes Portugueses e da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores. A minha primeira pergunta é, como foram auscultadas estas entidades e de que forma prestaram o seu parecer prévio? Mais, questiono, nesta recolha o porquê de não se ter auscultado as Juntas

de Freguesia, tanto mais que pela exposição breve que fez e da própria leitura do regulamento diz ele que abrange a área do município, creio eu que não estará direcionado tão-somente para a feira semanal. Depois mais algumas precisões e agora peço-vos desculpa se calhar pelo detalhe e pela própria questão profissional, mas de facto tive o cuidado de o ler em detalhe. No Artigo 11º em que se fala da “Publicitação do Sorteio”, não se refere aqui de que forma é que as Juntas de Freguesia se devem pronunciar sobre ele. No que toca ao Artigo 10º cuja epígrafe é “Admissão de Novos Feirantes”, no seu nº2 diz que a realização do sorteio será da responsabilidade de uma comissão. A minha pergunta é: Quem indica ou designa os membros da comissão aí prevista? Relativamente ao Artigo 12º, cuja epígrafe é “Apresentação das Candidaturas ao Sorteio”, questiono, porquê não se pede nos documentos que sejam acompanhados também de certidão de não dívida quer ao Estado quer à própria Segurança Social? Portanto, certidões de não dívida às Finanças e à Segurança Social. Relativamente ao Artigo 19º, cuja epígrafe é “Proibições”, diz na alínea d) que no recinto da feira é proibido o estacionamento de veículo autorizado fora do respetivo terrado. A minha questão é, antes mesmo de estabelecer qual é a proibição de viaturas não autorizadas, se não deveríamos estabelecer critérios que definam quais as viaturas autorizadas e que portanto, creio que no regulamento não está previsto. Relativamente ao Artigo 23º “Dever de Assiduidade e Faltas dos Feirantes”, para a aplicação do seu nº3, onde se encontra densificado o conceito de justificação válida. Relativamente ao Artigo 24º “Condições de Atribuição de Espaços de Venda a Título Ocasional”, não é explícito, não é líquido aqui a questão das pessoas coletivas se podem usufruir ou não desta condição. Relativamente ao Artigo 25º, cuja epígrafe é a “Transmissão do Direito de Ocupação”, refere-se na alínea a) os familiares diretos, será talvez esta uma precisão, mas nesta Transmissão do Direito da Ocupação familiares diretos, não deveria estar previsto cônjuges ascendentes ou descendentes de uma forma mais explícita? Relativamente ao Artigo 26º “Desistências”, precisar que remete tão-somente para o Artigo 16º, devendo referir-se ao Artigo 16º nº4, que tem aí o prazo. Relativamente à Venda Ambulante, dizer-lhe também que aqui se ignora mais uma vez as Juntas de Freguesia. Das Juntas de Freguesia não aparece qualquer parecer prévio relativamente a esta situação e também não temos aqui por parte delas uma opinião no que tangem a este regulamento. Relativamente ao Artigo 28º cuja epígrafe é “Exercício da Atividade de Venda Ambulante”, quem, onde, quando e como é feito o sorteio do direito de ocupação dos espaços fixos de venda previsto no número três? Por último e para não vos maçar mais, no Artigo 32º cuja epígrafe é “Autorizações Excepcionais”, no nº1, afinal é referido que, *“a título excecional, poderão ser concedidas autorizações pontuais e temporárias, por período não superior a três meses, em determinadas épocas ou períodos festivos, para a venda ambulante de produtos e mercadorias nas áreas referidas nos artigos anteriores, desde que tal autorização seja fundamentada e/ou de interesse municipal, analisados caso a caso”*. A minha questão é: Seja fundamentada e/ou de interesse municipal, analisado caso a caso, pergunta-se por quem? Haverá também aqui alguma comissão par o efeito? São só estas as minhas questões relativamente ao regulamento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Senhora Deputada, eu agradeço muito o seu trabalho de casa e apreciei imenso todas as sugestões que trouxe. Mas, talvez o seu *“timing”*, até pelas responsabilidades que tem, está um bocadinho atrasada no tempo, porque deveria ter dado essas sugestões aos Senhores Vereadores para eles relevarem à reunião de câmara. Portanto, o que é que lhes posso sugerir. Nunca considero que uma coisa está completa se houver possibilidade de melhoria. Faça chegar essas sugestões e numa próxima alteração do regulamento, poderemos aperfeiçoá-lo. Agora, este foi aprovado por unanimidade na reunião de câmara, os Senhores Vereadores tiveram todas as oportunidades porque eu

dou sempre essa possibilidade de fazerem as alterações que bem entendessem. Portanto, a Senhora Deputada tem muitas responsabilidades. Portanto olhe, na próxima vez ponha lá isso também na sua agenda: Analisar regulamentos e dar sugestões para melhoria. Está bem? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma intervenção, coloca-se à votação o Ponto número Quatro “REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VISEU”. Quem vota contra? Quem se abstém? Temos 39 pessoas, por isso, foi *Aprovado com Trinta e seis (36) votos a favor e Três (3) Abstenções*.-----

Passamos ao Ponto número Cinco “VISEU COMERCIALMENTE NOVO – AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO DO CENTRO URBANO DE VISEU” Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. É muito simples, nós temos estado, como têm visto, coisas que estão criadas e não têm utilidade, não fazem sentido continuar. Portanto, esta Viseu Naturalmente Novo, foi criado num quadro em que as UAC, as Unidades de Acompanhamento e Coordenação, dispunham de fundos específicos que entretanto terminaram, as candidaturas feitas estão encerrados. Portanto, não tem atividade esta entidade. Estamos a preparar uma iniciativa concertada com a Associação Comercial, temos inclusivamente um gestor do Centro Histórico que está a trabalhar e portanto, não fazia sentido nenhum manter esta estrutura e por isso, trazemos à Assembleia no sentido de se extinguir algo que já deixou de ter utilidade e é tão simples quanto isso. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra aos Senhores Deputados. Há alguma intervenção? Não havendo, colocava desde já à votação. Ponto número Cinco “VISEU COMERCIALMENTE NOVO – AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO DO CENTRO URBANO DE VISEU” Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade*. Passaríamos ao Ponto número Seis – “EXPOVIS-PROMOÇÃO DE EVENTOS, LDA”. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Portanto, há uma Lei que é a Lei 50/2012. A Expovis já deveria ter sido extinta, uma vez que não adequou os seus estatutos à referida Lei e analisada a situação, entendemos por um lado que deveríamos tomar a decisão da extinção da Expovis, sendo que obviamente, sendo a Expovis participada pela AIRV e pela Câmara Municipal, ainda teremos aqui que esperar a deliberação do outro parceiro, mas quisemos ficar já municiados com a deliberação da Assembleia Municipal. Portanto, a opção foi extinguir a Sociedade, mas manter, não só os direitos dos trabalhadores que estão afetos a esta entidade, mas ao mesmo tempo compromissos que estão assumidos. Portanto, há Ativos e Passivos que serão transferidos para uma outra entidade que iremos criar, uma Associação onde obviamente a Câmara irá participar, onde se pretende que possa ter um objeto mais alargado, também de atuação do ponto de vista Regional. Portanto, onde não deixaremos também de convidar a Associação Industrial, mas também fazê-lo a outras entidades. Enquanto esta nova Associação não estiver constituída e estamos já a trabalhar no sentido de na outra reunião de câmara levarmos os estatutos da nova Associação para ela ser constituída, depois traremos obviamente à Assembleia Municipal a constituição da adesão a essa nova Associação e enquanto isso não acontecer, obviamente que a Expovis, manterá a sua atividade regular, até porque está a preparar a Feira de S. Mateus e depois faremos a transição para esta nova instituição. Portanto, a questão visa exatamente do ponto de vista legal responder a esta Lei 50/2012 e ao mesmo tempo uma nova estratégia não só para a Expovis e para a Feira de S. Mateus mas para um conjunto de matérias que vamos querer ver a ser desenvolvidas por esta

Associação, que será seguramente uma Associação de desenvolvimento e promoção de ações e que será seguramente mais participada e com objetivos bastante mais amplos do que aqueles que tem hoje a Expovis.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando de Figueiredo-----

----- SESENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP): Senhor Presidente, só para referir que nessa matéria, como temos algumas dúvidas, e colocámos um requerimento na esperança de as ver respondidas. Vamos nesta questão, abstermo-nos e daí a razão deste sentido de voto.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Viseira e Castro.-----

----- SESSENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): É só para recordar que, faz hoje exatamente um ano, que o Bloco de Esquerda chamou aqui à atenção para esta situação, na altura era a Manuela Antunes que me estava a substituir e que chamou à atenção para a adequação à Lei 50/2012 e perguntou se a Câmara estava consciente de que não se procedeu à adaptação dos estatutos da Expovis a esta Lei e que teria que alienar a sua participação. A resposta do Senhor Presidente Fernando Ruas é que a Câmara também tinha juristas e portanto estava tudo bem, afinal como se viu não estava.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- SESSENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): O que eu aqui vinha colocar, em parte, enfim, o Deputado o Vieira de alguma forma respondeu, a questão que eu aqui vinha colocar era mesmo esta, por que razão não se procedeu em tempo útil à adequação dos estatutos à Lei. Claro que entendemos que o interesse do município e dos munícipes têm que estar salvaguardados e são necessárias por isso mais explicações no nosso entendimento, sobre os parceiros e o papel do município na nova sociedade. Enfim, sabemos muito pouco sobre isso não é? Quanto todos se manifestam contra as parcerias público-privadas, pelo menos quem tem alguma visão crítica, em Viseu parece que de facto não aprendemos assim muito com isso a avaliar por esta intenção que agora conhecemos. Muito obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Senhor Presidente da Câmara.-----

----- SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, muito rapidamente só para dizer que obviamente que esta Assembleia, será sempre chamada a pronunciar-se. Neste momento o que estamos a dar é o primeiro passo que é deliberar a extinção. Depois levaremos à sessão de câmara a adesão à associação que terá que vir à Assembleia. Portanto, a Senhora Deputada vai ter todos os esclarecimentos que necessitar, só que é extemporâneo também estar já aqui a falar sobre algo que não está neste momento em deliberação. O que está aqui neste momento, é deliberar a extinguir a Expovis, embora mantendo a empresa em atividade até existir uma nova associação para o efeito porque há muitas coisas em curso. A Feira de S. Mateus, está já com vários concursos em andamento, cartaz e outras questões. Portanto, a seu tempo seguramente que sim, é uma competência desta Assembleia. A Câmara não pode aderir a nenhuma instituição sem previamente trazer à Assembleia Municipal e nessa altura, terei todo o gosto em dar todas as informações que me solicitarem. O Senhor Deputado Carlos Vieira acabou por não colocar nenhuma questão, mas portanto, estarei depois disponível para lhe responder.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção, coloca-se à votação o Ponto número Seis “EXPOVIS-PROMOÇÃO DE EVENTOS, LDA”. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com trinta e sete (37) votos a favor e quatro (4) abstenções.*-----

Ponto número sete, “GESTIN VISEU – PARQUES EMPRESARIAIS DE VISEU, S.A.”. Eu gostaria aqui de chamar à atenção que este ponto tem dois documentos. Penso que tiveram conhecimento dele, que tem a ver com um documento complementar que trazia o sentido de voto e clarificava o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista que não existia no primeiro documento. Por isso, foi enviado para todos atempadamente mas, mesmo assim se houver algum Senhor Deputado que tiver alguma questão a colocar, perguntaria a todos se há alguma questão sobre isto, se não daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Começo pela razão legal. A justificação desta deliberação, por um lado, do ponto de vista do quadro da Lei 50/2012 que determina o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, é de todo recomendável a alienação da participação da Câmara Municipal. Era de todo imperativo que a Câmara Municipal no fundo alienasse a participação. Ao mesmo tempo, face aos prejuízos acumulados por esta sociedade, há logo um primeiro objetivo que se consegue atingir com esta deliberação, é que a Câmara não seja onerada numa percentagem que poderia atingir os oito por cento do valor da dívida que andarà na casa dos cinco milhões de euros. Portanto, liberta-se assim de um risco de ter que assumir a sua parte na cobertura dos prejuízos desta sociedade, bem como assegura também o capital social que tem lá envolvido porque acaba por ficar com três lotes no valor do capital social que permite portanto, recuperar o investimento efetuado. Um outro aspeto muito importante, este sim, político de fundo é a normalização do ponto de vista do terreno. A autarquia negociou e recebe esses lotes a um preço de vinte e cinco euros o metro quadrado, o que permite balizar o preço de venda daqueles lotes para o futuro. Portanto, trata-se de uma infraestrutura importante que face aos preços que vinha a praticar não era atrativa do ponto de vista da captação de investimento, houve aqui a preocupação de muito rapidamente resolver este dossier e portanto, numa sociedade e que convém aqui recordar, eu sei que em campanha alguns prometeram que se fossem eleitos que extinguiriam de imediato a sociedade. Quero-vos dizer que esta sociedade é detida em 58% pela Parque Invest, 29% pela Câmara e 6% da AIRV, portanto, mesmo que a Câmara quisesse extinguir a sociedade, seguramente que não poderia, porque é uma sociedade. Por outro lado, está inserida numa estrutura que apresentou um Plano Especial de Revitalização e em bom rigor, neste momento os bancos é que são os donos daqueles terrenos, fruto das hipotecas que ocorreram para o financiamento. Queria aqui também realçar uma coisa. Não queria deixar de agradecer publicamente nesta Assembleia Municipal à Doutora Ana Paula. Injustamente acusada na altura em que o executivo a manteve em funções, como estava com este dossier em mãos, tínhamos já conversado algumas vezes sobre esta matéria e entendi que não fazia sentido substituí-la porque efetivamente foi um trabalho “*pro bono*” que ela prestou para a nossa autarquia e algumas vezes foi insultada em alguns sítios dizendo que era mais um tacho que estava a ser arranjado para a pessoa. Quero aqui e ainda bem que aqui está, prestar o meu público agradecimento à forma como se empenhou e me ajudou a encontrar uma boa solução e por outro lado, a dedicação que sabemos que sempre teve ao município e o amor que tem à nossa terra. Portanto, não queria deixar de fazer este agradecimento público. Resumindo para concluir, três objetivos que conseguimos atingir com isto. Libertamo-nos de uma parte que nos podia caber do passivo desta instituição. Segundo aspeto, recuperamos em espécie aquilo que era o capital que lá tínhamos e por outro lado fixamos um preço no fundo, de referência para o futuro. No fundo, aquilo é uma infraestrutura que está feita, passa agora a estar disponível, aliás, temos já estado a oferecer a alguns potenciais investidores a possibilidade de instalação no Parque Empresarial de Mundão, já com preços competitivos e ao mesmo tempo também a infraestrutura irá passar para o domínio público, porque a autarquia entende que a melhor forma de salvaguardar o nosso

interesse é que toda a parte comum da infraestrutura que está lá feita, estão lá as estradas, está a iluminação, está o gás, enfim, todas as infraestruturas passem para o domínio público, para quê, para que a própria autarquia seja ela efetivamente a gerir o Parque Empresarial e obviamente que haverá ali um conjunto de terrenos que ficarão dentro da Gestin Viseu, basicamente fica como uma sociedade depositária dos terrenos e fará a sua comercialização e à medida que for fazendo a sua comercialização, vai pagando as dívidas que tem junto da banca. Portanto, de uma forma muito transparente. Eu sei, que os Senhores Vereadores do Partido Socialista na votação, ficaram um bocado aborrecidos por não verem ali um dossier volumoso com vários pareceres de muitos consultores, enfim, não precisámos de recorrer a consultores fizémo-lo com a nossa própria experiência e estamos convictos que vos trazemos aqui a melhor solução para um problema efetivamente existente, não o podemos negar e que era importante resolvê-lo. Portanto, tenho o maior dos gostos em ter conseguido com a minha equipa em quatro meses resolver um assunto que efetivamente tinha que ser resolvido rapidamente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. O Partido Socialista, na Câmara Municipal votou contra e não é por aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, de pareceres volumosos, porque basta que leiam, foi por insuficiência de dados. Bom, começa logo porque, não é dito em lado nenhum, quando a Câmara Municipal subscreveu parte do capital em terrenos e esta é a primeira pergunta. Quantos metros quadrados a Câmara Municipal entregou? É que daquilo que está escrito neste parecer da Senhora Doutora Ana Paula Santana, os dados são contraditórios porque se diz que o crédito da Câmara sobre a Gestin é de (408.332€) quatrocentos e oito mil trezentos e trinta e dois euros, salvo o devido respeito, não se trata de crédito nenhum, era efetivamente o capital a que a Câmara tinha direito no capital social da Gestin. Portanto, não se trata de nenhum crédito, antes de mais nada. Mas, em segundo lugar, disse que, havia uma entrada de capital incluindo essa participação em terrenos de (548.673€) quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e setenta e três euros e depois disse que, como oitenta e um mil metros quadrados foram retirados porque se tratava de terreno “*non aedificandi*” e diz-se neste parecer da Senhora Doutora Ana Paula que isso correspondia a um preço de (1,73€) um vírgula setenta e três euros o metro quadrado, mas isso é um número em que “*não bate a bota com a perdigota*” porque na realidade, diz-se que a Câmara Municipal entregou em capital social realizado (39.977€) trinta e nove mil novecentos e setenta e sete euros (crédito da entrada inicial em espécie), mais (52.174€) cinquenta e dois mil cento e setenta e quatro euros (prestações acessórias realizadas) e capital social realizado (456.522€) quatrocentos e cinquenta e seis quinhentos e vinte e dois euros. Ora bem, a ser assim, qual é o montante em terrenos que a Câmara entregou à Gestin para realização do seu capital? Essa pergunta é óbvia. Quantos metros quadrados entregou? Já sabemos que recebeu oitenta e um mil por que eram zona “*non aedificandi*” sabemos também que recebeu três lotes que o Senhor Presidente disse que eram a um preço competitivo, eu gostava de referir que por exemplo Nelas tem preços em Parques Industriais a (2.50€) dois euros e meio e Tondela a (1.50€) um euro e meio e os terrenos que aqui estão disponibilizados neste Parque Industrial é (25€) vinte e cinco euros, portanto, competitivos talvez não tanto e talvez as pessoas neste momento comecem a perceber porque é que com esta falta de elementos o Partido Socialista votou contra. Não foi por não haver boa vontade ou para chatear o Senhor Presidente Câmara porque, de facto nós verificamos que isto é um negócio da china. Então a Câmara Municipal tem um capital social de quinhentos e tal mil euros e sai de lá com três lotes que representam o seu capital social, a totalidade. Sai limpinho com os três lotes. Bom, mas há uma empresa chamada Parque Invest que fica

com um passivo de cinco milhões. Com os diabos, será que esse Parque Invest, vai pagar estes cinco milhões? Eu, nunca ouvi falar em almoços grátis. A Câmara fez um magnífico negócio, mas na minha modesta opinião, *"quando a esmola é grande o pobre desconfia"*. Está a perceber o que eu estou a dizer não é Senhor Presidente da Câmara? Vossa Excelência recebeu isto, sai limpinho e a Parque Invest, provavelmente vai fazer como os seus correligionários fizeram no BPP, isto não é para pagar. Isto não é para pagar de certeza absoluta, cinco milhões! Então eles assumem a totalidade da dívida e a Câmara sai limpinha. Vossa Excelência vai-me desculpar, mas eu continuo a dizer, não há almoços grátis. Eu gostava que me explicasse isto direitinho, a saber. Quantos metros entraram inicialmente? Quantos metros foram edificados? Como é que esta coisa funciona? Eu tenho algumas dúvidas muito sérias, mas Vossa Excelência vai explicar com certeza. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente, numa primeira análise somos levados a aceitar a justificação da Câmara para a saída desta empresa. A Gestin, tem um passivo acumulado de muitos milhões de euros e para efetivar o negócio entrega três lotes que a Câmara disponibilizará a futuros investidores. Aparentemente tudo certo. O que leva a ter de facto dúvidas, reafirmando algo que já aqui foi dito, é o facto de a Câmara ter disponibilizado os terrenos do parque industrial a (1.73€/m²) ponto setenta e três euros o metro quadrado e os terrenos passaram a valer (25€/m²) vinte e cinco euros o metro quadrado. De facto a expressão também a tinha cá. É um negócio da china sem dúvida nenhuma. Quando se vem dizer que a Câmara só tem 7.24% e que é justo o preço que se oferece para a Câmara alienar a sua participação, não podemos deixar de discordar. A verdade nua e crua é que este foi um investimento ruinoso para o erário municipal. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara-----

----- **SETENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Vou responder com todo o gosto Senhores Deputados. Para já agradeço o elogio porque de facto quer uma intervenção quer outra, acabam por ser intervenções elogiosas em relação à capacidade de negociação que a Câmara teve. Eu vou-lhe dizer tudo porque estas coisas são absolutamente transparentes Senhores Deputados, eu respondo aos dois em simultâneo porque vou-vos explicar o processo todo, um mais um é igual a dois, para o perceberem. Portanto em 1980/1981 a Câmara Municipal adquiriu pelo preço de doze mil oitocentos e cinco euros e noventa e sete cêntimos (12.805,97€) terrenos com uma área de (189.474 m²) cento e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e quatro metros quadrados. Depois em junho de 2001 a Câmara Municipal de Viseu, adquiriu a título gratuito à Junta de Freguesia de Mundão um outro terreno com a área de (167.000 m²) cento e sessenta e sete mil metros quadrados. Portanto, são estes dois terrenos que são alocados aquela função. Estamos a falar de terreno perfeitamente desinfraestruturado. Esta entidade, e não são as participações que a Senhora Deputada disse mas são outras, portanto, a participação no capital atual é 58% Parque Invest, 29% da Câmara e 6% AIRV. Esta sociedade devolveu todo aquele investimento que lá está. Estão lá as coisas. Felizmente há uma coisa que não se pode levar, que é o investimento na terra. Estão lá as estradas, estão lá as rotundas, está lá a infraestrutura elétrica, o gás, e já agora responder-lhe que o Senhor Deputado *"não pode comparar alhos com bogalhos"*. Vinte e cinco euros o metro quadrado em Viseu, um terreno infraestruturado onde tem gás à porta, onde tem eletricidade, onde tem saneamento, terá seguramente um valor maior. Nós também seremos capazes e estamos neste momento a tratar disso, a ter um outro tipo de oferta no

nosso Concelho a preços mais baixos em terrenos não infraestruturados. É o que acontece nestes pretensos parques empresariais existentes aí. Ninguém está mais preocupado com a competitividade da oferta para efeitos de captação de investidores e pelo menos a aquilatar por pessoas que nós já colocámos no terreno, ao verem estes terrenos, não lhes pareceu um valor fora do mercado. Enfim, a seu tempo veremos. Também lhe posso dizer Senhor Deputado, se em algum momento estiver em causa a captação de um grande investimento que implique até, a Câmara utilizar outro preço, não deixará de preparar a proposta e a trazer. Tudo o que seja captar riqueza e criação de riqueza para o nosso Concelho, para a nossa Cidade Região e ao mesmo tempo criação postos de trabalho, daremos seguramente prioridade. Portanto, a Câmara acabou por participar nesta sociedade basicamente com participações em espécie devidamente valorizadas, essa sociedade produziu um conjunto de obras, projetos e estão lá. É só darem-se ao trabalho de irem ao parque empresarial, não vou por em causa a gestão, a verdade é que a realidade é que esta sociedade está inserida num grupo que estava ligada à EP, entrou num processo de recuperação de empresas, num PER. Portanto, tínhamos duas opções, ou deixávamos esta sociedade ir pra uma situação de insolvência e estaríamos aqui dois ou três anos para voltarmos a ter terrenos disponíveis, ou estávamos disponíveis para nos sentarmos à mesa e encontrarmos uma solução. Aquilo que de início dissemos a estes Senhores foi: Estamos disponíveis para chegar a um acordo desde que seja ao preço que nós consideramos o preço justo para futuras disponibilizações. Em relação aos terrenos. Os terrenos no fundo não são da Parque Invest, são dos bancos, porque há bancos que financiaram estas operações e que têm aqueles terrenos dados como garantia. Portanto, em última análise, mesmo que aquilo que o Senhor Deputado disse fosse verdade e obviamente que nós ponderámos isso muito bem. Imagine que aqueles terrenos ficam depositados dentro da Gestin Viseu e vão sendo vendidos e seguramente que o sindicato bancário vai solicitando que a respetiva venda reverta para a amortização da dívida, se por qualquer razão por exemplo, a empresa entrasse em insolvência, a Câmara como sabe tem sempre o direito de preferência. Portanto, estará sempre salvaguardada do ponto de vista futuro para os terrenos futuros. Portanto, deste ponto de vista, esta é exatamente a forma como todas as coisas se passaram e penso que a Senhora Deputada, já não achará agora o tal negócio da china. Em bom rigor esta empresa tem um passivo que vai ter que pagar. Agora, pragmaticamente tínhamos duas opções. Deixávamos este processo decorrer e continuaríamos com aquela situação pendente sem possibilidade de disponibilizar terrenos, ou tínhamos aqui uma aptitude pragmática, uma boa negociação e ainda bem que o reconhece, que faz com que efetivamente a Câmara saia da sociedade, não tem que assumir nenhuma parte do passivo, recupera o capital social e estará juntamente com esta empresa sempre a disponibilizar informação sobre pessoas que querem instalar-se em Viseu e com um preço fixado que neste momento o preço de mercado é o preço a que a Câmara comprou. Portanto, é tão transparente quanto isto Senhor Deputado. Se acha que foi um bom negócio, muito obrigado pelo seu elogio, fico satisfeito e enfim, o cumprimento é também para a Doutora Ana Paula que me ajudou a acompanhar este processo e portanto, agradeço a sua simpatia. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais nenhuma intervenção, era colocado à votação o Ponto número Sete “GESTIN VISEU – PARQUES EMPRESARIAIS DE VISEU, S.A.”. Só para chamar à atenção que este ponto é constituído por dois documentos que foram oportunamente enviados aos senhores Deputados conforme já foi esclarecido e aceite pela Assembleia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com Trinta e oito (38) votos a favor, um (1) voto contra e onze (11) abstenções.*-----

Passávamos ao Ponto Oito “VISEU NOVO SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU S.A. – ESTATUTOS” Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Uma apresentação muito rápida. Também se trata da adequação dos Estatutos da Viseu Novo- SRU à Lei 50/2012. Esta adaptação já tinha sido feita no Executivo anterior, adequando-se os estatutos de acordo com a nova Lei, mas ainda não tinha sido aprovada como deveria de ser na reunião de câmara e da Assembleia Municipal. Portanto, é isto que hoje trazemos aqui.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra aos Senhores Deputados. Alguém quer intervir sobre este ponto? “VISEU NOVO SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU S.A. – ESTATUTOS”. Não havendo, passaríamos de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* -----

Passaríamos ao Ponto Nove “CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS E LOCAIS, PARA AS LINHAS 4 (AV. ALBERTO SAMPAIO – PÓVOA DA MEDRONHOSA), 17 (ROSSIO – QUEIRELA), 18 (ROSSIO – LUSTOSA/PIAGET), 22 [AGUEIRA / FAIL (VIA HOSPITAL)] E 24 [ROSSIO-RIBAFEITA (VIA SILGUEIROS DE BODIOSA)]” Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados. Portanto, no seguimento da aprovação pelo Executivo anterior da criação de novas linhas de transportes urbanos, portanto, este é um dossier que transitou da Câmara anterior. Portanto, a Câmara elaborou uma proposta de concessão de serviço de transporte através de um concurso público que se traz a esta Assembleia e que basicamente, se olharem para este caderno de encargos, ele visa já antecipar o grande concurso que vamos que ter que lançar no próximo ano, no final deste ano para a generalidade das linhas, visto que esta concessão que hoje está aqui, está a chegar ao fim. Há aqui fortes preocupações ambientais, do ponto de vista até do Euro cinco ou Euro-seis, que é um parâmetro do ponto de vista da eficiência energética destes próprios veículos, há aqui também uma lógica de modernização progressiva das linhas, desde a informação de horas de chegada, etc., portanto, algo que não se irá passar de um dia para o outro mas que irá ser feito ao longo de um determinado período e portanto, no fundo aproveitámos este concurso público para já começarmos a preparar o terreno para uma lógica de um transporte ecológico, portanto amigo do ambiente em Viseu, para uma melhoria da rede de transportes públicos e com outras conjugações que estamos neste momento a estudar mas que ainda é um bocadinho extemporâneo estarmos a trazê-las aqui. Para já, abrimos este concurso mas já pensando no concurso que depois iremos realizar no final deste ano.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra aos Senhores Deputados. Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Dizer já que votarei a favor neste ponto, mas queria aqui deixar uma nota, entendemos que deve ser feito um estudo para todo o Concelho para avaliar as necessidades de cada Freguesia, de mais a mais depois de toda a informação que o Senhor Presidente deu, o que de facto percebemos é que ao mesmo tempo que são criados novos circuitos, há notícia de outros circuitos são deteriorados e portanto, entendemos é preciso de facto fazer esta avaliação e que haja inclusivamente a criação de um Plano Integrado de Mobilidade Concelhio que torne a resposta de transportes mais equilibrada e de acordo com as necessidades da população. Não sei se me vão ”bater”, mas eu de qualquer forma queria aqui lembrar aqui ao Senhor Presidente uma situação que eu trouxe aqui relacionada com transporte de alunos na última Assembleia, Travassós de Cima ou Mundão, a situação está absolutamente inalterada e já que falamos em transportes, eu solicitava mais uma vez Senhor Presidente, a situação não há-de ser assim tão complicada de resolver por favor intervenha. As crianças passaram este tempo todo, um Inverno duro

à chuva, à espera do autocarro, do transporte dito escolar e que apesar de tudo trata as crianças desta forma. As crianças andam dois ou três quilómetros ainda a pé até Travassós numa situação de risco a travessarem a estrada 229, junto ao antigo matadouro e penso que não será uma situação tão complicada de resolver e mais uma vez solicitava ao senhor Presidente que fizesse uma intervenção nesta situação. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Vieira e Castro.---

----- **SETENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora bem, eu de facto tenho algumas dúvidas em relação a isto porque afigura-se-me como um concurso dirigido, um fato à medida não do dono mas do cliente. Um exemplo, subfactor-Localização das Instalações do Concorrente que é atribuído com vinte pontos, se for dentro do perímetro urbano do concelho de Viseu. Mas pior do que isso aparcamentos cobertos para as viaturas da concessão, existência de valências nas instalações, oficinas de manutenção, existência de sistemas de lavagem de viaturas com pórtico automático de lavagem depois exigem reportagem fotográfica. Ora, portanto quanto me é dado saber só o Berrelhas, só a Empresa Berrelhas é que tem estes sistemas. Ora, na verdade as empresas podem subcontratar estes serviços tanto a manutenção mecânica, como a limpeza das viaturas, portanto, não nos parece que este critério seja inocente, até porque há uma história, porque a Câmara meteu já há uns anos os STUV na linha da União do Satão, portanto Boa Aldeia e Farminhão que é uma linha concessionada pelo IMTT não é? Considerando que o perímetro urbano ia até lá, alargando portanto o perímetro urbano. O processo arrastou-se, a União do Satão terá acionado um processo em Tribunal, até que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, sentenciou a obrigatoriedade de um concurso público no prazo de sessenta dias. Só que, como houve um empate e a União foi a primeira a apresentar a proposta, normalmente o primeiro a apresentar isso serve de desempate, mas na verdade a Câmara abriu um novo concurso. Depois, pegou no primeiro concurso e readaptou, aliás, readaptou o caderno de encargos às condições que a Berrelhas apresentou no primeiro concurso. Por exemplo, punham uma das condições que era instalações em Parque Industrial reconhecido pelo município no perímetro urbano. É certo que este concurso tem condições mais racionais, como sejam o sistema inteligente de transportes, veículos com rampa de acesso e piso rebaixado para cidadãos com mobilidade reduzida que a Berrelhas tem, mas não são ainda em número suficiente, portanto, há de facto aqui melhorias de qualquer modo, tenho muito receio que de facto isto de facto não seja completamente enfim, transparente, como já disse que seja dirigido, um fato à medida do cliente e portanto, tenho dificuldade em votar a favor.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Só para responder aos Senhores Deputados que, eu não confeciono fatos, nem à medida nem sem ser à medida. Confesso que esta é uma matéria em que a única coisa a que me limitei foi em definir um conjunto de parâmetros juntamente com o Senhor Vereador do pelouro, o Senhor Engenheiro João Paulo, daquilo queremos, do que ambicionamos para o futuro. Já agora dizer-lhe que não leu o texto atualizado porque houve uma série de correções feitas pelos serviços técnicos. Peço também desculpa por isso, porque efetivamente tivemos depois que rever, havia ali umas questões de natureza mais técnica que não estavam cem por cento afinadas e depois ontem ratificámos na reunião de câmara o novo texto. Só ontem é que houve condições para enviar o novo texto aqui à Assembleia. Não quisemos deixar de fazer isto de uma forma absolutamente “light”. Se ler o novo texto, há aí algumas questões que referiu que já não constam lá, e dizer que isto é um concurso público, há várias empresas por este país fora que têm todas as condições para poderem responder a este concurso. Não existe só o Berrelhas ou o Guedes ou o Marques ou quem quer que seja, há aqui um conjunto de empresas na região. Agora, se nós estamos a lançar

um concurso que é a antecâmara do próximo concurso maior, temos que salvaguardar já um conjunto de situações, designadamente viaturas novas com um determinado tipo de condições, condições de estacionamento, reparações aqui, é preciso também que ela crie para além do serviço em si que crie alguma mais-valia no Concelho, que crie cá postos de trabalho, que localize cá pelo menos o seu entreposto de transportes digamos assim. Não estamos para privilegiar uma empresa a estacionar os autocarros na Central de Camionagem e se estacionarem, vão ter que pagar a respetiva taxa. Portanto, este caderno de encargos é muito complexo do ponto de vista da sua especialidade, não me vai pedir que eu responda alínea a alínea porque confesso que o li mas, há ali matérias que vão muito para além e que só os especialistas em transportes é que as conhecem. Posso dizer é que ele está dentro dos padrões mais avançados que neste momento estão a ser usados em concursos deste género no país e aquilo que eu espero é que efetivamente nós possamos melhorar. Obviamente que sim e aquela questão que referi, sabe é que às vezes há questões legais que se desconhecem. Há rotas de transportes que já estão concessionadas há muitos anos e mesmo que se queira às vezes pôr lá um serviço mais rápido não podemos porque razões legais nos impedem e tem havido vários processos em Tribunal por razões de empresas virem exigir que não se faça uma sobreposição. Há depois também limitações do ponto de vista da distância (acho que são três quilómetros se não estou em erro) entre a escola à residência, que obriga a que seja feito em transporte escolar em carreiras regulares. Portanto, há aqui uma série de limitações que eu confesso que não as conheço em toda a sua profundidade, mas estudei o dossier o suficiente para poder saber o que se quer e o Senhor Vereador então, muitas pestanas queimou para perceber exatamente como funcionava o esquema todo e a convicção que tenho é que nós estamos a lançar um concurso exigente do ponto de vista das condições que estamos a colocar e que não é qualquer empresa que pode concorrer a este concurso. É preciso ter alguma estaleca financeira, para também termos aqui a garantia e estamos a falar de um concurso a (dez mais cinco), portanto estamos a falar de um concurso de quinze anos que a opção que fizemos agora, vai no fundo condicionar a qualidade do serviço que vamos ter nos próximos quinze anos, portanto tem que ser uma coisa, onde procurarmos aqui alicerçarmos em quem sabe mais disso do que nós e estamos convictos que estamos a fazer um concurso que irá ao encontro do objetivo que temos do ponto de vista da melhoria dos transportes públicos em Viseu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais nenhuma intervenção, chamava só à atenção que neste ponto, Ponto Nove “CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS E LOCAIS, PARA AS LINHAS 4, 17, 18, 22 e 24. O que está em apreciação e votação é o documento referente à deliberação da reunião ordinária do Executivo Camarário de 27/02/2014 que substitui a proposta do Executivo Camarário de 13/02/2014 e cuja substituição foi aceite por deliberação unânime desta Assembleia. Por isso, passava à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com trinta e oito (38) votos a favor e uma (1) abstenção.*-----

Passávamos ao Ponto Dez “PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE DIREITO – ARTIGO 64.º DA LOE/2014”. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Se estivesse de acordo, eu apresentava conjuntamente do ponto dez ao dezassete. Porque basicamente o Dez, trata-se do PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE DIREITO depois o Ponto Onze UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE

SERVIÇO SOCIAL, depois o Ponto Doze UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO, trata-se da proposta de renovação da autorização da abertura procedimental que tem a ver com aquela situação que eu há bocado expliquei, da necessidade de termos que ter uma vaga para depois podermos prover a seguinte, o Ponto Treze trata-se de UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE, também é uma renovação da autorização, o Ponto Catorze também é uma renovação da autorização UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE, o Quinze, também é uma renovação para DOIS POSTOS DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO / ÁREA FUNCIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, o Ponto Dezasseis, é para o SMAS, um PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, tem a ver com a nossa ETAR Viseu Sul, o Ponto dezassete também é uma PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL. Já agora, o Ponto Dezoito, se o Senhor Presidente me permitir, embora não esteja exatamente na mesma linha, também o apresentava. Trata-se do PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE, a Câmara está sem diretor de Departamento de Obras Municipais e Ambiente e pretende abrir um concurso para prover esta direção. Portanto, estão todos apresentados. Obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra aos Senhores Deputados. Alguém quer intervir nalgum destes pontos? Colocaria de Imediato à votação.-----

Ponto Dez , “PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE DIREITO”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Onze, “PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Doze, “PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Treze, “PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Catorze, “PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO

INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Quinze, PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO / ÁREA FUNCIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Dezasseis, PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Dezassete, PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Dezoito, PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE”. Quem Vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Terminámos a nossa Ordem de Trabalhos, abre-se agora um período do público e temos três cidadãos inscritos. Pedia às pessoas que se sentassem. Pedia aos senhores Deputados que retomassem os seus lugares. Temos três cidadãos inscritos.-----

Chamava o Cidadão Senhor Simão Vieira tem a palavra e tem cinco minutos para a intervenção como é habitual.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR SIMÃO VIEIRA:** Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas. O assunto que me traz aqui e pelo qual eu esperei este tempo todo, vai ser rápido e tenho a certeza que o Senhor Presidente não tem conhecimento da situação e a vai resolver da melhor forma. A situação é a seguinte: Eu, leciono na Escola do Viso e os alunos de Vila Corça, Povolide, Nesprido, Vilar de Ordem, Cabril, Nespereira e Casa do Povo, saem de Vila Corça e têm dois autocarros. Um às sete e vinte (07h 20m) e um às sete e quarenta e cinco (07h 45m) e o autocarro que os transporta, deixa os alunos à frente do Recheio. Eles frequentam o Agrupamento de Escolas do Viso e fazem um percurso a pé todos os dias aproximadamente de quatrocentos e cinquenta metros só na viagem de Casa / Escola no sentido inverso, já não acontece. Eu desconhecia também esta situação. É uma situação com que me deparei numa reunião que tive com encarregados de educação em que eles mostraram a sua indignação pelo facto dos filhos ficarem no Recheio e este ano letivo tem sido um ano muito chuvoso, nos últimos trinta dias choveu sessenta e sete (67), segundo o dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera e os alunos, grande parte das vezes chegam à escola encharcados, molhados. Isto, com certeza e por acaso não está aqui agora presente, mas estão aqui pessoas que também estão ligadas ao ensino, pode ter a ver até com o sucesso dos alunos, digo eu! Eu só fazia este pedido ao Senhor Presidente que se calhar desconhece e se calhar é de fácil resolução, para desbloquear essa situação e resolver este problema que para os alunos é grave, para os pais é preocupante e que a mim como Diretor de Turma também me está a preocupar. No fundo era só isto que lhe pedia, no fundo tenho a certeza que o Senhor Presidente tem sensibilidade para esta situação e assim a situação vai ser resolvida. Era só isto. Boa noite e muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço a intervenção. Dava a

palavra à Cidadã, a Senhora Elvira Esteves. Eu chamava a atenção aos senhores Deputados que estes cidadãos estiveram quase todo o dia ali em cima e por respeito a eles, acho que os temos que ouvir e por isso pedia a máxima consideração para essa situação.---

----- **SETENTA E OITO – O SENHORA ELVIRA ESTEVES:** Muito boa noite. Eu peço imensa desculpa por chegar mesmo em cima mas tivemos que nos ausentar por um bocadinho. Então boa noite Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e todos os restantes. Eu estou aqui como Presidente da Associação de Pais da Escola Grão Vasco e a representar todos os pais de uma população de mil e dez alunos. Neste campo e depois de tudo o que aqui ouvi hoje e de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido perante mim há três anos, porque já fui eu à três anos que comecei com todo este processo, de tentar remodelar e requalificar a escola Grão Vasco, apraz-me muito tudo o que foi dito aqui hoje e todo o empenho que tem estado a ser posto nesta causa que é a requalificação da Escola Grão Vasco. É claro que para nós pais, primeiro que tudo é a segurança dos nossos filhos, dos nossos alunos que está em causa e que nos preocupa constantemente. Depois de tudo o que foi dito eu posso dizer e acrescentar algumas coisas. Além de tudo, as instalações que estão completamente degradadas, temos as janelas completamente degradadas e a cair, já houve estores a caírem em cima de professores, podia ter sido em cima de alunos, as escadas estão completamente degradadas em que para escorregar é uma maravilha, WCs em número completamente insuficientes, como eu já disse para uma população de mil e dez alunos, infiltrações completas nas instalações, como também foi dito, painéis de contraplacado a substituir janelas. Temos ainda mais, algo que normalmente não é muito falado, a Escola Grão Vasco é uma Escola de referência a nível de crianças com deficiência, já foi a Lisboa muitas vezes e é triste que aquela Escola não tenha sequer forma de quem é deficiente se poder deslocar lá dentro. Se lá for alguém com uma deficiência numa cadeira de rodas, não consegue passar da parte central da escola porque, não tem forma de se deslocar lá dentro, sendo ela uma Escola de referência para crianças com deficiência. Além do amianto que no fundo, tem só uma pequena parte que é na parte da sala de convívio, sala de convívio essa que nem sequer tem cadeiras para as crianças se sentarem. É triste que isto aconteça mas é verdade, nem cadeiras têm. Isto é algo que é do domínio público, nós já o fizemos comunicar. Posso dizer que há três anos eu trouxe todos os Deputados a Viseu para verem as condições da Escola, por isso temos tido reuniões com a Câmara no sentido de trabalhar nesse sentido. Por isso é sim, depois de tudo o que foi dito, como eu digo, fico feliz que a Escola Grão Vasco esteja a ser debatida, esteja a ser trabalhado e que no fundo, todas as pessoas responsáveis aqui pela Cidade de Viseu estejam empenhadas nessa causa. Sabemos que a Escola Grão Vasco não é da responsabilidade da Câmara, sempre tivemos consciência disso, sabemos que é da responsabilidade do Ministério de Educação, mas pedimos e é o que temos estado a fazer quando tivemos reunião com o Doutor Seixas, é pedir no fundo que intercedam e que sejam uma ponte entre os pais e o ministério para que a nossa palavra lá chegue e que é claro traga a dignificação necessária para as nossas crianças naquela Escola. Por isso, neste caso eu venho agradecer em nome de todos os pais, todo o empenho e toda a sensibilização que está a ser posta, mas como costumamos dizer, também queríamos ver um bocadinho de obras. Como eu digo, eu já estou nisto há três anos. Neste ponto, cumpre-me agradecer tudo isso mas, queremos ver também um bocadinho de todo o resto, está bem? Era só isso que eu queria. Só agora também dizer que nisto tudo, e isto há que ressalvar, temos um corpo docente excelente, excepcional e extremamente profissional. E eu digo que, mesmo com as condições têm eu não deixo que as minhas filhas vão para outra Escola. Já lá tive a mais velha, está lá a mais nova. Tem um corpo docente excepcional e é isso que nos motiva, que nos faz lutar porque estamos a trabalhar em prol das nossas crianças. Por isso, solicito aqui, peço a todos os Senhores Deputados que representam a nossa Cidade que não se esqueçam da Escola Grão Vasco, que nós não a vamos deixar

esquecer, porque é um problema da Cidade. As crianças são daqui e por isso mesmo no fundo é esse o nosso apelo e todo este nosso trabalho é em prol delas. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Elvira Esteves. Em nome da Assembleia Municipal agradecemos a sua colaboração e a sua intervenção. Dava a palavra à Senhora Anabela Fonseca e Senhor Rui Martins.-----

----- **SETENTA E NOVE – O SENHORA ANABELA FONSECA:** Boa noite minhas Senhoras e meus Senhores. Infelizmente o Senhor Rui Martins da FRAP Viseu ainda não pode estar presente. Eu venho aqui em nome dos pais da Escola da Ribeira. Eu não me vou alongar muito, porque a minha colega da Escola Grão Vasco realmente já disse tudo o que tinha a dizer. Nós estamos numa condição muito semelhante e eu venho aqui, munida de uma petição que eu fiz, só no sentido de trazer comigo o nome dos pais digamos assim. Eu tenho aqui 85% dos pais daquela Escola a pedir uma coisa que é aquilo que nós já estamos à espera há imenso tempo, há anos e anos e temos estado a esperar serenamente porque realmente nos foi prometido que as obras da Escola da Ribeira iam avançar e portanto, não movemos qualquer tipo de ações porque realmente não era necessário. Entretanto, apercebemo-nos que todos estamos sensibilizados e tal como a minha colega disse, para o problema da Escola da Ribeira e eu só queria pedir que essa sensibilização passe efetivamente à ação, porque nós e há pouco disse e muito bem, nós estamos satisfeitos com aquela Escola e essa satisfação prende-se única e exclusivamente ao corpo docente e aos excelentes profissionais que aquela escola tem. Nós vamos todos os dias levar os nossos filhos aquela escola, com essa motivação, porque, queria deixar aqui muito claro que, os pais da Escola da Ribeira, não vão permitir que os seus filhos sejam expostos nem mais um ano letivo aquelas condições e aqueles perigos. Portanto, eu pedia era ação, para começarem já, seja o que for, eu não agora estar a enumerar os problemas da Escola. Eu sei muito bem que já lá estiveram e viram. Não é só o telhado de amianto, não é só o isolamento do frio e do calor a que os miúdos estão expostos, é todo um conjunto de obras que nós pedimos que comecem, está bem? Era só isto que eu tinha para dizer. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Doutora Anabela Fonseca pela sua intervenção e também pela colaboração que nos deu a todos aqui nesta Assembleia.-----

Eu terminava somente com uma situação, que foi a capacidade de resistência que todos evidenciaram. Penso que foi uma boa capacidade de resistência, já é a segunda vez que repetimos todos esta capacidade de resistência, mas penso que teremos que refletir todos sobre o funcionamento da Assembleia Municipal e que é óbvio que não poderemos continuar com este funcionamento que temos tido e por isso, era este apelo que fazia a todos, que em sede de comissão do Regimento se faça uma reflexão sobre isso e que se avance. -----

Agradecemos a presença e colaboração de todos. Os trabalhos estão encerrados os trabalhos. Muito obrigado. Bom Carnaval a todos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze quando eram vinte e uma horas e trinta e nove minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)